



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

Gleison Moreira Leal

**IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO
DE TEODORO SAMPAIO – SP**

Presidente Prudente
2003

Gleison Moreira Leal

**IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO
DE TEODORO SAMPAIO – SP**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia
– Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional e
Planejamento Ambiental, com
o apoio financeiro da CAPES.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente
2003

Dedicatória

*Aos trabalhadores rurais que estão
construindo novas relações de trabalho no campo,
por meio da luta pela terra.*

Agradecimentos

Agradeço aos meus familiares pela dedicação, apoio, acolhimento nas horas mais difíceis, principalmente durante a realização da pesquisa de campo e a Deus pela força e proteção, em que nenhum problema me ocorreu durante a elaboração do trabalho.

Ao Bernardo, pela dedicação e acompanhamento na orientação da pesquisa, pessoa essa, que não mediu esforços, exigência e rigor durante a estruturação, a elaboração do conjunto de idéias, de conhecimentos contidos no corpo desse trabalho.

Aos camponeses dos assentamentos pesquisados no Município de Teodoro Sampaio, principalmente aqueles que muitas vezes deixaram o trabalho na lavoura para me receber em suas casas, fornecendo informações, documentos sobre seus modos de vidas.

Aos colegas da graduação e pós-graduação que me auxiliaram durante alguns debates e discussões a respeito da temática de estudo. Assim, fico grato pelas contribuições realizadas pelos seguintes grupos de pesquisa. Nera; Ceget; Cemosi; Gasperr; Gedra, dentre outros.

Aos membros do Nera, que diretamente ou indiretamente participaram das discussões a respeito dos impactos socioterritoriais e pela convivência no próprio Núcleo.

Aos meus amigos e colaboradores da Diretoria Executiva do Itesp; do Grupo Técnico de Campo de Teodoro Sampaio; de Presidente Prudente; ao Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio (gestão 2001-2004) juntamente com a Secretaria Municipal de Educação; a Prefeitura Municipal de Rosana; aos

coordenadores da Cocamp; da Associação Comercial e Industrial de Teodoro Sampaio.

Agradeço também e foi de extrema importância o apoio financeiro concedido pela CAPES; pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação na liberação de recursos para elaboração deste trabalho.

Resumo

O trabalho aborda os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio - SP. Os impactos são decorrentes das ações dos sem-terra, por meio da ocupação de latifúndios, resultando nas conquistas de lotes. Os assentamentos representam num primeiro momento o processo de reorganização territorial por meio da formação de pequenas unidades de produção e, também o processo de fortalecimento da agricultura camponesa com o surgimento de novos postos de trabalho no meio rural.

A temática socioterritorial compreende as mudanças provocadas pelos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e se relaciona com dois processos geográficos (especialização, territorialização) e por isso as ações ocorrem simultaneamente no território e, em diferentes lugares ao mesmo tempo.

A área de estudo dos impactos representou 6% dos assentamentos rurais implantados no Estado de São Paulo até o ano de 2002. Os projetos surgiram principalmente após a segunda metade da década de 1990. No período anterior a essa década, as principais atividades econômicas estavam baseadas na monocultura, na pecuária extensiva, na prestação de serviços públicos e privados. A organização dos sem-terra fortalece a agricultura camponesa gerando impactos na escala local e regional, por meio da constituição de novas relações no campo.

Palavras-chave: Pontal do Paranapanema, Teodoro Sampaio, impacto socioterritorial, agricultura camponesa, assentamentos rurais, sem-terra, ocupações de terras.

Abstract

The work approaches the impacts socioterritoriais of the rural establishments in the municipal district of Teodoro Sampaio - SP. The impacts were resulting of the actions of the landless, through the occupation of large estate results were the conquests of the lots. The establishments represent in a first moment the process of territorial reorganization through the formation of small units of production and, also, the process of the agriculture farmer's with the appearance of new work positions in the rural half.

The thematic socioterritorial understands the changes provoked by the social movements involved in the fight by the earth and it is related to two geographical processes (espacialização, territorialização,) and for this the actions happen simultaneously in the territory and, in different places at the same time.

The area of study of the impacts represented 6% of the rural establishments implanted in the State of São Paulo until the year of 2002. The projects appeared mainly after the second half of the decade of 1990. In the previous period the that decade the main economical activities were based on the monoculture, in the extensive cattle, in the provide services publics and private. The organization of the landless strengthened the agriculture farmer generating impacts in the local and regional scale, by means the constitution of new relationships in the field.

Key-words: Pontal of Paranapanema, Teodoro Sampaio, impact socioterritorial, agriculture farmer, rural establishments, landless, occupations of lands.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	I
Lista de mapas.....	I
Lista de cartogramas.....	I
Lista de quadros.....	I
Lista de fotos.....	II
Lista de figuras.....	II
Lista de siglas.....	II
Apresentação.....	IV
Introdução.....	01
Capítulo 1 – Processo de ocupação do Pontal do Paranapanema: do grilo à luta pela terra.....	05
1.1 – A Expansão da cafeicultura e o processo de grilagem de terras no Pontal do Paranapanema.....	09
1.2 – A Formação do município de Teodoro Sampaio: grilo, latifúndio e luta pela terra.....	12
Capítulo 2 – Os impactos socioterritoriais no contexto das evidências e permanências dos assentamentos rurais.....	22
Capítulo 3 – MST: Um movimento socioterritorial que se territorializou no Pontal do Paranapanema.....	42
3.1 – Questões teóricas-metodológicas dos impactos socioterritoriais.....	47
Capítulo 4 – A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a implantação de assentamentos rurais.....	60
4.1 – Trajetória da luta pela terra no município de Teodoro Sampaio.....	65
4.1.1 – PA Gleba Ribeirão Bonito.....	66
4.1.2 – PA Água Sumida.....	68
4.1.3 – PA Vô Tônico.....	69
4.1.4 – PA Laudenor de Souza.....	69
4.1.5 – PA Água Branca.....	70
4.1.6 – PA Santa Zélia.....	71
4.1.7 – PA Alcídia da Gata.....	71
4.1.8 – PA Santa Terezinha da Alcídia.....	71
4.1.9 – PA Santa Terezinha da Água Sumida.....	72
4.1.10 – PA Córrego Azul.....	72
4.2 – A questão agrária do município de Teodoro Sampaio.....	73
4.3 – A formação da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal) no município de Teodoro Sampaio: um dos resultados da organização do MST no Pontal do Paranapanema.....	87
Capítulo 5 – As dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais.....	100
5.1 – Contextualizando as dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais.....	102
5.1.1 – Educação.....	105
5.1.2 – Organização sociopolítica.....	107

5.1.3 – Saúde.....	109
5.1.4 – Moradia.....	112
5.1.5 – Renda.....	113
5.1.6 – Políticas públicas.....	114
5.1.7 – Cultura.....	115
5.1.8 – Organização do trabalho e da produção.....	117
5.1.9 – Produção agropecuária dos assentamentos e dinâmica comercial....	119
5.2 – Os impactos socioterritoriais no contexto da resistência camponesa, da organização do trabalho e da produção.....	123
5.3 – Produção agrícola nos assentamentos rurais.....	131
5.4 – A geração de renda nos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio.....	136
5.5 – A educação do campo: a dimensão do impacto socioterritorial.....	144
Considerações finais.....	162
Referências.....	164

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Teodoro Sampaio: população residente segundo a situação da unidade domiciliar.....	16
--	----

Lista de Mapas

Mapa 01 – Municípios do Pontal do Paranapanema.....	06
Mapa 02 – Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – período: 1984-2001.....	63

Lista de Cartogramas

Cartograma 01 – Produção agrícola dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio.....	135
Cartograma 02 – Produção leiteira dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio.....	136
Cartograma 03 – Comercialização da produção leiteira.....	143

Lista de Quadros

Quadro 1 – População residente por situação de domicílio Pontal do Paranapanema (1991 – 2000).....	17
Quadro 2 – Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema por município – 1990 – 2001.....	20
Quadro 3 – Escalas e etapas dos impactos no município de Teodoro Sampaio.....	23
Quadro 4 – Rebanho bovino do município de Teodoro Sampaio.....	25
Quadro 5 – Assentamento Alcídia da Gata: comparativo do uso e ocupação da área.....	33
Quadro 6 – Assentamento Água Branca: comparativo do uso e ocupação da área.....	34
Quadro 7 – Assentamento Vô Tônico: comparativo do uso e ocupação da área.....	36
Quadro 8 – Assentamento Santa Zélia: comparativo do uso e ocupação da área.....	37
Quadro 9 – Assentamento Santa Terezinha da Alcídia: comparativo do uso e ocupação da área.....	38
Quadro 10 – As principais características, semelhanças, diferenças e significados dos movimentos sociais e movimentos socioterritoriais.....	43
Quadro 11 – Movimentos socioterritoriais.....	45
Quadro 12 – Projetos de assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio-SP.....	57
Quadro 13 – Número de questionários aplicados em campo.....	58
Quadro 14 – Assentamentos rurais por município Pontal do Paranapanema – 1984/2001.....	64
Quadro 15 – Assentamentos rurais oriundos da Gleba Ribeirão Bonito.....	67
Quadro 16 – Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1980.....	74
Quadro 17 – Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1985.....	74
Quadro 18 – Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1996.....	76
Quadro 19 – Estrutura fundiária: Euclides da Cunha Paulista e Rosana – 1996.....	76
Quadro 20 – Princípios do cooperativismo alternativo e tradicional.....	90
Quadro 21 – Relação entre empresa cooperativa e empresa não	

cooperativa.....	91
Quadro 22 – Liberação do crédito agrícola no período entre 2000 a 2001.....	132
Quadro 23 – Produção agrícola: (HA).....	134
Quadro 24 – Representatividade da produção agrícola dos assentamentos rurais em relação ao município de Teodoro Sampaio.....	134
Quadro 25 – Produção leiteira anual.....	135
Quadro 26 – Cálculo da renda agrícola das famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio em R\$.....	140
Quadro 27 – Produção leiteira: o impacto provocado pela família do assentado M.....	142
Quadro 28 – Grau de escolaridade dos assentados.....	151
Quadro 29 – Grau de escolaridade dos assentados.....	152
Quadro 30 – Grau de escolaridade dos assentados.....	154

Lista de Fotos

Foto 1 – Formação do município de Teodoro Sampaio, 1960.....	13
Foto 2 – Área de pastagem no município de Teodoro Sampaio Alcídia.....	19
Foto 3 – Cocamp – silos.....	93

Lista de Figuras

Figura 1 – Fases da luta pela terra e dos impactos socioterritoriais.....	52
---	----

Lista de Siglas

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

DF – Distrito Federal

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FHC – Fernando Henrique Cardoso

HA – Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
LDB – Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Nacional
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SDS – Social Democracia Sindical
SUS – Sistema Único de Saúde
SP – São Paulo
SR – Senhor
PA – Projeto de Assentamento Rural
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PR – Paraná
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
UDR – União Democrática Ruralista
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

Apresentação

A identificação com o tema **Impacto Socioterritorial** surgiu no ano de 1998, quando cursava o 3º ano de Geografia na Unesp e ainda morava em Teodoro Sampaio. Por trabalhar num setor comercial dessa cidade pude acompanhar as principais fases de desenvolvimento econômico do município, bem como os tipos de clientes que passaram existir naquele local, como funcionários públicos, barrageiros, fazendeiros, sitiantes, autônomos e também os assentados.

Os consumidores refletiram os tipos de atividades que foram desenvolvidas no município como, por exemplo, os barrageiros caracterizaram o período de construções das usinas hidrelétricas Taquaruçu, Rosana e Sérgio Motta. Com o passar dos anos, as atividades econômicas adquiriram novos aspectos, deixando de possuir o setor da construção civil como a principal atividade, para intensificar a geração de empregos no meio rural, via agricultura camponesa desenvolvida pelos assentamentos rurais.

A indagação pelo tema, ocorreu quando intensificaram o número de assentamentos rurais, sendo que, em 1988 existia apenas 1 projeto, ao passo que, em 1998 passaram existir 14 projetos. Toda essa população deveria comer; vestir; enfim satisfazer suas necessidades, por isso o comércio de Teodoro ganhou uma nova clientela (os assentados).

A partir dessa realidade procurei desenvolver um projeto de pesquisa e no ano de 1998 passei a participar do Nera (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). Nesse Núcleo de estudos, o projeto de pesquisa foi inserido num eixo temático voltado para abordar o desenvolvimento rural, por

meio da constituição de assentamentos rurais. Após alguns colóquios realizados com Fernandes e Ramalho (2001), desenvolvemos o conteúdo teórico desse termo, por meio das análises dos movimentos socioterritoriais. Os primeiros estudos foram abordados nos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, em função da organização do MST e do processo de intensificação da implantação de assentamentos rurais. Ambos os estudos revelaram que os assentamentos provocaram mudanças nas esferas locais, regionais por meio da geração de renda, da produção agropecuária, da circulação de pessoas, de dinheiro e do fortalecimento da agricultura camponesa.

No caso específico de Teodoro Sampaio, o trabalho abordou o impacto provocado por 15 projetos de assentamentos rurais até o ano de 2002. No conjunto desses assentamentos apenas 2 projetos foram conquistados pelo MAST, enquanto os demais pelo MST. Dentre os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, o MST provocou um importante impacto no município, principalmente quando foi implantada a Cocamp, ou seja, uma cooperativa para beneficiar a produção oriunda dos assentamentos rurais que ainda não está em funcionamento.

Os impactos correspondem aos processos, construídos pelas ações dos movimentos socioterritoriais, que transformam diversos territórios ao mesmo tempo. As ações são caracterizadas pelas ocupações de latifúndios. No município de estudo dos impactos, as ocupações intensificaram principalmente após a segunda metade da década de 1990. As ações dos sem-terra estão relacionadas com as políticas agrícolas direcionadas para o desenvolvimento rural como, por exemplo, o crédito rural (Pronaf) para os assentados. Essa política agrícola não estava voltada para os assentados até existir a formação dos projetos, por meio

das ações do MST. Desse modo, também organizou no município de Teodoro o Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, fornecendo assistência, orientação para o desenvolvimento dos assentamentos através de políticas rurais implantadas pelo governo estadual.

Nesse contexto, o Instituto nos forneceu informações para a realização do trabalho como, por exemplo, cartas topográficas de assentamentos, laudos de desapropriação de áreas e com a orientação do Professor de estatística Edilson Ferreira Flores, preparamos as amostras aleatórias para realizar a aplicação dos questionários.

No referencial teórico, apresentamos as principais discussões do trabalho fundamentada no viés da agricultura camponesa, entendida como a resistência, como a recriação dos sem-terra. Os debates, a organização do trabalho ocorreu no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e no Ceget – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

Os impactos são resultados da ação, da interação dos seguintes sujeitos sociais: sem-terra, latifundiários, Estado, cujos conflitos marcaram o início de novas relações de poder no município como, por exemplo, famílias excluídas do acesso ao emprego passaram a reivindicar e a questionar o direito da terra.

A organização das famílias identifica a resistência dos camponeses diante do atual modelo agropecuário vigente, que beneficia os principais setores agrícolas destinados para a exportação.

Portanto, apresentamos aos leitores desse trabalho uma análise dos impactos resultantes das “políticas de assentamentos rurais”, principalmente os desdobramentos políticos territoriais, sendo que, em alguns casos, comparamos o “antes” (os latifúndios) e o “depois” (os assentamentos).

Introdução

Os impactos socioterritoriais são mudanças provocadas pelas organizações dos sem-terra que resultam na ocupação de latifúndios. As mudanças ocorrem no âmbito social, econômico e político. No âmbito social, por exemplo, a educação volta-se para a formação dos membros das famílias como elemento indispensável para a cidadania. No âmbito econômico, ocorre a geração de renda e de novos postos de trabalho no meio rural. No âmbito político, existem as ocupações de terras e a implantação de assentamentos rurais.

A implantação de projetos de assentamentos rurais no ano de 2001/2002 foi reduzida no município de Teodoro Sampaio, em função de não ocorrerem desapropriações de áreas devolutas pelo governo federal ou estadual. Por isso, aumenta o número de famílias acampadas, bem como as reivindicações por terra, caracterizadas por caminhadas, manifestações junto aos fóruns e aos institutos de terras, como o Itesp.

Para compreender o processo de implantação e organização dos assentamentos rurais, elaboramos os impactos socioterritoriais, cuja principal ação decorre das transformações no território, em que os sem-terra são os sujeitos desencadeadores desse processo. Os impactos socioterritoriais são analisados desde o processo de organização das famílias sem-terra, nos trabalhos de base, nos acampamentos e, por isso, entendemos a luta pela terra como o elemento principal e fomentador das mudanças, num território marcado pela irregularidade fundiária.

Os impactos socioterritoriais representam mudanças no território. O processo de ocupação do Pontal do Paranapanema também é um impacto, em

que a cobertura vegetal, as florestas são ocupadas e destruídas pelos grileiros. Voltamos nossas discussões para o que se refere às principais conseqüências dessa ocupação, como a concentração fundiária e a posterior implantação de assentamentos rurais.

Para identificar os impactos, é necessário elaborar as dimensões e os indicadores. Esses elementos se relacionam com o modo de vida das famílias, como a educação (uma dimensão) e o grau de escolaridade (um indicador). As dimensões estão constituídas pelo modo de organização cotidiano das famílias no assentamento (educação, produção agropecuária, moradia, renda), etc. Por meio desses elementos, organizamos a pesquisa de campo e o referencial teórico utilizado nas análises do objeto de estudo (os assentamentos rurais).

As análises dos assentamentos ocorrem por meio da pesquisa de campo com as famílias em quinze projetos e também por entrevistas com as lideranças do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O município de Teodoro Sampaio, até o ano de 2001, possuiu quinze projetos de assentamentos: quatorze oriundos de ocupações de terras e um projeto organizado pelo governo federal por meio do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A pesquisa de campo compreende os assentamentos implantados em 1988; 1997 e em 1998. Os questionários constituem os principais elementos para entender o modo de vida dos assentados, envolvendo questões políticas, econômicas e sociais. Na escolha das famílias para a pesquisa de campo, utilizamos a amostra aleatória por meio das cartas topográficas dos assentamentos fornecidas pelo Itesp. No que se refere à escolha dos assentamentos, pesquisamos todos os projetos implantados até o ano de 2000 no município de Teodoro Sampaio. Dessa forma, existe uma heterogeneidade

quanto ao desenvolvimento dos projetos, considerando dois elementos: o primeiro é a consolidação das famílias nas unidades de produção; o segundo são os recursos destinados para o desenvolvimento do projeto, como por exemplo, políticas e créditos agrícolas.

É importante ressaltar que à implantação de um projeto de assentamento corresponde um processo caracterizado por lutas, por resistências, por desapropriações, por participações de movimentos sociais, movimentos socioterritoriais ou por projetos dirigidos pelo governo federal ou estadual.

Dessa forma, na primeira parte do trabalho, apresentamos o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, identificando os principais elementos presentes nas formações dos municípios. A grilagem de terra permite a constituição do MST enquanto movimento socioterritorial. Nessa parte do trabalho, também elaboramos os principais referenciais teóricos dos impactos socioterritoriais.

Nos impactos socioterritoriais, ocorrem mudanças no município de Teodoro Sampaio, por isso se torna importante analisar quais os elementos que ainda devem ser transformados como, por exemplo, a estrutura fundiária e o individualismo dos assentados na realização de atividades nos lotes. Nesse contexto, na segunda parte do trabalho, apresentamos as evidências e as permanências dos impactos.

Na terceira parte do trabalho, apresentamos a compreensão dos movimentos socioterritoriais e a fundamentação do conceito impacto socioterritorial, a partir da organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Na quarta parte do trabalho, contextualizamos os resultados das ocupações, como a implantação de assentamentos. Nas unidades de produção,

desenvolve-se o trabalho camponês, por isso há uma Cooperativa para agregar valor à produção. No entanto, os assentados conquistam a Cocamp – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal, projeto que ainda não está em funcionamento.

Para analisarmos as mudanças, abordamos, na quinta parte do trabalho, as dimensões e os indicadores dos impactos, com o intuito de identificar a organização interna das famílias no assentamento e a relação destas com o município, por meio da geração de renda, da produção agropecuária e do acesso à educação, etc.

Capítulo 1 – Processo de ocupação do Pontal do Paranapanema: do grilo à luta pela terra¹

O Pontal do Paranapanema² localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo. A área do Pontal do Paranapanema é parte integrante da fazenda grilada Pirapó-Santo Anastácio, realizada pelo grileiro Antônio José de Gouvêa, junto à Paróquia de São João Batista do Rio Verde desde 1848. Para validar as posses das Fazendas, os grileiros realizaram diversas atividades ilícitas, como a falsificação de documentos, de assinaturas e erros nas delimitações das áreas, etc.

As falsificações ocorreram porque os “proprietários” deveriam legitimar as posses das áreas até a Lei n.º 601, de 1850, ou seja, até a elaboração da Lei de Terras que pôs fim às declarações de posse de terra por meio dos registros paroquiais.

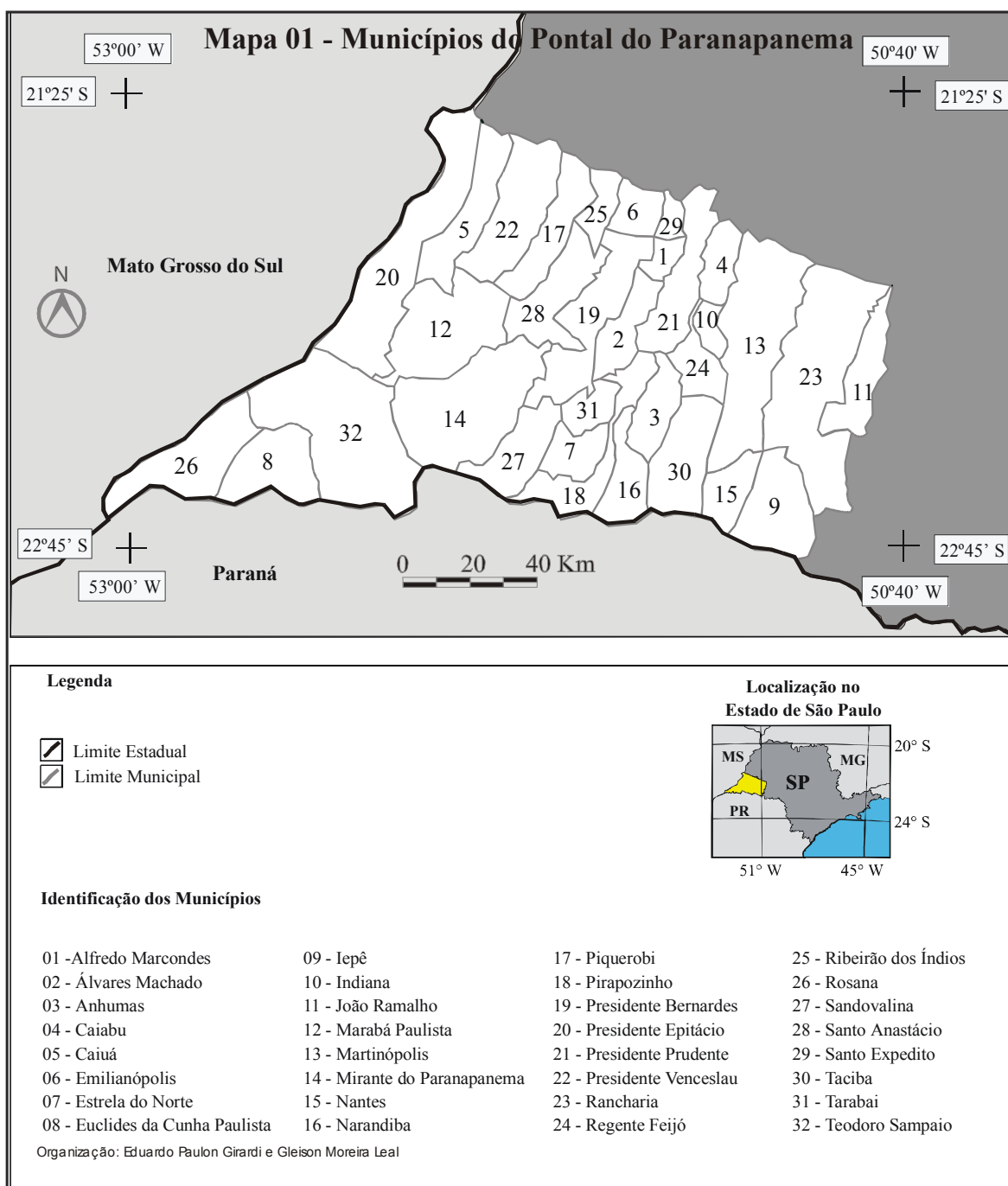
No processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, também é importante destacar as ações de José Teodoro de Souza que grilou a fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy, cujo registro paroquial obtivera junto ao vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu.

Com a demarcação dessas duas Fazendas, iniciam-se as vendas irregulares de lotes de terras para pequenos e grandes proprietários, ocorrendo assim a sucessão das áreas griladas.

¹ As informações contidas nesse capítulo foram obtidas no trabalho A Ocupação do Pontal do Paranapanema elaborado por José Ferrari Leite.

² Compreendemos o Pontal do Paranapanema a partir do recorte regional adotado pela Unipontal - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema. Assim, a região é constituída pelos seguintes municípios: Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Piquerobi, Santo Anastácio, Caiuá, Presidente Bernardes, Ribeirão dos Índios, Sandovalina, Estrela do Norte, Narandiba, Tarabai, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Anhumas, Indiana, Martinópolis, Alfredo Marcondes, Caiabú, Taciba, Iepê, Rancharia, João Ramalho, Santo Expedito, Emilianópolis e Nantes.

A região do Pontal do Paranapanema é caracterizada pela irregularidade fundiária desde o século XIX, cujos grileiros procuram validar os títulos falsos das propriedades. Os municípios do Pontal do Paranapanema constituem a região oeste do Estado de São Paulo ver (Mapa 01) a seguir.



Segundo Leite (1981, p. 40), ocorrem vendas, permutas irregulares de terras e, em 1861, Gouvêa vende a fazenda Pirapó-Santo Anastácio para Joaquim Alves de Lima e, após o seu falecimento, a posse da Fazenda passa para João Evangelista de Lima.

Os sucessores das posses griladas procuram legitimar as áreas, mas notáveis são os erros técnicos, os desconhecimentos das áreas como, por exemplo, numa das cartas topográficas consta que o rio Paranapanema cruza o rio Paraná.

Outro latifúndio importante no processo de Ocupação do Pontal é a fazenda Boa Esperança do Água Pehy de ocupação primária de Francisco de Paula Moraes genro de José Teodoro de Souza. Esse latifúndio também passa por sucessores, como, por exemplo, Francisco de Paula Moraes; o coronel José Rodrigues Tucunduva, etc. Essa Fazenda também foi declarada pelo agrimensor Manoel Pereira Goulart, afirmando residir no local desde 1850, onde havia cultura de café, cana-de-açúcar, mandioca, milho e pastagem.

Antes de finalizar os processos referentes às sentenças das glebas, Evangelista e Goulart permutam de fazendas no Tabelionato de Santa Cruz Rio Pardo - SP no ano de 1890. Como os fazendeiros não podem permutar algo que não lhes pertence, então solicitam o reconhecimento oficial da área como, por exemplo, a permissão para trazer colonos estrangeiros para trabalhar na fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Nesse contexto, Goulart vende e troca parte das terras, surgindo centenas de outros grilos na fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Em dezembro de 1930, a Fazenda do Estado de São Paulo opõe-se à divisão da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, porque os títulos originais de posse e domínio são falsificados criminosamente, incluindo os registros paroquiais desde

1856 e a permuta de 1890. Nas análises dos documentos, os peritos gráficos identificam que o registro paroquial elaborado em São João do Rio Verde e a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco são falsificados, ou seja, são elaborados por uma única pessoa.

Em 1932, a Secretaria da Agricultura do Estado comunica ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana, principalmente nas Comarcas de Presidente Prudente e Santo Anastácio porque as terras são devolutas.

Outros elementos a serem destacados na ocupação do Pontal do Paranapanema, são as áreas de florestas. As matas tropicais são desmatadas e, em algumas áreas e/ou perímetros³, como (Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio), resultam na formação de latifúndios e municípios.

Dessa forma, Leite (1981, p. 62), ressalta a importância da criação em 1941 de parques estaduais no Pontal do Paranapanema, voltados para a conservação da flora e da fauna. As reservas são as seguintes: Reserva do Parque Estadual do Morro do Diabo, Reserva da Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal.

As formações das áreas de reservas contribuem com a redução da grilagem de terras e com a ocupação das florestas, mas esses fatos não são superados, uma vez que, entre 1935 a 1965, os grileiros afirmam serem eles os supostos donos das propriedades. Desse modo, os “proprietários” desmatam indiscriminadamente as áreas e procuram legitimar os grilos, através de apoios

³ Perímetros são unidades territoriais adotadas pela Procuradoria Geral do Estado, apud Fernandes 1996.

com políticos ligados ao governador da época (Sr. Ademar de Barros), para regularizar as terras griladas.

Os falsários não conseguem a regularização, mas retalham as áreas e vendem suas partes em propriedades menores. Os compradores adquirem as terras por meio de plantas topográficas, indicando assim o desconhecimento da área.

Para conter os conflitos pelas posses ilegais de terras, alguns jornais locais, como A Voz do Povo, O Correio da Sorocabana, O Imparcial noticiaram os primeiros fatos sobre os golpes imobiliários nas Reservas com o intuito de impedir as ocupações.

Apesar da constituição da Lei de Terras (1850), da criação de reservas florestais, os processos de ocupações e grilagens de terras continuam no Pontal do Paranapanema. Os processos são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura cafeeira no Estado de São Paulo, principalmente no Pontal do Paranapanema.

1.1 – A expansão da cafeicultura e o processo de grilagem de terras no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema apresenta diversos fatores no seu processo de ocupação como, por exemplo, a grilagem de terra que permite a formação de propriedades menores e com isso os supostos proprietários passam as áreas para os seus sucessores, ou seja, pessoas próximas às famílias (amigos, colegas) ou então para os próprios familiares.

Segundo Leite (1981), com as sucessões das terras, a fazenda Pirapó-Santo Anastácio estava na posse de Manoel Pereira Goulart e foi comercializada

(70.000 ha) com inúmeros compradores e (100.000 alqueires) com a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo. Essa Companhia faliu em 1927, após realizar um empréstimo de 2.000.000 francos ouros junto aos bancos franceses. Assim, o controle acionário das terras, no extremo oeste do Estado de São Paulo, passou para a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio.

As terras que ficaram para os descendentes de Goulart, como o seu filho Francisco de Paula Goulart, foram negociadas, movimentando a cidade de Presidente Prudente–SP através dos surgimentos de pequenas e grandes propriedades griladas.

Um dos novos grileiros nesse processo de ocupação foi o Comandante Heitor Xavier Pereira da Cunha que vendeu suas terras em 1936 para a Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana com sede no Rio de Janeiro, sob a administração dos Srs. Alfredo Marcondes Cabral e José Castilho Cabral.

Até meados da década de 1930, as vendas de terras no Pontal do Paranapanema foram caracterizadas pela existência de documentos duvidosos e pela queda dos preços do café, desestimulando alguns produtores rurais.

A expansão da cafeicultura no oeste do Estado de São Paulo também contribuiu para a ocupação do Pontal do Paranapanema, com a construção da Estrada de Ferro Alta Sorocabana para transportar a produção cafeeira para o Porto de Santos. O café foi importante no povoamento da Alta Sorocabana, por isso a marcha do café ultrapassou as manchas de terras roxas chegando aos solos de arenito Bauru.

O desenvolvimento inicial da cultura cafeeira no Brasil ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, mas essa cultura se expandiu pelos seguintes Estados: São

Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, permitindo o povoamento dessas regiões, dentre elas o oeste do Estado de São Paulo.

A primeira área ocupada com a cultura cafeeira no Estado de São Paulo foi o Vale do Paraíba, e, em meados do século XX, as plantações entraram em decadência por causa do esgotamento dos solos.

De acordo com Monbeig (1984, p. 167-8), o café expandiu-se no Estado de São Paulo por zonas cafeeiras, sendo a primeira desenvolvida no Vale do Paraíba (1854); a segunda na região de Itu (1886) e a terceira na região de Rio Claro (1904).

A distribuição dos cafezais também ultrapassa a região do Paranapanema e se estende para o território paranaense, principalmente nas regiões de Cambará e Ingá.

Num primeiro momento, ocorre a ascensão da produtividade cafeeira, cujo número de cafeeiros no Estado de São Paulo passa de 690 milhões em 1904 para 1.123.323.770 em 1927. Essa ascensão acompanha uma queda súbita nos preços do café, principalmente em função da crise de 1929, diminuindo assim os rendimentos.

A queda na produtividade esteve associada à geada de 1918, a crise de 1929, a broca do café, ao empobrecimento do solo e, com isso, os imigrantes procuraram novas terras roxas para cultivar os cafezais.

A distribuição geográfica dos cafeeiros associa-se ao desenvolvimento das estradas de ferro, principalmente para o escoamento da produção e para o povoamento de algumas regiões como, por exemplo, a Alta Sorocabana, a Mogiana, a Araraquarense.

De acordo com Monbeig (1984, p. 197), os trilhos da ferrovia chegam a Quatá em 1916, a Presidente Prudente em 1920 e Presidente Epitácio em 1922. É no contexto da marcha do café nos espigões do extremo oeste do Estado de São Paulo que surge o município de Presidente Prudente.

O avanço da linha ferroviária Alta Sorocabana coincide com a chegada dos imigrantes japoneses, italianos, espanhóis desenvolvendo as pequenas propriedades caracterizadas pela policultura ao lado das grandes fazendas.

A queda dos preços do café em 1929 gerou conseqüências para os fazendeiros que estavam em vias de aumentar as plantações. Assim, registrou-se um recuo na produção e na qualidade do produto no Estado de São Paulo.

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoamentos que se elevaram à categoria de municípios e atualmente desempenham funções importantes no desenvolvimento e na prestação de serviços para região do Pontal do Paranapanema.

1.2 – A Formação do município de Teodoro Sampaio: grilo, latifúndio e luta pela terra

A ocupação do sudoeste do Estado de São Paulo também ocorre por meio da construção da Estrada de Ferro Sorocabana. As construções dos trilhos dessa Estrada de Ferro permanecem paralisadas até 1889 na vila de Botucatu e começam avançar em meados de 1917, chegando a Presidente Prudente em 1920.

Instalados os trilhos da Estrada de Ferro, intensifica-se a procura de terras para o plantio de café e segue-se a formação dos municípios. Do território de

Presidente Prudente, surgem alguns municípios localizados entre Rancharia e Presidente Epitácio, ao passo que, em 1925, funda-se o município de Presidente Venceslau. Do território que constituía o município de Presidente Venceslau, formam-se os municípios de Presidente Epitácio (1944), Marabá Paulista (1958) e Teodoro Sampaio (1964) (ver foto1).



Foto 1: Formação do Município de Teodoro Sampaio, 1960
Fonte: Arquivo Municipal de Teodoro Sampaio, 1985

Na formação dos municípios do Pontal do Paranapanema, o poder público está associado ao poder privado, caracterizando o coronelismo em que há uma relação de compromisso entre as duas partes. Em Presidente Prudente, esse sistema foi explícito, principalmente com as disputas pelo poder municipal entre os coronéis Francisco de Paula Goulart (senhor de terras) e José Soares Marcondes (empresário no setor de imóveis).

No coronelismo, os elementos centrais estão caracterizados na subordinação, no favorecimento e na compaternidade das decisões a serem tomadas e por isso dependem das vontades do coronel (mandonismo local) e nas

trocas de favores. Um dos exemplos do coronelismo são as atitudes tomadas por alguns políticos no Pontal do Paranapanema, como a utilização de equipamentos públicos municipais de acordo com seus interesses. Esses elementos permearam a formação dos municípios do Pontal do Paranapanema, contribuindo com as disputas de poder na sociedade civil.

Desde a constituição dos municípios do Pontal, ocorreram trocas de favores entre políticos e moradores, principalmente porque alguns serviços como: saúde; saneamento básico; empregos foram escassos ou inexistentes. No processo de formação de Teodoro Sampaio, essa realidade também existiu, principalmente no transporte de pacientes para as unidades hospitalares, caracterizando trocas de favores.

A origem do nome Teodoro Sampaio foi uma homenagem ao engenheiro cartógrafo e geógrafo Theodoro Fernandes Sampaio. O município localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, na microrregião de Presidente Prudente que, por sua vez, integra o Planalto Paulista; possui relevo regular, em ondas de colinas suaves, compondo espigões areníticos mesozóicos. Uma das características físicas do município é a formação do arenito-caiuá, com a denominação dos testemunhos exemplificados pelo “Morro do Diabo”.

A área do município de Teodoro Sampaio foi parte da antiga fazenda Cuiabá, de origem litigiosa por meio da grilagem de terras. Esse grilo constituiu parte da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, ou seja, a primeira grande propriedade grilada no Pontal do Paranapanema.

As terras pertenciam ao Estado e os primeiros habitantes foram os índios Kaigangs e Caiuás, expropriados, expulsos para o Mato Grosso do Sul.

Conforme ressaltou Vasques (1973, p. 162), a escritura da fazenda Pirapó-Santo Anastácio é datada de 11 de janeiro de 1853, transcrita em 28 de junho de 1880, na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo-SP, após a Lei de Terras (1850).

A sede da fazenda Cuiabá localizava-se no atual distrito de Cuiabá Paulista, pertencente ao município de Mirante do Paranapanema. A Fazenda foi negociada entre os grileiros, surgindo propriedades menores e, após sucessivas vendas a fazenda foi dividida em três partes, fundando Teodoro Sampaio.

Segundo Vasques (1973), a primeira parte, cuja área era de 19.840 alqueires, foi vendida por Cândido Alves Teixeira ao Coronel José Pires de Andrade. A partir desse fato, outras partes dessa área foram negociadas. Posteriormente o Sr. José Miguel de Castro Andrade juntamente com o Sr. Odilon Ferreira resolveram fundar a “Organização Colonizadora Engenheiro Theodoro Sampaio” e da primeira parte (19.840 alqueires) separaram 98 alqueires, estudando a possibilidade de organizar uma cidade e, no dia 07 de janeiro de 1952, foi idealizada a formação do povoado de Teodoro Sampaio.

A formação de Teodoro Sampaio permitiu a aglutinação de pessoas oriundas de várias localidades como, por exemplo, a família do Sr. F⁴ migrou do Estado do Pernambuco para Teodoro Sampaio, realizando atividades principalmente na zona rural.

Conforme a tabela 01, durante as décadas de 1970 e 1980, a população rural representou maior número; principalmente porque as famílias residiam nas grandes fazendas. Após a década de 1980 surgiram em Teodoro Sampaio atividades voltadas para a construção civil, em função das obras nas usinas

⁴ Esta letra representa o nome de um morador no município de Teodoro Sampaio. Por medida de integridade pessoal, não colocamos o nome completo no corpo do texto.

hidrelétricas permitindo um aumento populacional urbano. Essa dinâmica populacional apresentou alguns reflexos, após a implantação dos assentamentos rurais e com isso aumentou a população rural.

Para contextualizar o número total da população teodorenses, a (Tabela 1) seguir, contém os valores absolutos desde a década de 1970.

Tabela 01 – Teodoro Sampaio: população residente segundo a situação da unidade domiciliar

Ano	Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Total
1970	15755	4087	19842
1980	15418	10663	26081
1985	18382	16402	34784
1991	22193	26580	48773
1996	2896	16607	19503
2000	4081	15920	20001

Fonte: Fonte: Censos demográficos 1970; 1980; 1985; 1991; 1996 e 2000; Perfil Municipal SEADE, 1993; Contagem da População IBGE, 1996

De acordo com a (Tabela 1), a população no município de Teodoro Sampaio, apresentou dados expressivos em relação à quantidade de habitantes no município. É importante ressaltar que os registros dos Censos Demográficos de 1970 e 1985 incluíam a população teodorenses constituída pelos atuais municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

O município de Teodoro Sampaio possuiu área até 1992, de 2.879,8 km², era o maior município do Estado de São Paulo em extensão territorial, estando constituído pela seguinte área: Teodoro Sampaio (sede), Euclides da Cunha Paulista, Primavera, Rosana, Planalto do Sul e Santa Rita do Pontal como distritos.

Os distritos de Rosana e Euclides da Cunha Paulista são emancipados em 1989, tornando-se municípios em janeiro de 1992. O município de Rosana tem área de 740,6 km², enquanto que o município de Euclides da Cunha Paulista fica com área de 578,6 km².

Com a emancipação política desses distritos em 1992, ocorre o aumento da população do município de Teodoro Sampaio (1996 para 2001), principalmente da população rural em 70,96%, em função da implantação de assentamentos rurais, provocando impactos econômicos, políticos, etc.

O aumento populacional, entre as décadas de 1970 para 1990, ocorre principalmente com a migração dos trabalhadores para a construção das usinas hidrelétricas.

Na segunda parte da década de 1990, surge a organização dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e a posterior implantação de assentamentos rurais, aumentando a população rural do município.

A implantação de assentamentos no Pontal do Paranapanema contribui para o retorno de dezenas de famílias para o campo. O retorno das famílias identifica que o meio rural apresenta condições para a sobrevivência, mas são necessárias políticas agrícolas para fortalecer os pequenos produtores agrícolas. O (Quadro 1) a seguir, contém os dados referentes à população dos municípios do Pontal do Paranapanema, sendo que alguns municípios (nomes em negritos) apresentam aumento populacional em função da implantação de assentamentos.

Quadro 1 – População residente por situação de domicílio Pontal do Paranapanema (1991 – 2000)

Municípios	Pop. Rural		Pop. Urbana		Pop. Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2001
Alfredo Marcondes	1214	1024	2289	2663	3503	3687
Álvares Machado	3478	2567	15387	20106	18865	22673
Anhumas	1373	903	1874	2501	3247	3404
Caiabú	1472	962	2380	3115	3852	4077
Caiuá	1879	2423	1456	1769	3335	4192
Emilianópolis	----	703	----	2194	----	2897
Estrela do Norte	1137	840	1648	1787	2785	2627
Euclides da Cunha Pta.	----	3783	----	6431	----	10214
Iepê	2442	1299	7563	5959	10005	7258
Indiana	1163	871	3456	4063	4619	4934
João Ramalho	1067	765	1965	3075	3032	3840
Marabá Paulista	1608	1645	1899	2048	3507	3693
Martinópolis	4522	4371	15149	17973	19671	22344
Mirante do Paranapanema	4656	6377	10520	9832	15176	16209
Nantes	----	610	----	1660	----	2270
Narandiba	1223	1460	1921	2281	3144	3741
Piquerobi	979	1024	2296	2454	3275	3478
Pirapozinho	1986	1389	18966	20712	20952	22101
Presidente Bernardes	5454	4488	10800	10152	16254	14640
Presidente Epitácio	4156	2943	30608	36331	34764	39274
Presidente Prudente	5279	3954	159701	185150	164980	189104
Presidente Venceslau	1757	2810	34281	34566	36038	37376
Rancharia	3859	3781	23010	24985	26869	28766
Regente Feijó	2674	1732	12225	15228	14899	16960
Ribeirão dos Índios	----	462	----	1760	----	2222
Rosana	----	18029	----	6197	----	24226
Sandovalina	767	1340	1642	1751	2409	3091
Santo Anastácio	3060	1703	18983	19040	22043	20743
Santo Expedito	598	526	1624	2004	2222	2530
Taciba	1452	978	3298	4241	4750	5219
Tarabai	793	559	3898	5229	4691	5788
Teodoro Sampaio*	22193	4081	26580	15920	48773	20001
Total	82241	80402	415419	473177	497660	553579

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1991 e 2000

* Área de estudos dos impactos socioterritoriais

A dinâmica demográfica no Pontal do Paranapanema apresenta diferentes períodos, sendo os principais caracterizados pelo desenvolvimento de atividades econômicas como, por exemplo, a construção da ferrovia Alta Sorocaba; dos latifúndios cafeeiros; da pecuária extensiva; da construção civil (usinas hidrelétricas) e dos assentamentos de trabalhadores rurais, sobretudo após 1990.

A dinâmica demográfica no Pontal do Paranapanema, conforme ressalva Alegre (1982), apresenta algumas mudanças demográficas como a emigração, o

êxodo rural, em que a agricultura cede área para as pastagens destinadas para a engorda de gado bovino.

A pecuária desempenha papel importante no Pontal do Paranapanema, por isso muitas áreas são destinadas à cria, recria e engorda de gado. Dessa forma, os frigoríficos expandem suas atividades de abate do rebanho bovino principalmente na década de 1980. Em meados da década de 1990, intensificam-se os incentivos fiscais, econômicos, para implantação de unidades produtivas no Estado do Mato Grosso do Sul e com isso as atividades no Pontal do Paranapanema entram num período de crise, com o fechamento de alguns frigoríficos, localizados em Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Presidente Prudente, etc. No município de Teodoro Sampaio, não existem frigoríficos, mas há grandes áreas de pastagens, (ver foto 2) a seguir.

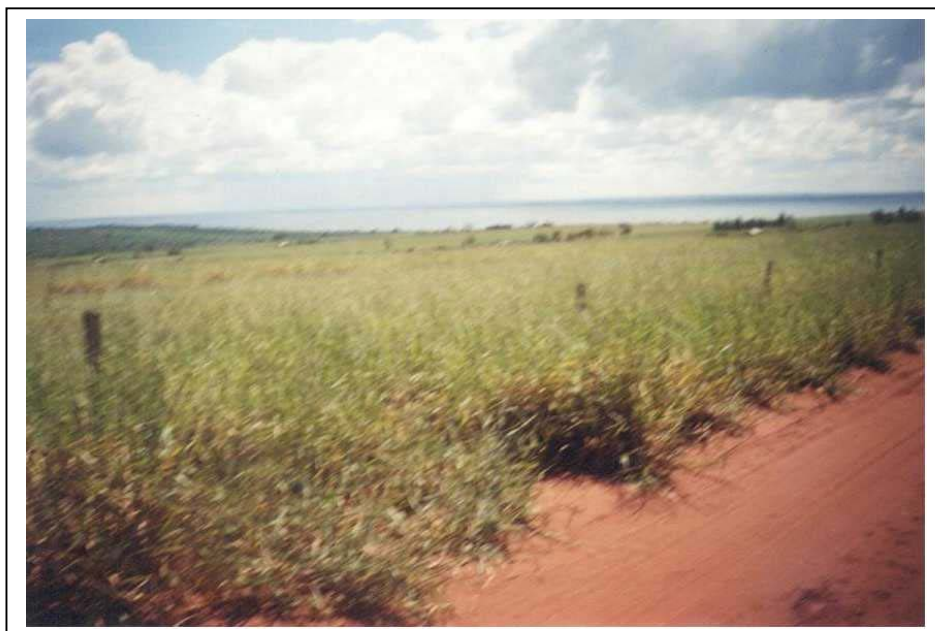


Foto 2: Área de Pastagem no município Teodoro Sampaio
Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Autor: Leal, Gleison Moreira

As atividades econômicas desenvolvidas no município de Teodoro Sampaio se caracterizaram principalmente pela pecuária extensiva. Porém, outros projetos também foram elaborados para atender o município, dentre esses o Proálcool e a construção da usina hidrelétrica Taquaruçu pela Companhia Energética de São Paulo – CESP e atualmente os assentamentos rurais.

Os projetos fizeram parte de um conjunto de medidas desenvolvidas pelo Estado, para proporcionar crescimento econômico ao município e à região, através da geração de empregos e receitas, com o fornecimento de energia elétrica.

A geração de empregos ocorreu sobretudo no início das obras (décadas de 1970 para 1980). Quando elas foram concluídas, milhares de trabalhadores ficaram desempregados ou migraram para outras regiões, como fez a família do SR. P. que migrou para o Estado do Rio Grande do Sul para trabalhar numa outra usina hidrelétrica. (Pesquisa de Campo, Fev. 2003)

Na década de 1990, as atividades econômicas no município se caracterizaram pela paralisação e término de alguns canteiros de obras como (terraplanagem, montagem) nas usinas hidrelétricas, desempregando milhares de trabalhadores da construção civil.

Uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores para minimizar o desemprego foi o engajamento na luta pela terra, o que resultou-se na organização de movimentos socioterritoriais como, por exemplo, o MST.

As ocupações de terras no Pontal do Paranapanema se intensificam principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, (ver Quadro 2) a seguir.

Quadro 2 – Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema por município – 1990 – 2001

Nome do Município	1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	2000	2001	Total
Álvares Machado								02					02
Caiuá								09	04	06			19
Euclides da Cunha Paulista				03			04	09	06	01	03	02	28
Iepê									03				03
Marabá Paulista								01		01		01	03
Martinópolis					07	02	05	05	02				21
Mirante do Paranapanema		05	09	25	30	30	10	03	16			01	129
Nantes									02	01			03
Narandiba									01				01
Piquerobi										01			01
Presidente Bernardes							03		07	01		01	12
Presidente Epitácio			02			02	09	01	06	04	02		26
Presidente Prudente								01					01
Presidente Venceslau							10	02	02	02			16
Rancharia					01	08	01	04	04				18
Regente Feijó										02			02
Ribeirão dos Índios										02			02
Rosana					01		01	02	09				13
Sandovalina						03	11	01		02			17
Santo Anastácio							01	01	01	01			04
Taciba									02				02
Tarabai								01					01
Teodoro Sampaio*	01				02	02	01	02	05	01	08	03	25
Total	01	05	11	28	41	47	56	44	70	25	13	08	349

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2002

* Área de estudos dos impactos socioterritoriais

As ocupações de terras são os principais instrumentos para as implantações de assentamentos, contribuindo com o retorno da população para o meio rural. Por exemplo, nos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, a população rural aumentou em termos absolutos, fortalecendo também a agricultura camponesa.

O aumento da população rural é um dos resultados dos impactos socioterritoriais, principalmente porque ocorrem mudanças demográficas nos municípios em que são organizados os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra.

As organizações dos trabalhadores rurais sem-terra permitem o fortalecimento da agricultura camponesa desenvolvida nas pequenas unidades de

produção (lotes), mas tornou-se necessário superar alguns problemas para a consolidação das famílias como, por exemplo, a carência de créditos agrícolas, a concentração fundiária, ou seja, fatores que ainda permanecem após a implantação dos assentamentos.

Capítulo 2 – Os Impactos socioterritoriais no contexto das evidências e permanências dos assentamentos rurais

Os impactos socioterritoriais são analisados por escalas e etapas, porque as mudanças acontecem desde a formação das grandes propriedades que destruíram algumas reservas florestais, tais como A Grande Reserva Pontal, Morro do Diabo, A Reserva da Lagoa São Paulo, da construção das usinas hidrelétricas, dos assentamentos rurais, caracterizando nos impactos socioterritoriais, etc.

As mudanças ocorreram porque as áreas de florestas foram devastadas e a cobertura vegetal nativa foi substituída pela gramínea destinada para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

A partir dessas mudanças, contextualizamos os principais impactos, considerando, sobretudo, o período de formação histórica do município de Teodoro Sampaio.

Compreendemos os impactos socioterritoriais a partir da constituição das lutas organizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra, cuja principal ação decorre das ocupações de latifúndios e da posterior implantação de assentamentos rurais.

As ações dos latifundiários, por meio da pecuária extensiva, da construção de usinas hidrelétricas, de usinas de álcool, da formação de reservas florestais, da implantação de assentamentos rurais, da organização da UDR, dos sem-terra, também constituem os impactos no município de Teodoro Sampaio.

Os impactos socioterritoriais estão circunscritos às ações (ocupação, manifestação) dos trabalhadores sem-terra vinculados ao MST para conquistar a terra. Após a conquista da terra, surgem demandas por infra-estruturas e a

reivindicação ocorre na forma de projetos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

As escalas e as etapas dos impactos socioterritoriais são organizadas a partir da constituição dos principais projetos de desenvolvimento no município de Teodoro Sampaio. O (Quadro 3), contém os impactos decorrentes do desenvolvimento territorial do município, mediante as políticas implantadas pelos governos municipais, estaduais e federal, bem como da participação dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra.

Quadro 3 – Escalas e etapas dos impactos no município de Teodoro Sampaio

Etapas	Principais escalas dos impactos provocados no município de Teodoro Sampaio
1856	Antonio José de Gouvêa procurou retirar o registro Paroquial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio
1886	Tentativa de legitimação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio por João Evangelista de Lima sendo um dos sucessores das terras griladas
1890	Permuta entre os sucessores das Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Aguapehy
1932	Foi divulgado em nota oficial da imprensa originária da Secretaria da Agricultura do Estado, comunicando ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana
1940	Ocupação da fazenda Cuiabá que deu origem à cidade de Teodoro Sampaio
1942	Formação das Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema, inclusive a Reserva do Parque Estadual Morro do Diabo
1950	Organização e construção da ferrovia (Ramal de Dourados)
1954	Os jornais (A Voz do Povo), (A Tribuna), notificaram os primeiros casos de destruição das reservas do Pontal principalmente, o Parque Estadual Morro
1964	Emancipação política do município de Teodoro Sampaio
1970	Intensificação e constituição do programa Próalcool por meio da formação da Destilaria de Álcool Alcídia
1980	Início dos projetos para a construção das Usinas Hidrelétricas: Taquaruçu, Rosana e Sérgio Motta
1984	Formação do assentamento populacional dirigido pelo Estado – Gleba XV de Novembro
1990	Primeira ocupação de terra organizada pelo MST no latifúndio Nova Pontal
1992	Emancipação política dos distritos de Euclides da Cunha Paulista e Rosana
1995	Término de alguns canteiros (montagem, terraplanagem, concreto) das obras das usinas hidrelétricas e organização dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra (MST)
1998	Intensificação das ocupações de terras e conquista de assentamentos rurais
2000	Paralisação no processo de regularização fundiária, bem como na implantação de assentamentos rurais
2001	Aumento de famílias acampadas e da violência no campo
2002	Perseguição política das lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra
2003	Elaboração do Projeto de regularização fundiária para áreas com até 500 ha

Fonte: Vasques (1973); Leite (1981); Fernandes (1996); Pesquisa de Campo, Fev. 2003

Por meio do (Quadro 3) acima, identificamos que os impactos provocados no município de Teodoro Sampaio foram decorrentes das políticas governamentais por meio dos projetos de “desenvolvimento”, e da organização dos trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao MST. As etapas formam os principais períodos, cujas datas são referentes às mudanças que alteraram a dinâmica social, econômica e política do município. As etapas compreendem os seguintes períodos: desenvolvimento municipal, término das usinas hidrelétricas e a organização dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, ou seja, foram períodos em que as atividades econômicas apresentaram mudanças como, por exemplo, o setor da construção civil deixou de ser a principal atividade em função da expansão da agricultura camponesa nos assentamentos rurais.

Já as escalas dos impactos representam os acontecimentos, caracterizados desde a ocupação primária da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio até a constituição dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra, elemento central nas discussões dos impactos.

As escalas nos impactos compreendem o espaço no âmbito local, regional, uma vez que as mudanças se repercutem na escala micro (onde são implantados os projetos) e também na escala macro (onde as famílias comercializam a produção agrícola).

No tocante à caracterização dos impactos, esse processo foi contraditório, porque, num primeiro momento, as mudanças “beneficiam” o município por meio da geração de empregos, do fortalecimento da pecuária, da implantação de algumas infra-estruturas básicas como, por exemplo, hospitais, pavimentação e clubes recreativos.

Com o término dos projetos de construção civil das usinas hidrelétricas, com a redução do preço do álcool em meados da década de 1990, as empresas intensificaram as demissões de funcionários e o município não possuiu infraestrutura para empregar a população economicamente ativa. Assim, organizaram-se e fortaleceram os movimentos envolvidos na luta pela terra.

Contextualizamos os impactos socioterritoriais provocados pelos latifundiários, pelos sem-terra e pelo Estado. As mudanças provocadas pelos latifundiários referem-se ao aumento do rebanho bovino, bem como das áreas de pastagens. O (Quadro 4), a seguir contém o número do rebanho bovino no município de Teodoro Sampaio.

Quadro 4 – Rebanho bovino do município de Teodoro Sampaio

Período	N.º de cabeças
1993	76500
1995	105855
1998	99142
2001	103049

Fonte: IBGE, 2001

Utilizamos esses períodos em função de três elementos principais: o primeiro período (1993), diz respeito à divisão municipal com a emancipação política dos distritos de Rosana e Euclides da Cunha Paulista; o segundo período (1995) datou a intensificação das ocupações de terras, ao passo que, no terceiro período (1998), ocorreu a implantação de assentamentos rurais e no período de 2001 registrou-se a lentidão no processo de desapropriação de áreas devolutas.

De acordo com os dados do (Quadro 4), tornou-se possível compreender que, durante o período das ocupações de terras (1998), o rebanho bovino diminuiu e/ou foi transferido para outras áreas. Isso aconteceu principalmente pelos incentivos fiscais atribuídos pelo Estado do Mato Grosso do Sul, mas, em

2001, aumentou o número de cabeças de gado quando paralisaram as ocupações de terras, porque o latifúndio ocupado não era passível de desapropriação.

Assim, identificamos o poder de pressão que os latifundiários exercem na sociedade, principalmente nos meios de comunicação: falado, escrito, criminalizando as ocupações de terras, incentivando a violência no meio rural, etc. Para descaracterizar as ações dos trabalhadores rurais, é utilizado o termo “invasão de propriedades” durante os discursos dessa classe na mídia, tornando-se uma compreensão pejorativa da luta em que os sem-terra entram nas propriedades destruindo as benfeitorias.

O impacto provocado com a formação da grande propriedade ocorreu principalmente no solo, com o cultivo da monocultura canavieira e com a formação de áreas de pastagens.

Com as intensificações das ocupações de terras, os latifundiários não estão realizando investimentos na recuperação dos latifúndios, por isso essas áreas estão gerando recursos para os fazendeiros, porque a terra se tornou uma reserva de valor.

Dessa forma, as atividades econômicas desenvolvidas nos latifúndios de Teodoro Sampaio estão integradas aos principais circuitos produtivos, como o sucroalcooleiro, o sojicultor e a agroindústria frigorífica. Para o desenvolvimento dessas atividades, vem-se intensificando cada vez mais a mecanização; com isso, o trabalhador rural é substituído pela máquina, aumentando os bolsões de pobreza nas periferias urbanas.

Alguns dos resultados das sucessivas transformações, principalmente na base técnica produtiva agrícola, vem sendo a precarização do trabalho no meio

rural, como, por exemplo, aumento da jornada de trabalho, baixa remuneração, trabalho temporário, etc.

Diante desse quadro, Thomaz (2000, p. 7), ressalva as principais reestruturações do capital para o trabalho, como: a desproletarização do trabalho industrial fabril; ampliação do assalariamento no setor de serviços; incremento de formas de subproletarização decorrentes do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado; crescente incorporação do trabalho feminino; exclusão de trabalhadores jovens e velhos, acima de 45 anos, do mercado de trabalho e a expansão do trabalho infantil principalmente nas atividades agrárias e extrativas.

Essa realidade permitiu a organização e a resistência dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra no município de Teodoro Sampaio. Para minimizar os conflitos fundiários, o Estado, principalmente por meio do Itesp e da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, vem elaborando políticas de desenvolvimento rural visando realizar o processo de regularização fundiária das áreas devolutas do Pontal do Paranapanema.

No município de Teodoro Sampaio, as principais ações do Instituto vêm sendo a de sistematizar informações, dados, referentes aos assentamentos, aos acampamentos, bem como participar e mediar as negociações entre movimentos sociais rurais, latifundiários, governo municipal, estadual e federal.

Um impacto provocado pelo Itesp no município de Teodoro Sampaio foi a elaboração de programas para garantir e viabilizar o desenvolvimento das famílias assentadas, como o Programa Luz da Terra (implantação de energia elétrica em quatorze assentamentos rurais do município), assistência técnica, preservação ambiental, por meio do projeto Pontal Verde; enfim, são políticas que visam à

inclusão social dos assentados através da geração de renda, de emprego e da produção agropecuária, etc.

O aumento do número de assentamentos vem exigindo um maior respaldo político, econômico em investimento por parte das iniciativas governamentais. São notáveis as crises, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos governos, municipais e estaduais. Por isso, foi necessário reduzir gastos ou excluí-los, tais como alguns projetos de desenvolvimento rural como o Lumiar que foi extinto durante o período de governo FHC, sucateando assim os assentamentos rurais.

O principal impacto ocorre na relação entre sem-terra e latifundiários. Os sem-terra ocupam os latifúndios com o objetivo de implantar assentamentos, bem como pressionar o governo para elaborar ou implementar políticas agrícolas que beneficiem os pequenos agricultores, por meio da desapropriação de áreas devolutas, da concessão de crédito rural com baixos percentuais de juros. Por outro lado, os latifundiários realizam seus manifestos por meio da UDR – União Democrática Ruralista, com o apoio, respaldo político, econômico, jurídico desse grupo, constituído principalmente por fazendeiros e políticos engajados no setor agropecuário.

Os desdobramentos dos conflitos foram notificados desde 1990 nos principais jornais de circulação local (Oeste Noticias, O Imparcial); jornais de circulação nacional como (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo – Estadão), cujas informações geralmente menosprezaram as ações dos sem-terra em detrimento das reivindicações dos latifundiários.

Cabe aos leitores desse trabalho refletir sobre o significado de propriedade. De acordo com a pesquisa realizada por Leite (1981), o Pontal do Paranapanema

foi constituído por duas grandes propriedades griladas⁵, cujas terras foram demarcadas e apropriadas de modo ilegal pelos grileiros, resultando nos atuais latifúndios.

Os resultados das ocupações primárias (irregularidade fundiária, falsificação de documentos, concentração fundiária) são alguns fatores que permitem o desencadeamento das ações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra no Pontal.

Quando abordamos os impactos socioterritoriais, apresentamos as principais mudanças provocadas pelos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. São mudanças contraditórias, porque se originam no interior do próprio capitalismo, como, por exemplo: o desemprego no meio rural que se intensificou com a automação agrícola, elemento essencial para aumentar e qualificar a produção agropecuária. Se, por um lado, foi necessário produzir de modo eficiente com poucos custos e maior margem de lucro; do outro, foi importante gerar condições para o trabalhador adquirir os produtos.

Uma das alternativas para a resistência ao modelo de expropriação no meio rural, foi a organização da agricultura camponesa, reestruturada principalmente através dos sem-terra.

A participação dos acampados, dos assentados no processo de luta pela terra caracteriza novas relações no meio rural, permitindo uma nova compreensão da questão agrária no Pontal do Paranapanema.

Quanto às novas relações no meio rural, podemos contextualizá-las a partir da resistência e recriação de uma agricultura voltada para subsistência da família,

⁵ Para maiores informações sobre o processo de Ocupação do Pontal do Paranapanema ver a primeira parte do trabalho e/ou a obra de Leite (1981).

cujo excedente é comercializado. Podemos afirmar que os camponeses assentados no município de Teodoro Sampaio estão integrados ao mercado, mas o principal objetivo da produção é, em primeira instância, garantir a sobrevivência da família. Para o assentado M. B.

Primeiro garantimos nossa alimentação, por isso fazemos horta, plantamos arroz, feijão, milho, criamos galinha, mas têm coisas que não podemos tirar do lote como o sal, o açúcar, o fumo, por isso fazemos outras atividades para ganhar dinheiro e conseguir comprar no mercado. (PESQUISA de Campo, Fev. 2002)

De acordo com o relato acima, apresentamos o referencial teórico para as análises dos tipos de agricultores que estão inseridos na compreensão dos impactos socioterritoriais. Desse modo, relacionamos os assentados com os principais aspectos dos estudos de Chayanov (1974), que são: organização política dos camponeses através da composição do grupo familiar para o desenvolvimento das atividades; satisfação das necessidades dos membros das famílias através do – *optimum*; realização de atividades externas nas propriedades mediante o crescimento da família e/ou períodos de entressafras, etc. Para Chayanov (1974), o *optimum* se caracterizou pelo equilíbrio entre a produção agrícola com a exploração doméstica, ou seja, com as atividades realizadas pelas famílias. O camponês trabalha até o ponto de atender às necessidades da família, porque o aumento, o desgaste da força de trabalho são desvantajosos e o limite para a produção é a satisfação dos membros das famílias.

Por meio desses elementos, norteamos o referencial utilizado no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que os assentados vêm constituindo o campesinato através da resistência travada na luta via ocupações de terras.

O aporte político para a participação nas ocupações resume-se nas condições em que se encontram as famílias participantes desse processo, como desempregadas; excluídas dos meios de produção e expropriadas do acesso a terra, etc. A conscientização sobre os problemas, sobre as dificuldades no meio rural e nos demais segmentos da sociedade (político, econômico, social) são as primeiras raízes que brotam incentivando as famílias a participarem na luta pela terra.

A participação desses sujeitos sociais vem alterando o espaço político no município de Teodoro Sampaio, porque os conflitos refletem direta ou indiretamente uma manifestação oriunda da dificuldade que o Estado apresenta em garantir o bem-estar social para a população. O bem-estar é compreendido neste trabalho como uma realização econômica, social e política para as famílias, uma vez faltando alguns desses elementos, os trabalhadores rurais, principalmente os sem-terra estão se organizando para reivindicar e garantir os direitos.

Os conflitos, as manifestações não acontecem apenas entre sem-terra e latifundiários, mas também entre o Estado, porque este é o gestor das políticas de desenvolvimento e mediador das relações entre proprietários (latifundiários) e sem-terra (expropriados).

No Pontal do Paranapanema, especialmente em Teodoro Sampaio, o INCRA e a Procuradoria Geral do Estado realizaram desapropriações de terras devolutas através de processos de regularização fundiária. As áreas para serem desapropriadas estão sendo analisadas num ritmo lento em função dos trâmites burocráticos. Como consequência, tem aumentado o número de acampamentos

de sem-terra no Pontal do Paranapanema como, por exemplo, em 2001 existiram 2 acampamentos passando para 4 em 2002 (Pesquisa de Campo, Fev. 2002).

A formação de acampamentos de trabalhadores rurais representa uma questão política porque reúne um conjunto de pessoas para reivindicar o direito da propriedade fundiária e está diretamente relacionada com a questão política.

Esse aspecto consiste na principal dificuldade que o MST encontra para organizar os assentamentos, porque ainda existem assentados que são influenciados por planos de governos que, num futuro próximo deixam de beneficiar os trabalhadores. Para conter o idealismo e as práticas de trabalhos individuais nos assentamentos, as lideranças vinculadas principalmente ao MST têm desenvolvido trabalhos de base para orientar as famílias a respeito das novas propostas de política agrária.

A identificação do assentado com a terra foi heterogênea, principalmente porque as realizações de trabalhos coletivos nos lotes não existem e/ou são escassas no município de Teodoro Sampaio. Os multirões, as práticas de ajuda mútua, ocorrem em períodos de plantio e colheita. Ideologicamente alguns assentados como, por exemplo, os Srs. M; V; procuraram fortalecer o grupo por meio da realização de assembléias, reuniões, manifestações, como aconteceu na Gleba Ribeirão Bonito, quando reivindicaram melhorias para escola e para o transporte escolar junto à prefeitura municipal de Teodoro Sampaio.

Outro elemento importante nos impactos socioterritoriais foi a questão política estruturada pelos sem-terra e pelos latifundiários. A própria organização dos sem-terra significa uma afronta para os fazendeiros, porque dela surge uma classe de desapropriados que está reivindicando o direito da propriedade e a destinação das áreas dos latifúndios. Por outro lado, os latifundiários procuraram

respaldo na Constituição Federal criminalizando as ações dos sem-terra. As participações desses sujeitos sociais criam novos espectros, novos fundamentos políticos para o entendimento da questão agrária em Teodoro Sampaio.

A questão agrária neste território vem ganhando novos contornos políticos, principalmente com o surgimento do acampado, do assentado, das políticas de assentamentos rurais, com uma nova destinação para as áreas dos antigos latifúndios.

Desse modo, apresentamos os principais impactos provocados pelos sem-terra, comparando o antes (área do latifúndio) e o depois (área dos assentamentos rurais), para apontarmos as evidências e as permanências durante a organização dos sem-terra nos seguintes projetos de assentamentos rurais: Alcídia da Gata; Água Branca; Vô Tônico; Santa Zélia e Santa Terezinha da Alcídia. Iniciamos a comparação pelo latifúndio Alcídia da Gata, ver (Quadro 5).

A área dessa Fazenda estava ocupada principalmente com cana-de-açúcar pertencente à Destilaria Alcídia. O trabalho agrícola nesse território foi realizado por trabalhadores temporários contratados pela Destilaria e quando a área foi transformada em assentamento surgiu a força de trabalho camponesa.

Quadro 5 – Assentamento Alcídia da Gata: comparativo do uso e ocupação da área

Aspectos	Antes da desapropriação (ha)	Depois da desapropriação (ha)
Cana-de-açúcar	300,47	13,51
Estradas	14,82	7,03
Pastagem	89,24	333,85
Área com melhoria de terras (terraço, preparo de solo)	55,27	NED
Área de construção dos lotes	NEA	13,46
Área de Preservação Permanente	NEA	19,09
Reserva Florestal	NEA	72,86
Total	459,80*	459,80

Fonte: Itesp, 1998; Pesquisa de Campo, Fev. 2003

* área que o proprietário predispôs a negociar

NEA – Não existia antes da desapropriação

NED – Não existe depois da desapropriação

A pecuária leiteira foi a principal destinação econômica para o latifúndio, sendo comercializada com o laticínio Quatá. A área desse latifúndio não foi ocupada pelos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, mas negociada entre Itesp, latifundiário e integrantes do MAST.

Com a implantação do assentamento, a atividade da monocultura cedeu espaço para a policultura, realizada por 19 famílias rurais assentadas, ao passo que, no período do latifúndio havia apenas 1 família na área.

O impacto nesse projeto foi notável porque o latifúndio foi desmembrado em pequenas unidades de produção, mas as áreas de pastagens permaneceram como principal atividade em função da pecuária leiteira. Esse fato ocorreu porque o assentamento se localizava em áreas de antigas plantações de cana-de-açúcar, por isso o solo já se encontrava degradado. Segundo o assentado P.

A terra que nós recebemos é fraca, plantei milho perdi, agora plantei mamona. É área de corte de cana de 5 ou 7 anos. Agora estamos esperando o Estado corrigir o solo com calcário, adubo, com curvas de nível para plantarmos outras culturas, como milho, feijão, afinal é bom criar galinha, mas também precisa ter o milho para tratá-las. (PESQUISA de Campo, Fev. 2002)

Com o plantio da cana-de-açúcar, o solo ficou degradado, por isso os assentados não possuíam recursos para corrigir o solo arenoso em relação aos nutrientes físicos, restando assim as áreas de pastagens destinadas para pequena pecuária leiteira desenvolvida nos lotes.

A implantação de assentamentos provoca algumas mudanças nas áreas em que as pequenas unidades são consolidadas, cujos principais impactos resultam na destinação econômica da área.

Essa realidade também pode ser observada no latifúndio Água Branca, cuja ocupação da fazenda foi constituída por áreas de pastagens. A pecuária extensiva foi uma das principais atividades no meio rural em Teodoro Sampaio,

fato esse verificado com o aumento do rebanho bovino, conforme (Quadro 4). Essa atividade não gerou empregos, como a lavoura desenvolvida pelos pequenos produtores, baseada no trabalho camponês. O (Quadro 6) a seguir, contém o uso da área no período de desapropriação do latifúndio Água Branca.

Quadro 6 – Assentamento Água Branca: comparativo do uso e ocupação da área

Aspectos	Antes da desapropriação (ha)	Depois da desapropriação (ha)
Eucalipto	3,68	NED
Construções	0,30	4,96
Pastagens	626,02	200
Estradas	NEA	16,53
Reserva Legal	NEA	45,59
Área agrícola dos lotes	NEA	358,23
Área de Preservação Permanente	NEA	3,39
Varjão	NEA	1,30
Total	630*	630

Fonte: Itesp, 1998; Pesquisa de Campo, Fev. 2003

* área que o proprietário dispôs a negociar

NEA – Não existia antes da desapropriação

NED – Não existe depois da desapropriação

Como nos demais latifúndios citados anteriormente, a pastagem foi objeto de ocupação predominante nas propriedades. A improdutividade das fazendas no que se refere às culturas de milho, mandioca, feijão, arroz, ou seja, aos gêneros de primeiras necessidades, tornou-se um fator decisivo para a ocupação do latifúndio pelos sem-terra.

Quando a mesma área é transformada em assentamento realizaram-se atividades voltadas para a subsistência das famílias, assim novas frentes de lutas se formam e os sem-terra ocupam novas áreas.

Os impactos nesse latifúndio ocorreram, sobretudo, com a produção agropecuária, porque no período anterior da implantação do assentamento, aproximadamente 99,34% da área do imóvel estava ocupada com pastagens, sendo assim, apenas 3 famílias desenvolveram atividades na área. Do ponto de

vista territorial, o latifúndio foi dividido em pequenos lotes distribuídos entre 25 famílias, mas o principal impacto ocorreu no interior do projeto, por meio da produção agropecuária em que a área de pastagem diminuiu seu percentual de ocupação em detrimento dos lotes agrícolas (ver Quadro 6 acima).

Nos impactos socioterritoriais, a produção agropecuária significou uma mudança importante no contexto social, econômico e político provocado pelas famílias assentadas, principalmente porque a área do latifúndio estava ocupada por atividades monocultoras (pastagens, cana-de-açúcar) passando para a policultura (cultivo de milho, feijão, mandioca, etc).

No latifúndio Vô Tônico, o maior percentual de ocupação da área (83,88%) diz respeito à monocultura canavieira, (Quadro 7).

Quadro 7 – Assentamento Vô Tônico: comparativo do uso e ocupação da área

Aspectos	Antes da desapropriação (ha)	Depois da desapropriação (ha)
Cana-de-açúcar	461,12	1,0
Pasto cultivado	62,92	230,00
Área de Preservação Permanente	9,68	12,36
Reserva Legal	NEA	112,36
Benfeitorias	16,00	20,00
Área agrícola dos lotes	NEA	174
Total	549,72*	549,72

Fonte: Itesp, 1998; Pesquisa de Campo, Fev. 2003

* área que o proprietário dispôs a negociar

NEA – Não existia antes da desapropriação

NED – Não existe depois da desapropriação

O latifúndio Vô Tônico se caracterizou como as demais fazendas que estavam ocupadas por atividades voltadas para os seguintes setores de mercado: frigoríficos e o sucroalcooleiro, etc.

Após a implantação do assentamento, a monocultura canavieira diminuiu a área ocupada em detrimento das pastagens desenvolvidas nos lotes em função da pecuária leiteira como principal atividade econômica.

A concentração fundiária ou as grandes áreas monocultoras possibilitam a organização dos sem-terra através dos conflitos entre os latifundiários, por isso as ocupações são acompanhadas por despejos, com a alegação de que a área era produtiva. A terra foi produtiva apenas para um determinado segmento social que dela se beneficia, ou seja, os latifundiários. Noutro extremo, os assentamentos reúnem famílias excluídas estabelecendo uma destinação social do latifúndio por meio da geração de recursos.

No latifúndio Santa Zélia, as atividades econômicas estavam intrínsecas às culturas de mercado como a cana-de-açúcar e a pecuária extensiva (áreas de pastagens). Nesse Latifúndio existe uma colônia com aproximadamente 12 famílias, onde as casas estavam destinadas para os trabalhadores da Destilaria Alcídia. Atualmente, essas habitações estão ocupadas por famílias assentadas. Para maiores detalhes do que havia no período do latifúndio e do assentamento, ver (Quadro 8).

Quadro 8 – Assentamento Santa Zélia: comparativo do uso e ocupação da área

Aspectos	Antes da desapropriação (ha)	Depois da desapropriação (ha)
Pastagens	1.420,70	1.139
Reserva Legal	311,70	558,13
Área de Preservação Permanente	22,60	NED
Benfeitorias	15,30	26,11
Culturas temporárias	76,80	131,52
Cana-de-açúcar	881,31	35,40
Área comunitária	NEA	11,58
Área agrícola dos lotes	NEA	826,67
Total	2.728,41*	2.728,41

Fonte: Itesp, 1998; Pesquisa de Campo, Fev. 2003

* área que o proprietário dispôs a negociar

NEA – Não existia antes da desapropriação

NED – Não existe depois da desapropriação

A área desse latifúndio representou a concentração fundiária e a expansão monocultora. O cultivo de cana-de-açúcar realizado na área não empregou equipamentos modernos, tais como a colhedeira mecânica.

A transformação do latifúndio em assentamento surge em decorrência da organização dos trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao MST.

O latifúndio está dividido em 104 lotes (entre 15 a 20 ha). A cana-de-açúcar deixou de ser a principal atividade porque os assentados passaram a cultivar mandioca, milho, ou seja, culturas voltadas para o abastecimento interno do lote e para comercialização, identificando assim as áreas agrícolas (826,67 ha).

Outro impacto expressivo nesse latifúndio consiste na formação de uma escola de ensino fundamental, cujas salas de aula localizam-se na ex-sede da propriedade.

É importante ressaltar que esse fato não acontece em todos os assentamentos recém-implantado como, por exemplo, no latifúndio Santa Terezinha da Alcídia.

Essa propriedade foi negociada por meio dos integrantes do MAST, Itesp, INCRA e latifundiário. Quando a área foi desapropriada, ocorreram negociações resultando na venda de cana-de-açúcar para a empresa Destilaria Alcídia. Para maiores detalhes do que havia no período de desapropriação do latifúndio ver (Quadro 9) a seguir.

Quadro 9 – Assentamento Santa Terezinha da Alcídia: comparativo do uso e ocupação da área

Aspectos	Antes da desapropriação (ha)	Depois da desapropriação (ha)
Cana-de-açúcar	514,10	82,42
Pastagem	300,40	450,01
Área de Preservação Permanente	20,40	298,08
Estradas internas	NEA	4,39
Total	834,90*	834,90

Fonte: Itesp, 1998; Pesquisa de Campo, Fev. 2003

* área que o proprietário predispôs a negociar

NEA – Não existia antes da desapropriação

NED – Não existe depois da desapropriação

A cultura canavieira é uma das principais atividades desenvolvidas nos latifúndios localizados em Teodoro Sampaio. Isso ocorre principalmente em função da presença da Destilaria Alcídia produtora de álcool e açúcar. Nesse latifúndio, os sem-terra não realizaram ocupações, por isso a desapropriação foi semelhante à da fazenda Alcídia da Gata, ou seja, a área estava ocupada com cana-de-açúcar e por isso os assentados esperaram a Destilaria realizar a colheita da cultura para entrarem nos lotes.

O assentamento é organizado pelo MAST – Movimento dos Agricultores Rurais Sem-Terra e os principais impactos ocorrem com a produção agropecuária e com a geração de renda. Diferente do latifúndio Santa Zélia, a fazenda Santa Terezinha da Alcídia não foi ocupada. De acordo com Lima (2002), o MAST é um movimento pacífico para realizar ocupações, por isso o engajamento político do grupo está associado à Social Democracia Sindical e ao PSDB.

A organização dos sem-terra é o elemento fundamental dos impactos socioterritoriais e das conquistas dos objetivos do grupo, por isso há assentamentos cujas lideranças são vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), como o projeto Laudenor de Souza e há casos em que os coordenadores dos movimentos são filiados aos partidos progressistas, inclusive porque eram ex-membros do MST, mas em função de divergências políticas, ideológicas, organizaram outro movimento dissidente, como o MAST.

Com a implantação dos assentamentos no município de Teodoro Sampaio, podemos verificar quais foram os principais impactos e permanências realizadas na organização dos projetos.

Quanto às permanências, mencionamos o predomínio da pecuária extensiva (aumento do rebanho bovino), da pecuária leiteira, da atividade de monocultura

da cana-de-açúcar também desenvolvida em alguns projetos de assentamentos rurais; como, por exemplo: Santa Terezinha da Alcídia, Alcídia da Gata, etc.

Outra permanência nos impactos consiste na formação política dos assentados. Embora exista a organização dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra, ainda foi notável com expressividade a vinculação de assentados nos partidos como: PSDB, PFL, PMDB, etc. Por exemplo, no assentamento Água Sumida, 90,09% das intenções de votos dos chefes das famílias foram para o partido PSDB, enquanto 9,1% destinaram seu voto ao PT.

Consideramos as permanências nos impactos, porque existem movimentos sociais rurais de resistência constituídos por camponeses expropriados, cujo processo de luta iniciou nos trabalhos de base, e temas como exclusão e modernização agrícola, são debatidos entre os acampados nos espaços de socialização política. Mas os discursos de caráter progressista, desenvolvimentistas balizados pelos grandes grupos econômicos permanecem enraizados nas concepções dos assentados e dos acampados.

As permanências são os elementos da questão agrária no município de Teodoro Sampaio, que se mantiveram após a implantação dos assentamentos como, por exemplo: concentração fundiária, aumento do rebanho bovino, fortalecimento dos partidos políticos voltados à frente liberal nos assentamentos, inexistência e/ou inaptidão dos assentados para o cooperativismo, etc.

Os impactos socioterritoriais possuem mudanças compreendidas em duas escalas: uma imediata com o processo de reestruturação territorial, ou seja, quando o latifúndio foi dividido em pequenas unidades de produção e a segunda escala realizada, ao longo do tempo, com a consolidação das famílias como, por exemplo, a produção agropecuária, a geração de renda, etc.

Quando apresentamos os impactos socioterritoriais, abordarmos as permanências como elementos para serem superados pelas famílias assentadas, porque ainda não conseguiram ser transformados em função das dificuldades e das resistências colocadas pela atual conjuntura econômica que beneficia principalmente os grandes produtores agrícolas.

A organização dos sem-terra é o meio para superação das permanências, pois a estrutura fundiária, sendo uma das principais estabilidades mantém-se concentrada porque os latifundiários possuem o controle dos principais segmentos sociais como, por exemplo, setor de serviços, etc.

As evidências são as principais mudanças realizadas no município de Teodoro Sampaio, principalmente após a organização dos sem-terra quando conquistaram os projetos de assentamentos rurais. Para o Sr. A. P.

Falar em assentamento é falar em desenvolvimento, a região nossa é uma região pobre então tem que investir no homem do campo e os assentamentos trouxeram emprego para Teodoro. (ENTREVISTA com o Prefeito de Teodoro Sampaio, Fev. 2003)

De acordo com a fala do Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio, os assentamentos geram desenvolvimento, mas ainda falta ampliar as políticas agrícolas para viabilizar a permanência do homem no campo.

Uma dessas políticas seria o aumento de beneficiários com o crédito agrícola, voltado para o financiamento da produção, bem como para a construção de galpões de agronegócio, ou seja, os assentados ao produzirem leite, frutas transformá-los-iam em queijo, geléias, agregando valor à produção, caracterizando assim as evidências dos impactos socioterritoriais.

As evidências dos impactos estão associadas aos novos projetos realizados pelos sem-terra, desde a organização dos acampamentos até a

implantação das pequenas unidades de produção. Ficou evidente que os assentamentos geram produção agropecuária através da resistência dos camponeses diante do atual modelo de desenvolvimento agrícola.

A produção agropecuária nos assentamentos rurais é resultante das ações das famílias participantes dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra como, por exemplo, o MST.

Capítulo 3 – MST: Um movimento socioterritorial que se territorializou no Pontal do Paranapanema

Ao abordar o MST como movimento socioterritorial envolvido na luta pela terra, é necessário apresentar as principais diferenças entre movimento social e movimento socioterritorial. Compreendemos o MST a partir do enfrentamento, da resistência, entre camponeses e latifundiários que estão inseridos no processo contraditório e desigual do capital.

A concepção de movimento social segundo Gohn (2000), compreendeu a forma de organização da classe trabalhadora, apresentando como base os grupos e as camadas populares.

No entendimento das abordagens clássicas dos movimentos sociais enfatizamos o paradigma marxista. Para Gohn (2000, p. 171), a análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, referiu-se aos processos de lutas sociais voltados para transformar as condições existentes na realidade social.

Na teoria ou na prática os pesquisadores têm algumas representações do que sejam movimentos sociais e por isso os identificaram como um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico.

Para Gohn (2000, p. 243), as diferentes interpretações de um movimento social na atualidade decorreram de três fatores principais: primeiro fator – mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, como conteúdos, práticas, forma de organização e bases sociais; o segundo fator – mudanças nos paradigmas de análises dos pesquisadores; terceiro fator – mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais.

Como demonstra o (Quadro 10), os movimentos socioterritoriais possuíram o território como trunfo de reivindicações, ao passo que os movimentos sociais

apresentaram formas e relações, e o espaço foi o lócus das transformações. A noção de movimento social é compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, das camadas populares, em que esses sujeitos produzem seus próprios espaços, suas próprias experiências ao longo da luta de resistência. O movimento social e o movimento socioterritorial são dois conceitos distintos que procuram compreender as formas de organização política de grupos sociais na transformação de território.

Quadro 10 – As principais características, semelhanças, diferenças e significados dos movimentos sociais e movimentos socioterritoriais

Movimento Social	Movimento Socioterritorial
Conceito Sociológico	Conceito Geográfico
Espaço entendido como produto	Espaço entendido como processo
As análises voltam-se aos estudos das formas e das relações sociais	As análises voltam-se aos estudos dos processos de criação de espaços e de transformação em/do território
A constituição do movimento social é articulatória com a aglutinação de participantes	A constituição do movimento ocorre por meio dos trabalhos de bases nas comunidades e dos espaços de socialização política
Ênfase nas transformações das demandas em reivindicações coletivas	Ênfase na espacialização e territorialização das reivindicações
As reivindicações são concluídas quando são conquistadas e superadas as situações de carências econômicas, políticas e sociais	Luta de resistência
Contribuição ao entendimento do processo de mudança social	Contribuição ao entendimento da transformação do espaço em território caracterizado pela mudança social
Análise das reivindicações das ações realizadas no âmbito local e/ou em rede	Análise das reivindicações espacializadas e territorializadas por meio de processos interativos em vários locais ao mesmo tempo
Ações coletivas: organização, identidade, persistência	Ações coletivas, resistência nos espaços interativos, comunicativos e de luta etc
Organizados a partir das contradições sociais, por meio de uma luta dialética marcada por avanços e retrocessos	O território é resultante de lutas de classes por isso ocorre a T – D –R (t= territorialização; d= desterritorialização; r= reterritorialização)
Compreensão da forma do movimento e o espaço como produto	Compreensão do movimento em movimento (ação) pelo processo T – D - R

Fonte: Gonh, 2000 (p. 255 – 330); Fernandes; Martin, 2003; Leal, 2003

É necessário enfatizar que as fases não são todas sequenciais e as ações dos movimentos sociais estão sujeitas a fluxos e refluxos nas conquistas dos ideais estabelecidos pelos grupos.

Os fatores para a emergência dos movimentos sociais são: os interesses dos participantes, a viabilidade do Estado em atender às demandas referentes aos bens, aos equipamentos de consumo coletivo, por isso se formam os grupos, as organizações em relação às situações de carências e necessidades não atendidas.

Para fortalecer as reivindicações, os movimentos sociais têm estreitas relações com entidades, partidos políticos, facções, Igrejas, sindicatos, ONG`s nacionais, internacionais, universidades, articulando-se por meio de secretarias, coordenações localizadas nos Estados e nas regiões.

A principal diferença nas leituras dos conceitos de movimento social e movimento socioterritorial se refere à institucionalização do movimento a partir das conquistas dos objetivos e dos processos de transformação espacial. O movimento social constitui um conceito sociológico pautado principalmente nas formas, nas relações, enquanto o movimento socioterritorial aborda o processo de produção, de ação humana para conquistar os ideais do coletivo como, por exemplo, o MST organiza trabalhadores rurais no município de Teodoro Sampaio para ocupar latifúndios. As reivindicações contemplam objetivos mais amplos (escolas, energia elétrica, estradas para escoar a produção), carregando a dimensão da luta, por meio de novas ocupações e da formação de novos grupos de famílias.

As conquistas dos ideais do grupo são novos elementos fomentadores para outras famílias participarem das lutas, porque os assentamentos são resultados das lutas engendradas pelos sem-terra. Assim, os geógrafos estudam as relações processuais e territoriais intrínsecas às conquistas dos objetivos e não apenas a forma de organização do movimento.

O MST redefiniu o espaço de luta no campo brasileiro. Na década de 1990, esse movimento territorializou suas ações resultando na implantação de assentamentos rurais. Para tanto, o MST apresenta uma estrutura articulada com os trabalhadores por meio de realizações de assembléias, de reuniões e atos públicos. Na formação do movimento socioterritorial, ocorre a realização de trabalhos de base nas comunidades para organizar e reunir participantes na luta pela terra.

Para Fernandes (2000), os movimentos socioterritoriais ou territorializados constituem diferentes categorias e suas estruturas têm duas formas: movimento social ou movimento sindical. Esses movimentos receberam apoios políticos e econômicos de diferentes instituições por meio de articulações e alianças. O (Quadro 11) a seguir, contém os principais movimentos socioterritoriais, que se encontram articulados em diferentes locais (cidades, Estados) ao mesmo tempo.

Quadro 11 – Movimentos socioterritoriais

Nome	Estado (s)	Início
Sindicato de Trabalhadores Rurais/Fetags/Contag (1996=ano que iniciaram as ocupações de terra)	MG – RJ – ES – BA – PE – PB – RN – CE – PI – PA – MT – TO – GO – MS	1963
Comissão Pastoral da Terra – CPT	BA – PB – PE	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	RS – SC – PR – SP – MG – RJ – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – TO – DF – GO – RO – MT – MS	1984
Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA – PA	1994
Movimento dos Trabalhadores – MT	PE	1996
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem-Terra – MLST	PE – MG – RN – SP – GO	1997
Liga Operário – Camponesa – LOC	RO	1998
Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores – CUT – MS	MS	1999
Movimento dos Trabalhadores Rurais – MTR	MS	1999
Movimento da Libertação dos Sem-Terra de Luta – MLST	MG (Triângulo Mineiro)	2000
Movimento dos Trabalhadores do Brasil – MTB	PE	2001

Fonte: Fernandes, 2000; MST, 2001

As ações dos movimentos socioterritoriais têm como referências a organização social e o espaço geográfico no caso do MST. O movimento socioterritorial está constituído por forma, função realizando ações em diferentes lugares em detrimento de sua organização (coordenações estaduais, regionais) e por isso novas frações do território são conquistadas, caracterizando a territorialização da luta pela terra.

Compreendemos os movimentos socioterritoriais a partir do território como trunfo de reivindicação, por isso consideramos a ocupação, a organicidade, a espacialização, a territorialização, como categorias que sustentam o movimento.

A fração do território é conquistada por meio da ocupação da terra, cujo processo significa uma forma de resistência, de recriação e criação do campesinato. As ações são decorrentes das necessidades, das expectativas de sobrevivência da população.

O MST é um movimento socioterritorial, por isso suas ações (ocupações) são realizadas a partir da propriedade da terra, grilada, devoluta, etc. Entendemos a propriedade da terra como uma relação social que envolve trocas, mediações, controle, apropriação, grilagem e concentração por uma classe social formada por latifundiários e grandes grupos econômicos constituídos por empresas, bancos, etc.

No processo de ocupação do espaço agrário, ocorre o desenvolvimento do capitalismo no campo que é desigual e contraditório, porque utiliza relações de trabalho assalariado e outras formas de produção não capitalista, como o trabalho familiar, pautado em relações de trabalho de parcerias para camuflar a exploração dos trabalhadores.

O desenvolvimento do capitalismo no campo também ocorre em função das relações de trabalho de produção não capitalista, como o trabalho familiar, em que os latifundiários não utilizam a remuneração em forma de salário, mas a parceria ou o arrendamento, como um meio para minimizar os vínculos empregatícios, aumentando assim os lucros.

Para Oliveira (1994), os capitalistas são os possuidores de capital que destinaram para a produção através da exploração de mão-de-obra dos trabalhadores. Na unidade camponesa, a família realiza atividades agrícolas, cujo trabalho está dividido entre os membros da unidade familiar que são os próprios donos dos meios de produção.

Para compreender esse processo, Oliveira (1994), expôs uma das formas que os capitalistas encontram para subordinar formalmente as relações de produção camponesa. Por exemplo, um fazendeiro necessita reformar áreas de pastagens, com isso arrenda terra para camponeses com pouca terra e o pagamento ocorre de várias maneiras: em trabalho, em produtos, em dinheiro e quando entrega a área planta capim na terra formando as pastagens.

Como resistência ao modelo de exploração, ocorrem as ações realizadas pelo MST, que se caracterizam nas ocupações de terras e na implantação de assentamentos, por isso surgem os primeiros impactos decorrentes da organização das famílias sem-terra. Para tanto, é necessário contextualizar os impactos socioterritoriais no processo de luta pela terra e na conquista do território (assentamentos rurais).

3.1 – Questões teóricas-metodológicas dos impactos socioterritoriais

Os debates a respeito dos impactos compreendem alterações no meio ambiente e no território. As mudanças provocam a degradação ou a reestruturação da área impactada pelo projeto ou pela obra de grande porte. Por isso torna-se necessário apresentar as principais diferenças entre impactos ambientais e impactos socioterritoriais.

Segundo Milaré (1998, p. 54), o conceito de impacto (do latim *impactu*) significa choque ou colisão. Na terminologia ambiental o conceito aparece como um choque ou colisão de substâncias (sólidas, líquidas ou gasosas), de radiações ou de formas diversas de energia, decorrentes da realização de obras.

O impacto ambiental consiste em qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causadas por quaisquer atividades humanas, que afetam a saúde, a segurança, o bem-estar da população, a biota, as atividades econômicas, sociais, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais⁶.

Os impactos são provados quando ocorrem alterações no meio ambiente, no território, sendo uma das mudanças também resultantes das implantações de assentamentos em áreas de antigos latifúndios. As implantações dos assentamentos provocam mudanças no âmbito político, econômico, social e ambiental. A avaliação dos impactos, conforme ressaltou Roche (2000, p. 33), prevê antes do início da realização de um projeto suas prováveis conseqüências para então aprovar ou rejeitar o seu desenvolvimento.

⁶ Este conceito de impacto também foi analisado a partir da Resolução Conama n. 001, de 23 de janeiro de 1986, art. 1º, apud Milaré (1998).

A diferença entre impacto ambiental e impacto socioterritorial é o espaço entendido como fruto das ações humanas. Por exemplo, a construção de uma usina hidrelétrica representa uma obra resultante da aglutinação da força de trabalho operária, o impacto ocorre porque altera o curso de água de um rio; forma um lago artificial; famílias foram descoladas para outras áreas, etc. Assim, tanto o impacto ambiental como o impacto socioterritorial provocam mudanças, alterações, mas o impacto socioterritorial caracteriza-se pela recriação e não pela destruição do território.

Os impactos se referem a quaisquer resultados ou efeitos de um projeto ou programa, sendo duradoura ou não as mudanças.

Assim, Roche (2000, p. 36), define os impactos como mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações. Nesse contexto, a implantação de assentamentos compreende uma série de ações que ocorrem desde a ocupação do latifúndio até a consolidação das pequenas unidades familiares de produção.

O impacto realizado por um projeto de desenvolvimento apresenta-se em termos de mudanças estabelecidas em longo prazo ou em curto prazo dependendo de como são atribuídas as intervenções. Por exemplo, o projeto de construção da usina hidrelétrica Sérgio Motta deslocou população do seu habitat de origem e gerou impacto significativo em longo prazo.

No processo de implantação de assentamentos rurais verificam quais as conseqüências que o projeto acarreta, porque as intervenções na organização dos movimentos sociais rurais precisam ser captadas em todas as etapas do projeto, ou seja, desde a ocupação até a consolidação do assentamento.

A implantação de um projeto numa área não ocorre de forma isolada de outras organizações, mas, a partir do contexto local, econômico, político, social e ambiental, provoca mudanças na relação assentamento – município e assentamento – família por meio da subsistência, reduzindo assim o índice de exclusão social através do fortalecimento e da diversificação das pequenas unidades de produção.

Para Roche (2000, p. 65), existem impactos positivos e impactos negativos. Por exemplo, um impacto negativo é a apropriação da renda da terra capitalista. Com isto, existe assentado como, por exemplo, o Sr. V, que necessita vender a força de trabalho como diarista no período de entressafra. (Pesquisa de Campo, Fev 2002)

Dessa maneira, considerar o perfil histórico do assentamento, durante a avaliação do impacto, é importante para captar as mudanças na organização das famílias assentadas possibilitando analisar seus efeitos.

Compreender os impactos dos assentamentos, exige clareza sobre a natureza das mudanças e também dos indicadores mais adequados para identificar as principais transformações. Tornar estes elementos explícitos e ser claro quanto à lógica de organização é o primeiro passo no esboço de uma compreensão do impacto socioterritorial.

Para Roche (2000, p. 206), o impacto sobre os meios de vida e do bem-estar dos beneficiários do projeto (os assentados) exige contínua integração dos indicadores (educação, produção agrícola), durante a implantação do projeto. A partir dessa integração, podemos identificar se o assentamento provocou impactos para as famílias.

Os impactos ocorrem diferentemente num mesmo assentamento, em virtude da organização de cada família, por isso compreendemos como determinado projeto, apresenta diversos tipos de mudanças econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Não se constitui tarefa fácil apresentar o conceito de impacto, porque cada pesquisador atribui um conjunto de elementos econômicos, políticos, ambientais e socioterritoriais para caracterizar a realidade estudada.

Essa tarefa é difícil de ser compreendida, porque necessita identificar se uma obra, se uma atividade humana torna-se causadora de degradação, como a formação de grandes lagos artificiais provocados com as construções de usinas hidrelétricas.

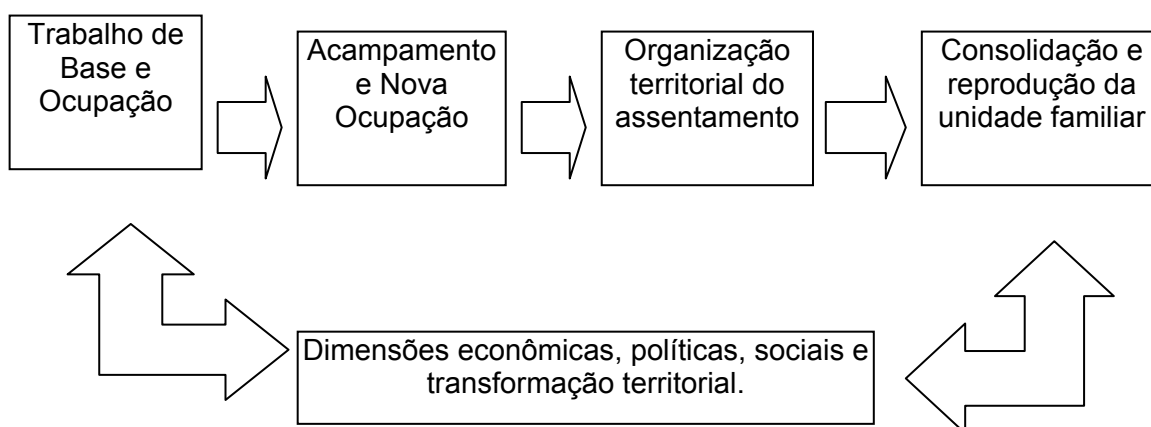
Nos impactos existem as potencialidades econômicas, sociais, geradas com a construção de um projeto como, por exemplo, a implantação de assentamentos rurais que provocam a ressocialização das famílias através do acesso a educação; da produção agropecuária; da transformação de áreas de pastagens em áreas cultiváveis e áreas de preservação ambiental, etc.

Os impactos socioterritoriais compreendem alguns elementos geográficos, como a espacialização e a territorialização. Essas questões estão relacionadas com os movimentos sociais territorializados, que são aqueles movimentos que elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil como, partidos políticos, igrejas e instituições não governamentais, etc.

Compreendemos os impactos socioterritoriais a partir do contexto histórico, da trajetória da luta pela terra e da ocupação como processo de territorialização do MST. Para realizar os estudos, desenvolvemos algumas dimensões como:

educação; cultura; saúde; moradia; organização do trabalho e da produção; renda; sociopolítica e políticas públicas.

Os impactos socioterritoriais são fatos recentes e por isso concebemos a luta pela terra como processo inicial das transformações. A (Figura 1) a seguir, contém o processo do impacto socioterritorial, bem como as fases da luta pela terra.



Fonte: Fernandes & Leal, 2002.

Figura 1 – Fases da luta pela terra e dos impactos socioterritoriais

Os impactos socioterritoriais são mudanças resultantes dos processos da questão agrária. Um dos elementos para compreender esta questão consiste na luta pela terra realizada por: posseiros, parceiros, desempregados urbanos, atingidos por barragens, enfim por sujeitos que se organizam e desenvolvem os movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra.

As ações desses sujeitos vêm constituindo a formação de novos elementos para entender o desenvolvimento rural como, por exemplo, a territorialização da luta pela terra e a conquista de frações do território.

Os impactos socioterritoriais são compreendidos no contexto da organização da luta pela terra em três fases: a *primeira fase* inicia com a trajetória da luta pela terra, quando as famílias se organizam para conquistar o lote de terra.

Nessa fase, segundo Fernandes (1996), a ocupação é a principal forma de acesso a terra, porque através da reivindicação, da participação política nos movimentos sociais na luta pela terra surgem os primeiros acordos entre sem-terra, fazendeiros e Estado para o assentamento das famílias.

A *segunda fase* ocorre com a implantação dos assentamentos rurais, em que o principal elemento dessa fase é a (des)concentração fundiária com a formação de pequenas unidades de produção implantadas em áreas de antigos latifúndios.

Durante a implantação dos assentamentos, incide a participação do Estado por meio do Itesp, vinculado à Secretaria da Justiça e à Defesa da Cidadania, através da elaboração de projetos ou programas para o desenvolvimento das famílias.

A *terceira fase* constitui a dinâmica interna dos assentamentos através dos resultados das produções agropecuárias, da relação econômica, política, social com o município e com a região. Dessa forma, os impactos dos assentamentos apresentam mudanças em escala local (municipal) e microrregional, através da comercialização de produtos no mercado regional como a produção leiteira.

Os desenvolvimentos das famílias ocorrem mediante os resultados das atividades agrícolas e por isso possibilitam compreender onde são comercializadas as produções agropecuárias e em que municípios são realizadas

as compras e as vendas de produtos agropecuários e de necessidades pessoais, etc.

As famílias acampadas ou assentadas necessitam de bens e serviços para satisfazer suas necessidades, por isso, nos locais onde são implantados os assentamentos surgem novas atividades comerciais, novos órgãos, novas instituições municipais e estaduais para atender as famílias.

Os assentamentos rurais são formados por pequenas unidades familiares de produção, por isso apresentam alterações na economia de um determinado município. Em muitos casos, as demandas pelos serviços municipais são maiores que as ofertas de recursos, surgindo problemas com a falta de infra-estrutura e precariedades nos atendimentos públicos. A precariedade se refere à escassez de recursos, mas é importante ressaltar que esses novos habitantes representam novos empregados no meio rural. A agricultura camponesa gera trabalho para todos os membros das famílias, ou seja, não exclui o agricultor de cultivar a lavoura de milho, de feijão, de mandioca, uma vez que o responsável pela produção é o pai, a mãe, o filho, enfim toda a família. Não existe a presença do patrão que estipula ordens, prazos, produtividade por indivíduo, mas o titular do lote que trabalha para o desenvolvimento da família.

Os primeiros impactos surgem porque o assentado, ao produzir mercadorias se insere num determinado setor de mercado comprando e vendendo leite ou demais produtos agrícolas, etc.

O destino final do leite é o mercado, assim o pequeno produtor assentado estreita suas relações com as usinas de beneficiamento como, por exemplo, o laticínio Quatá, dependendo de insumos e da qualidade da matéria-prima (leite) para ser vendida. Assim, são colocados tanques de resfriamentos para garantir a

qualidade do leite. Isso permite a subordinação do produtor para com a empresa. Mas esses trabalhadores podem-se organizar e montar uma cooperativa para eliminar a presença do intermediário, colocando os produtos no mercado a baixos preços.

O impacto ocorre em dois níveis: o primeiro, porque a família passa a comercializar o leite; o segundo nível ocorre no âmbito territorial, com a divisão de uma grande propriedade com área aproximadamente de 200 ha, que desenvolvia a pecuária extensiva, para a formação de pequenas unidades com até 25 ha, gerida pela organização familiar.

Os impactos socioterritoriais designam um conjunto de mudanças compreendidas a partir das pequenas unidades familiares de produção ocorrendo a participação das instituições públicas (Itesp) com o gerenciamento de políticas de desenvolvimento rural.

Os impactos provocados pelos assentamentos são multidimensionais porque apresentam mudanças nos âmbitos sociais, ambientais, econômicos e políticos, englobando aspectos culturais, produtivos, educativos e organizativos das populações participantes do processo de luta pela terra.

As mudanças se relacionam num primeiro momento com os sem-terra, os sujeitos desencadeadores dos impactos porque realizam atividades como as ocupações de terras, caminhadas e atos políticos no território.

O território pressupõe relações sociais de poder, por isso apresentamos os assentamentos como áreas de conflitos fundiários entre os sem-terra e latifundiários. Os conflitos são caracterizados pela violência, enfim, por elementos que articulam e desestruturam a realização da reforma agrária.

Os impactos socioterritoriais ocorrem no território, por isso apresentam métodos de lutas e de ações. No tocante aos métodos, existiram as organizações das famílias nos espaços de socialização política, através da troca de experiências entre os participantes, ou seja, foi o meio de conscientização dos acampados a respeito do processo de exclusão, ao passo que a ação compreende o modo pelo qual a luta pela terra acontece, com as seguintes ações: ocupações, caminhadas, atos políticos, despejos, reintegração de posse, etc.

As ações apresentam repercussões na mídia, através das notificações das ocupações; repercussão política com o embate entre sem-terra, latifundiários e Estado; repercussão social porque as famílias estão reivindicando um lote de terra para garantir a sobrevivência. Dentre as ações dos sem-terra vamos enfatizar as ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, especialmente no município de Teodoro Sampaio.

Para analisarmos os impactos dos assentamentos rurais, desenvolvemos um método de análise que abordou desde a trajetória de luta pela terra até o processo de consolidação das famílias, cujo resultado foi a geração de renda e a produção agrícola.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa compreende os procedimentos de ordem teórica, documental, analítica e sistemática. Dessa forma, abordamos os principais fatores históricos, econômicos, políticos e sociais referentes às mudanças e ao processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, a partir da implantação de assentamentos rurais.

Por isso, fez-se necessário realizar o levantamento do processo histórico da ocupação da região do Pontal, a partir das obras dos principais pesquisadores

como, por exemplo: ABREU, 1972; VASQUES, 1973; LEITE, 1981; MONBEIG, 1984; FERNANDES, 1996, etc.

Identificamos as principais ações dos sujeitos sociais, principalmente dos sem-terra, por meio das ocupações de latifúndios, do Estado e latifundiários, como o início dos impactos socioterritoriais.

Tendo em vista as transformações desencadeadas pelos assentamentos rurais, a primeira fase da pesquisa consta da realização de leituras e análises críticas da bibliografia, etc. Essa fase teve por objetivo elaborar o referencial teórico sobre a agricultura camponesa, a modernização agrícola, o cooperativismo e os impactos socioterritoriais, etc.

Como fonte de obtenção de dados primários, a segunda fase consta da realização do trabalho empírico com pesquisas de campo junto à Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio – (Departamento de Regularização Fundiária), ao comércio local; a Cocamp; aos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio (ver Quadro 12 a seguir), levando em consideração o período de implantação dos projetos e as infra-estruturas.

Quadro 12 - Projetos de assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio-SP

Nomes dos Assentamentos	N.º	N.º de Famílias	Área (Ha)	Ano de Criação
Pa Água Sumida	01	121	4.210	1.988
Pa Laudenor de Souza (P. Alcídia)	02	60	1.545	1.997
*Pa Santa Rita da Serra	03	40	837	1.997
Pa Corrêgo Azul	04	09	226	1.998
Pa Santa Terezinha da Água Sumida	05	50	1.321	1.998
*Pa Vale Verde	06	50	1.010	1.998
*Pa Haidéia	07	24	868	1.998
*Pa Santa Vitória	08	23	485	1.998
Pa Santa Zélia	09	104	2.730	1.998
*Pa Cachoeiro do Estreito	10	29	490	1.998
Pa Alcídia da Gata	11	19	484	1.998
Pa Água Branca I	12	25	630	1.998
*Pa Santo Antônio dos Coqueiros	13	27	515	1.998
Pa Santa Terezinha da Alcídia	14	26	861	1.998
Pa Vô Tônico	15	22	550	1.998
Total	15	629	16.762	

Fonte: Itesp, 1999.

*Esses assentamentos constituíram a antiga Gleba Ribeirão Bonito

No tocante as pesquisas de campo nos assentamentos rurais, também ocorreram entrevistas com as famílias assentadas que participaram desde as primeiras ocupações dos latifúndios. Isso nos permitiu elaborar a trajetória da luta pela terra no município de Teodoro Sampaio.

Para a aplicação dos questionários entre as famílias assentadas foram utilizadas técnicas por amostragens, ver (Quadro 13) a seguir.

Quadro13 – Número de questionários aplicados em campo

Nomes dos Assentamentos	N.º	N.º de Famílias	N.º de Questionários Aplicados
Pa Água Sumida	01	121	22
Pa Laudenor de Souza (P. Alcídia)	02	60	10
*Pa Santa Rita da Serra	03	40	08
Pa Córrego Azul	04	09	03
Pa Santa Terezinha da Água Sumida	05	50	10
*Pa Vale Verde	06	50	09
*Pa Haidéia	07	24	05
*Pa Santa Vitória	08	23	05
Pa Santa Zélia	09	104	10
*Pa Cachoeiro do Estreito	10	29	05
Pa Alcídia da Gata	11	19	05
Pa Água Branca I	12	25	05
Pa Santo Antônio dos Coqueiros	13	27	05
Pa Santa Terezinha da Alcídia	14	26	05
*Pa Vô Tônico	15	22	05
Total	15	629	112

Fonte: Itesp, 1999

*Esses assentamentos constituíram a antiga Gleba Ribeirão Bonito

Desse modo, levamos em consideração a localização geográfica do lote, ou seja, as amostras foram aleatórias e totalizaram 17,80% das 629 famílias assentadas no município de Teodoro Sampaio.

O termo impacto é genérico, por isso identificamos as principais mudanças que ocorrem no modo de vida dos assentados, levando em consideração a organização da família, o que resultou na elaboração das dimensões e dos indicadores.

As dimensões e os indicadores explicam os impactos por que as ações ocorrem no território, entendido como os assentamentos rurais. As unidades de produção representam dois processos principais: o primeiro territorial (pequena propriedade) e o segundo (social) com a geração de renda, educação, produção, comercialização agrícola, que são elementos que não pertenciam ou existiam no período anterior da organização das famílias nas unidades de produção, enfim são conquistados por meio da luta pela terra.

Para obter os dados secundários, realizamos levantamento documental junto ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); nos Censos Agropecuários e Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra.

A **terceira fase** consistiu na sistematização do conjunto de dados quantitativos e qualitativos. Desse modo, foram elaborados textos, gráficos, mapas e cartogramas, apresentados em congressos, encontros científicos, palestras junto a profissionais de outras áreas do conhecimento.

Capítulo 4 – A Luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a implantação de assentamentos rurais

A implantação de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema e no município de Teodoro Sampaio emerge de uma pluralidade de conflitos pela posse da terra ocorrendo a participação de posseiros, arrendatários, parceiros, atingidos por barragens e principalmente por trabalhadores rurais sem-terra vinculados aos seguintes movimentos sociais: MST e ao MAST.

O MAST, segundo Lima (2002), surge como um movimento dissidente do MST, principalmente por divergências políticas e ideológicas, cujas ocupações de terras são compreendidas como elementos de reivindicação, de conquista do território e ocorre mediante as negociações com os latifundiários, ou seja, esse movimento é pacífico ao organizar as ocupações dos latifúndios.

As ocupações organizadas pelo MAST têm ocorrido, em sua maioria, nas proximidades de rodovias e trevos de alguns municípios do Pontal do Paranapanema, como Presidente Bernardes-SP, Presidente Venceslau-SP, ou seja, são ocupações isoladas e os objetivos do grupo geralmente cessam quando se conquista a terra.

Segundo Lima (2002), o que se torna explícito na organização do MAST são as atitudes individuais das lideranças sobre a base do movimento e sua vinculação com o PSDB e a SDS – Social Democracia Sindical. As sustentações políticas desse partido e do sindicato estão relacionadas com a política neoliberal adotada pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e com o novo modelo de desenvolvimento agrário, pautado no Novo Mundo Rural Brasileiro.

Diferente desse processo, o MST possui e apresenta uma estrutura organizativa com a base, ou seja, com os trabalhadores rurais participando nas tomadas de decisões do Movimento.

A organização dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a implantação de assentamentos estão relacionados com a irregularidade fundiária, ou seja, mais de um milhão de hectares de terras devolutas se encontram ocupadas e demarcadas por grandes pecuaristas. No Pontal do Paranapanema localizam-se 50%⁷, dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

Vale ressaltar a participação do governo estadual e federal para legitimar as terras que constituem o Pontal do Paranapanema, embora algumas dessas áreas griladas se encontrem em processo de desapropriação, o que permitiu a organização dos movimentos sociais.

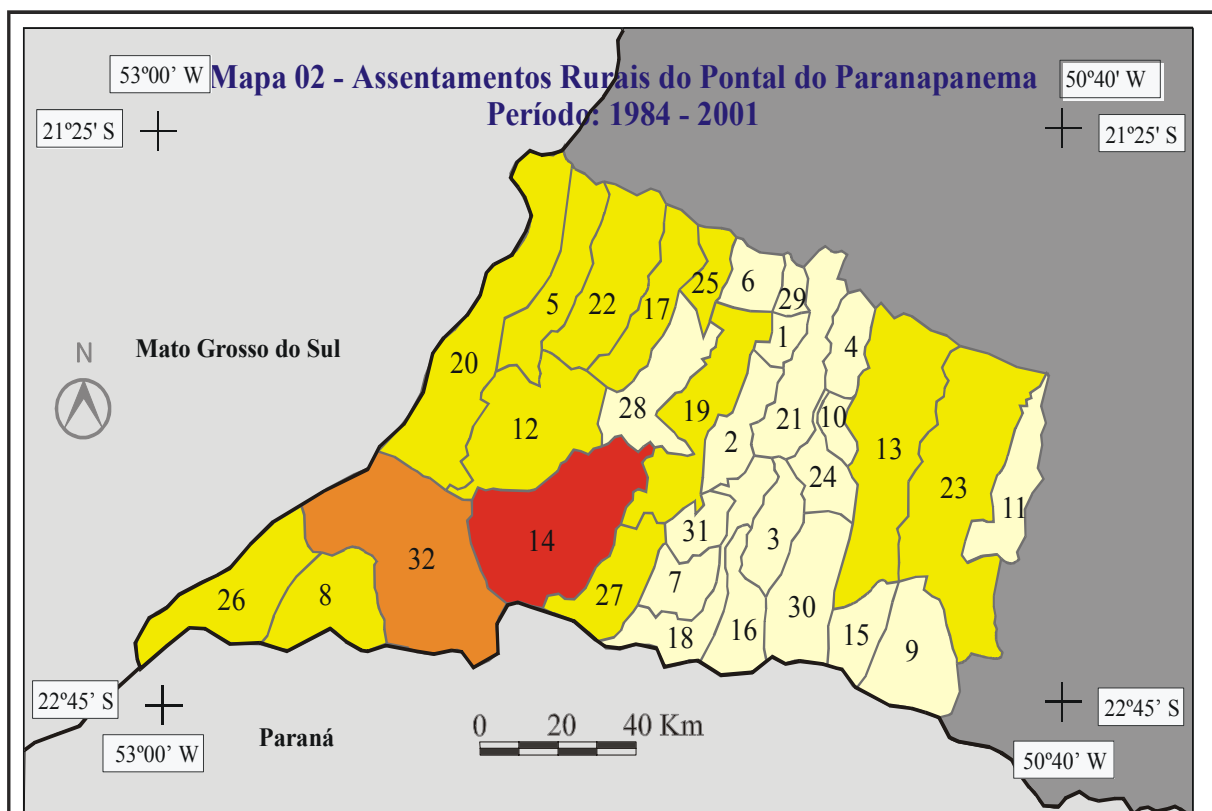
Os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra vêm se organizando e ocupando os latifúndios, reunindo trabalhadores marginalizados, excluídos como ocorreu na ocupação das glebas: Tucano e Rosanela em 1983, por aproximadamente 350 famílias no município de Euclides da Cunha Paulista.

A luta pela terra adquiriu nova dimensão territorializando e reunindo outras famílias no Pontal do Paranapanema. Em setembro de 1985, ocorreu a ocupação da fazenda Água Sumida, localizada no município de Teodoro Sampaio, resultando na conquista do assentamento em 1988. Com isso outras terras foram ocupadas no início da década de 1990, como a fazenda São Bento, localizada no município de Mirante do Paranapanema.

⁷ Cf DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2001.

Segundo Fernandes (1996), o movimento social rural mais atuante no Pontal do Paranapanema e no Estado de São Paulo é o MST, cuja primeira ocupação de terra realizada no Pontal do Paranapanema ocorreu no latifúndio Nova Pontal – município de Teodoro Sampaio em 1990, com a participação de aproximadamente 700 famílias. Após inúmeras tentativas para desorganizar os sem-terra, conquistam o assentamento e a luta territorializa-se para outros municípios, como Presidente Venceslau–SP, Presidente Epitácio–SP, Rosana-SP, Euclides da Cunha Paulista-SP, etc.

A organização do MST e de outros movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra como o MAST resultou na conquista de assentamentos rurais (ver Mapa 02 a seguir).



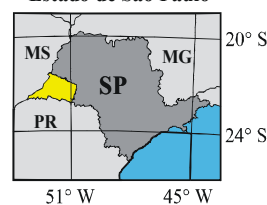
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002

Legenda

- Limite Estadual
 Limite Municipal

- 27 assentamentos
 11 a 20 assentamentos
 1 a 10 assentamentos
 0 assentamentos

Localização no Estado de São Paulo



Identificação dos Municípios

01 - Alfredo Marcondes	09 - Iepê	17 - Piquerobi	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	10 - Indiana	18 - Pirapozinho	26 - Rosana
03 - Anhumas	11 - João Ramalho	19 - Presidente Bernardes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	12 - Marabá Paulista	20 - Presidente Epitácio	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	13 - Martinópolis	21 - Presidente Prudente	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	14 - Mirante do Paranapanema	22 - Presidente Venceslau	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	15 - Nantes	23 - Rancheira	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	16 - Narandiba	24 - Regente Feijó	32 - Teodoro Sampaio

A implantação de assentamentos rurais no Estado de São Paulo se intensificou na segunda metade da década de 1990, principalmente no Pontal do Paranapanema, (Quadro 14) com as primeiras ocupações realizadas pelo MST.

Quadro 14 - Assentamentos rurais por município Pontal do Paranapanema – 1984/2001

Município	N.º de assentamentos	N.º de famílias	Área ha
Caiuá	02	193	5.042
Euclides da Cunha Paulista	08	462	9.097
Marabá Paulista	02	157	3.701
Martinópolis	02	124	2.364
Mirante do Paranapanema	27	1.222	31.802
Piquerobi	03	84	2.594
Presidente Bernardes	08	266	7.189
Presidente Epitácio	03	262	5.420
Presidente Venceslau	04	186	6.784
Rancharia	01	124	2.493
Ribeirão dos Índios	01	40	852
Rosana	03	717	17.240
Sandovalina	02	198	3.963
Teodoro Sampaio	15	648	17.930
Total	81	4.683	116.471

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2002

No Pontal do Paranapanema, os dois principais municípios com maiores números de assentamentos rurais se referem a Teodoro Sampaio e a Mirante do Paranapanema. Nessa área foi desenvolvido o trabalho por Ramalho (2002), que identificou os impactos socioterritoriais a partir da organização econômica dos assentados, bem como da participação política. De acordo com Ramalho (2002), a organização dos sem-terra gerou impacto, como o aumento da população rural nesse território e também a desconcentração fundiária, após 1995, quando se intensificou a implantação de assentamentos rurais, fruto de ocupações de terras organizadas pelo MST.

Os assentamentos implantados são oriundos da formação de acampamentos, caracterizados desde os trabalhos de base e dos espaços de socialização política.

A organização do acampamento é fruto da necessidade de sobrevivência das famílias e da conquista do lote de terra, ocorrendo com isto trocas de experiências entre os acampados. Os acampamentos estão localizados dentro do latifúndio ou nas margens de estradas, rodovias, por isso é o espaço de luta e transição para o assentamento.

Nos acampamentos, os sem-terra organizam diversas comissões (saúde, formação, educação, frente de massa, etc.) para fortalecer a luta pela terra. A condição para o avanço da luta corresponde a organicidade caracterizada pelo poder de pressão, como um importante instrumento na conquista do espaço social através das tomadas de decisões, da organização dos trabalhadores para que não ocorra a desestruturação do movimento.

Os assentamentos implantados no município de Teodoro Sampaio representam 18,98% do total de projetos do Pontal do Paranapanema e 6% dos assentamentos implantados no Estado de São Paulo. Para compreendermos a formação dos assentamentos, contextualizamos a trajetória da luta pela terra no município de Teodoro Sampaio.

4.1 – Trajetória da luta pela terra no município de Teodoro Sampaio

Os assentamentos rurais foram implantados no município de Teodoro Sampaio desde 1988. As primeiras ocupações ocorreram com os posseiros na década de 1970 na Gleba Ribeirão Bonito.

Nesta área existem projetos de assentamentos organizados pelo governo federal através do INCRA e pelo governo estadual, com ações políticas de desenvolvimento rural elaboradas pelo Itesp.

Nesse contexto, também ocorrem as participações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, com a reivindicação dessas áreas devolutas. Os resultados são os projetos de assentamentos que abordaremos a seguir, fruto de uma pluralidade de lutas dos trabalhadores sem-terra.

4.1.1 – PA⁸ Gleba Ribeirão Bonito⁹

A Gleba Ribeirão Bonito foi constituída por seis fazendas que resultaram na implantação de assentamentos após as ocupações de terras. As Fazendas foram ocupadas num primeiro momento (décadas de 1970, 1980) pelos posseiros, mas na década de 1990 também ocorreu a participação de famílias organizadas pelo MST. A área do latifúndio foi ocupada de uma única vez, mas gerou seis assentamentos porque estava dividida entre os herdeiros do latifundiário Antônio Cândido de Paula.

A área da Gleba Ribeirão Bonito localiza-se na rodovia SP – 613, no 15º perímetro de Teodoro Sampaio, sendo um desmembramento do antigo grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

A fazenda foi adquirida, em 24 de Janeiro de 1964, por Antônio Cândido de Paula, D. Lourdes Cândido de Paula, Cezar Augusto Moura e D. Iracy de Carvalho Moura, possuindo área de 4.598 ha. A posse efetiva do latifúndio

⁸ A sigla significa projeto de assentamento rural.

⁹ Essa Gleba foi dividida nos seguintes assentamentos: Vale Verde; Santa Rita da Serra; Haidéia; Cachoeiro do Estreito; Santo Antônio dos Coqueiros e Santa Vitória.

ocorreu em meados da década de 1970, quando o fazendeiro Antônio Cândido contratou algumas famílias para iniciar a derrubada da mata e formar áreas de pastagens.

Os posseiros arrendaram as terras do proprietário por um período de três a quatro anos, com a condição de desmatar a floresta e preparar o terreno para plantar algodão e outras culturas de subsistências.

Finalizado o período de arrendamento, os posseiros plantaram capim formando áreas de pastagens, repetindo-se em outras áreas arrendadas.

Dessa forma, o fazendeiro utilizou o trabalho desses posseiros sem gastar muitos recursos, recebendo a terra plantada com capim para introduzir o rebanho bovino.

Essa gleba surgiu pela resistência dos posseiros a não saírem das terras do latifundiário, questionando o direito da propriedade porque são aquelas áreas griladas e/ou devolutas, e a fazenda não passou de um grande ato de grilagem.

Os conflitos surgiram quando o suposto proprietário da Fazenda procurou legitimar e justificar a posse de “suas terras”, arrendando-as para médios e grandes arrendatários. Estes por sua vez, fizeram o papel de testas-de-ferro desse latifundiário pagando determinada renda em dinheiro, serviços ou mercadorias.

Para Antônio (1990), a violência entre latifundiários e camponeses no município de Teodoro Sampaio foi amortizada por causa do início das construções das usinas hidrelétricas (Taquaruçu, Rosana e Sérgio Motta) e da Destilaria de Álcool Alcídia S/A, provocando a transformação de 15.000 ha de florestas em plantações de cana-de-açúcar e na construção da usina (moenda, armazéns, colônia, escola e outros departamentos da empresa). Desde a

ocupação da Gleba Ribeirão Bonito (década de 1970), apenas em 1997/1998 é que os camponeses conseguem a conquista definitiva dos lotes de terras.

A área da fazenda Ribeirão Bonito foi dividida em seis projetos de assentamentos rurais definitivos, conforme o (Quadro 15) a seguir:

Quadro 15 - Assentamentos rurais oriundos da Gleba Ribeirão Bonito

Nome do Assentamento	N.º De Famílias	Área (Ha)
Pa Vale Verde	50	1.010
Pa Haidéia	24	868
Pa Santa Rita da Serra	40	837
Pa Santa Vitória	23	485
Pa Cachoeiro do Estreito	29	490
Pa Santo Antônio dos Coqueiros	27	515
Total	193	4.205

Fonte: Itesp e MST, 2000

Nos assentamentos implantados na Gleba Ribeirão Bonito, os lotes localizam-se entre a rodovia Arlindo Bétio e o Parque Estadual Morro do Diabo, por isso possuem projetos para preservação ambiental a partir do desenvolvimento integrado das áreas. Nesses assentamentos as famílias desenvolvem atividades agropecuárias individuais em seus respectivos lotes.

4.1.2 – PA Água Sumida

O projeto de assentamento foi antecedido por ocupações e despejos da fazenda Água Sumida, por acampados que estavam ao longo das rodovias: trevo de Euclides da Cunha Paulista, trevo da Destilaria Alcídia e acampamento 27 de Setembro, localizado no distrito de Planalto do Sul no município de Teodoro Sampaio. A luta durou cerca de três anos: (1985 a 1988), à espera da desapropriação da área.

O projeto de assentamento Água Sumida está localizado a 32 km de Teodoro Sampaio, possui área de 4.462,49 ha desapropriada no dia 27 de maio de 1986 por apresentar conflitos entre camponeses e latifundiário.

O INCRA implantou infra-estrutura necessária para o assentamento das famílias beneficiadas pelo Plano Regional de Reforma Agrária, destinando 1.242,5ha para preservação florestal e 2.910 ha para as atividades agropecuárias. Cerca de 70ha destinaram-se para a construção de estradas internas e edificações por não serem apropriadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Os processos seletivos ocorreram mediante o tempo de experiência na agricultura, números de dependentes nas famílias, tempo de acampamento, tempo de moradia no município de Teodoro Sampaio e condições socioeconômicas das famílias.

Conforme ressaltou Antônio (1990, p. 46), a história da gleba Água Sumida estava inserida no processo de ocupação irregular de terras na Alta Sorocabana, caracterizada por terras públicas, devolutas, apresentando demandas e litígios judiciais.

4.1.3 – PA Vô Tônico

Os conflitos no assentamento Vô Tônico iniciaram-se quando os trabalhadores e as lideranças do MST passaram a reivindicar o direito do trabalho e da regularização das posses de terras griladas.

Os trabalhadores inscritos no Movimento estavam enfrentando o problema da fome, do desemprego, então decidiram entrar na luta pela terra com o objetivo de conquistar um lote para trabalhar e sustentar a família.

Após realizarem reuniões com os coordenadores do acampamento, as famílias deslocaram-se para a fazenda Vô Tônico, permanecendo próximas à estrada vicinal, o que resultou na ocupação do latifúndio em 1996. No assentamento Vô Tônico foram assentadas 22 famílias no ano de 1998.

4.1.4 – PA Laudenor de Souza

As ocupações no PA Laudenor de Souza ocorreram com as famílias remanescentes do PA Vô Tônico, em 1996. As famílias foram direcionadas pelas lideranças do MST para o acampamento Antônio Conselheiro no município de Mirante do Paranapanema – SP.

Nesse Acampamento reuniram-se aproximadamente 800 famílias, para organizar os grupos de trabalhadores e selecionar os interessados em participar da luta pela terra. Dessa forma, decidiram quais as próximas fazendas que iriam ocupar, afinal todas as famílias do acampamento não seriam assentadas numa mesma área. Diante desses acontecimentos, ocorreram os processos de seleção e os classificados foram com os coordenadores dos acampamentos para a fazenda Laudenor de Souza.

No decorrer de um mês ficaram esperando as negociações do latifundiário com o Estado. Encerradas as negociações, as famílias foram assentadas e se dividiram em grupos para facilitar as reuniões. Nesse projeto, existem 60 famílias, ocupando área de 1.545 ha.

4.1.5 – PA Água Branca

As reivindicações por terra não terminaram. No assentamento Água Branca, os conflitos iniciaram-se em 1994 na fazenda Santa Rita, no município de Mirante do Paranapanema – SP, por famílias oriundas de cidades do Estado do Paraná como Colorado, Itaguajé, Jardim Olinda e do município de Teodoro Sampaio e Sandovalina. O fator primordial para o início da luta foi o desemprego de aproximadamente 300 famílias.

Os participantes foram direcionados para o acampamento Antônio Conselheiro. A luta durou aproximadamente quatro anos. Os lotes conquistados possuem entre 16 ha a 20 ha, onde as famílias desenvolvem a agricultura camponesa, cultivando milho, mandioca, feijão, arroz para garantir a existência e o assentamento possui 25 famílias assentadas numa área de 630 ha.

4.1.6 – PA Santa Zélia

Na ocupação da fazenda Santa Zélia, as famílias estavam anteriormente organizadas no acampamento Antônio Conselheiro; eram aproximadamente 700, oriundas do Pontal do Paranapanema e do Estado do Paraná. Os participantes entraram na luta porque estavam desempregados, estando pois, passando por necessidades pessoais (conta para pagar, alimentação, dentre outras). Assim, fizeram o cadastro no MST participando de reuniões, assembléias e atos políticos para fortalecer a luta pela terra. Durante as ocupações no ano de 1994, ocorreram despejos, mas, em janeiro de 1997, os acampados conquistam os lotes e o assentamento conta com 104 famílias numa área de 2.730 ha.

4.1.7 – PA Alcídia da Gata

As lutas pelas conquistas de terras no assentamento Alcídia da Gata iniciaram-se no Varjão Verde – Agrovila Emídeo Furlan, quando os acampados ocuparam em 1992 uma área próxima ao rio Paranapanema. Durante a organização do acampamento, cadastraram-se 200 famílias e a área foi ocupada aproximadamente 5 vezes durante um período de 5 anos. É importante ressaltar que as ocupações não aconteceram no latifúndio, mas na Agrovila. A origem do assentamento de 19 famílias ocorreu por meio de negociações entre Itesp, INCRA, latifundiário e acampados do MAST.

4.1.8 – PA Santa Terezinha da Alcídia

Neste projeto de assentamento, as famílias foram remanescentes do PA Alcídia da Gata e por isso fizeram um acordo com o Itesp para serem assentadas no latifúndio Santa Terezinha da Alcídia, área que já estava em negociação. Assim, aguardaram as negociações entre os fazendeiros e o INCRA, depois se deslocaram para a Fazenda, mas não puderam entrar na área porque estava ocupada com cana-de-açúcar.

As famílias entraram nos lotes em janeiro de 1999, negociando as plantações de cana-de-açúcar com a empresa Destilaria Alcídia. Na negociação os assentados receberam diversos tipos de bens como forma de pagamento: rodas d'água, materiais para construção, etc. O assentamento possui 26 famílias numa área de 861 ha.

4.1.9 – PA Santa Terezinha da Água Sumida

As origens das lutas nesse assentamento iniciaram-se com as famílias remanescentes dos assentamentos Alcídia da Gata e Santa Terezinha da Alcídia. As famílias acampadas deslocaram-se para a fazenda Santa Terezinha da Água Sumida, ocupando a área em 1996.

A área ocupada estava em negociação desde 1996, por isso outras ocupações ocorreram no mesmo latifúndio. Nessa luta participaram aproximadamente 60 famílias, oriundas do Pontal do Paranapanema e cidades do Norte e Noroeste do Paraná. As ocupações foram seguidas por despejos, violências, expropriações, com participações de policiais e jagunços. Nessa área estão assentadas 50 famílias em área de 1321 ha.

4.1.10 – PA Córrego Azul

O assentamento possui área de 226 ha e 09 famílias assentadas, oriundas do município de Euclides da Cunha Paulista. As famílias foram remanescentes das ocupações da fazenda Rosanela, realizadas em 1994 e por isso ocuparam uma área próxima a este latifúndio que faz limite com o Parque Estadual Morro do Diabo.

Após as negociações entre o latifundiário e o Itesp, os acampados recebem os lotes e o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, que atua na preservação da fauna, da flora do Parque, desenvolve juntamente com os assentados um projeto de recuperação e preservação ambiental.

Os assentamentos rurais são novos elementos para compreendermos a dinâmica agrícola uma vez que os pequenos produtores estão inseridos no mercado capitalista, por meio da produção de mercadorias. Diante desse fato, é necessário compreender o processo de ressocialização das famílias, como o acesso aos bens e serviços.

Os assentamentos implantados em Teodoro Sampaio são fruto de ocupações de terras. O acesso a terra foi uma conquista realizada por milhares de famílias sem-terra, cuja luta desencadeia o fortalecimento dos trabalhadores rurais diante do atual modelo de desenvolvimento agrícola, da concentração fundiária relacionado exclusivamente com a modernização agrícola do latifúndio.

Para caracterizarmos esse processo, no próximo item, apresentaremos a questão agrária em Teodoro Sampaio por meio da concentração fundiária.

4.2 – A questão agrária do município de Teodoro Sampaio

As implantações de assentamentos são resultantes das desapropriações de terras devolutas e griladas. Os assentamentos surgiram no município Teodoro Sampaio em antigas áreas griladas ocupadas pela pecuária extensiva caracterizando a concentração fundiária no município. Para melhor compreensão desse processo apresentamos os (Quadros 16; 17; 18; 19).

Quadro 16 - Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1980

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 20	760	72,10	4837	1,80
20 a 50	117	11,10	3861	1,45
50 a 100	40	3,79	2921	1,08
100 a 1000	71	6,73	26453	9,85
Mais de 1000	66	6,28	230406	85,82
Total	1054	100	268478	100

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE 1980, 1985, 1996

Entre o período de 1980 para 1985, a estrutura fundiária do município de Teodoro Sampaio estava constituída pelos atuais municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Na segunda metade da década de 1980, foi identificado o aumento no número de pequenos e médios estabelecimentos (20 a 50 ha; 50 a 100 ha), constituindo a diferencialidade territorial – aumento ou decréscimo relativo da participação dos grupos de área, distribuídos em um determinado espaço geográfico (Quadro 17).

Quadro 17 - Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1985

Grupos de Área (Ha)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 20	1137	77,18	9194	3,63
20 a 50	145	9,85	4801	1,90
50 a 100	44	3,0	3280	1,30
100 a 1000	88	5,97	34372	13,60
Mais de 1000	59	4,0	201168	79,57
Total	1473	100	252815	100

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE 1980, 1985, 1996

No contexto para a análise da estrutura fundiária, são implantados os assentamentos, aumentando a participação relativa do número de pequenas propriedades, todavia indicam que, embora os pequenos estabelecimentos aumentassem, mas as áreas das grandes propriedades ainda permaneciam

concentradas, ou seja, poucos estabelecimentos (Mais de 1000 ha), ver a coluna - estabelecimentos do quadro 17, possuíam grandes extensões terras identificando o referencial de territorialização.

A implantação de assentamentos representa a expansão das pequenas unidades de produção, embora os latifúndios ainda continuem ocupando maior percentual de área (66,40%), conforme (Quadro 18).

A diferencialidade territorial identifica a participação dos estabelecimentos. Por exemplo, o grupo de área menos de 20 ha (Quadro 18) representa 52,73% dos estabelecimentos, mas a área ocupada por esses estabelecimentos foi 1,98%.

Comparando o grupo de área menos de 20 ha (Quadro 19), dos municípios de Euclides da Cunha Paulista (8,50%), de Rosana (17,04%) com os estabelecimentos de Teodoro Sampaio (1,98%), constatamos que o índice de concentração fundiária foi mais intenso, uma vez que a quantidade de pequenas propriedades foi inferior à dos municípios citados anteriormente. Nesse contexto, o diferencial de territorialização indica o aumento ou decréscimo absoluto das áreas em um determinado espaço geográfico.

Quando elaboramos a diferencialidade territorial e o diferencial de territorialização, identificamos que, enquanto o grupo com menos de 20 ha aumenta os estabelecimentos, o grupo com mais de 1000 ha perde área, mas ainda permanece concentrado. O aumento ou o decréscimo da participação foi relativo porque os latifúndios ainda possuem vastas extensões de terras.

Durante a década de 1980 para 1990, os dados da estrutura fundiária são desagregados, ou seja, computados nos Censos Agropecuários apenas as informações referentes a Teodoro Sampaio e com isso identificamos o aumento

da área dos grandes estabelecimentos (mais de 1000), caracterizando o diferencial de territorialização (aumento absoluto das áreas), (Quadro 18).

Quadro 18 - Estrutura fundiária: Teodoro Sampaio – 1996

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 20	359	52,73	2147	1,98
20 a 50	186	27,31	3874	3,57
50 a 100	29	4,25	1942	1,80
100 a 1000	73	10,71	28413	26,25
Mais de 1000	34	5,0	71904	66,40
Total	681	100	108280	100

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE 1980, 1985, 1996

A diferença entre a diferencialidade territorial e o diferencial de territorialização consiste no seguinte: o primeiro se refere à participação dos grupos de área por estabelecimentos, ao passo que o segundo representa a participação das áreas.

A concentração fundiária no município de Teodoro Sampaio se torna expressiva a partir da emancipação dos distritos, por isso apresentamos os dados referentes aos grupos de área dos atuais municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, (Quadro 19).

Quadro 19 - Estrutura fundiária: Euclides da Cunha Paulista e Rosana – 1996

Grupos de Área (ha)	Euclides da Cunha Paulista				Rosana			
	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
Menos de 20	378	67,38	4140	8,50	503	83,42	7608	17,04
20 a 50	129	23,00	4743	9,73	44	7,30	1467	3,30
50 a 100	18	3,20	1248	2,55	19	3,15	1398	3,12
100 a 1000	21	3,75	6663	13,65	30	4,97	10625	23,78
Mais de 1000	15	2,67	31987	65,57	7	1,16	23572	52,76
Total	561	100	48781	100	603	100	44670	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1996

Com a emancipação política de Rosana, de Euclides da Cunha Paulista, em 1992, a concentração fundiária apresenta-se mais expressiva em Teodoro

Sampaio, especialmente nos maiores grupos de áreas como, por exemplo, os grandes estabelecimentos (mais de 1000 ha) representam 66,40%. Quando comparamos os dados referentes aos períodos de 1985 para 1996, dos 59 estabelecimentos (Quadro 17) com mais de 1000 ha, 34 são propriedades localizadas na área de estudos dos impactos socioterritoriais, principalmente após o desmembramento dos distritos e representa 57,62% dos latifúndios.

Por meio dos (Quadros 16, 17, 18 e 19), identificamos o processo de concentração fundiária, quando um número pequeno de estabelecimentos (5,0%) com (mais de 1000 ha) ocupa vastas extensões de área com 66,40%. As grandes propriedades desenvolvem atividades voltadas para as exigências de mercado como, por exemplo, as qualidades dos produtos para serem comercializados. Por outro lado, o pequeno agricultor precisa se adequar às exigências do mercado. Assim, o laticínio Quatá implantou nos assentamentos rurais Vô Tônico, Laudenor de Souza, ou seja, nos projetos mais distantes da sede municipal de Teodoro Sampaio, resfriadores de leite para garantir a qualidade do produto a ser beneficiado e comercializado.

A produção leiteira no lote é oriunda da organização dos assentados e está contextualizada na questão agrária por meio da resistência e da recriação do campesinato. Quando abordamos a questão agrária, estamos ressaltando principalmente o modo de organização e resistência dos trabalhadores rurais sem-terra, a partir de suas diferentes formas de lutas.

É importante também ressaltar que alguns fatores como, por exemplo: a exploração agrária monocultora (áreas de pastagens) e a concentração fundiária são fundamentais para compreender a questão agrária em Teodoro Sampaio,

porque o território do município ainda constitui latifúndios, cujas principais atividades econômicas são a pecuária extensiva e a monocultura canavieira.

O resultado desse processo fundamentou a implantação de destilarias autônomas de álcool, (Destilaria Alcídia) gerando o desenvolvimento de atividades rurais, voltadas diretamente para o trabalho na terra como o plantio, a carpa, a colheita da cana-de-açúcar e também as atividades não agrícolas como, por exemplo, o supervisor de trabalhadores volantes, motoristas, ou seja, atividades características principalmente do meio urbano.

É importante também identificar os interesses privados dos latifundiários, das grandes empresas que possuem extensas áreas de terras. A propriedade da terra para os grandes fazendeiros constitui um negócio, uma reserva de valor, ao passo que a terra para os trabalhadores rurais camponeses é um meio de produção voltada principalmente para a existência da família.

No processo de geração de existência das famílias, a propriedade da terra está intrinsecamente ligada as principais mudanças que ocorrem no campo, fruto da expansão do capitalismo e provoca a concentração de riqueza para os grandes proprietários e/ou a expropriação dos pequenos agricultores. Para Kautsky (1986), as grandes propriedades absorveriam as pequenas, causando a proletarização do camponês, caminhando assim para o seu desaparecimento e/ou desintegração. Assim, a agricultura capitalista se origina da propriedade privada do solo e do excedente de trabalhadores que vendem sua força de trabalho.

Segundo Kautsky (1986), o desenvolvimento da indústria, do comércio, gera a demanda de novos produtos na cidade e por isso a agricultura precisa se reestruturar para atender às necessidades do mercado consumidor. Nesse

sentido, o camponês deixa de ser apenas um simples agricultor, mas um produtor de mercadorias.

Como ressaltou Chayanov (1974), os camponeses se organizam nas unidades de produção e por meio do trabalho dos membros das famílias ocorre o equilíbrio interno. Para tanto, os principais elementos da organização camponesa são: composição familiar, força de trabalho disponível, área da unidade camponesa, atividades comerciais, artesanais e o tamanho da família. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, a unidade camponesa passa por sucessivas transformações e este processo não ocorre de maneira igualitária para beneficiar os pequenos e médios produtores rurais. Compreendemos os camponeses como os sem-terra, principalmente por meio da luta de resistência, das ocupações de terras e dos trabalhos familiares nos assentamentos rurais.

A produção agrícola nos assentamentos rurais foi destinada, num primeiro momento, para a existência dos membros das famílias e apenas o excedente foi comercializado. Já os latifundiários destinaram a produção para o mercado, sendo favorecidos nas concessões de créditos agrícolas.

Os êxitos comerciais da agricultura se caracterizam pela disponibilidade de terras para os grandes proprietários, mão-de-obra a baixo custo, constituindo assim os principais fatores dos baixos padrões de vida da população rural.

No processo de formação do espaço agrário, ocorre também a elevação do nível tecnológico das atividades rurais, uma vez que o progresso tecnológico na base técnica produtiva, não significa necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

O latifúndio surge primeiro que a pequena propriedade. O surgimento da pequena propriedade está associado à decomposição da organização interna do

latifúndio como, por exemplo, as mudanças nas relações de trabalho, rotatividade de atividades econômicas, principalmente em função da crescente procura de gêneros de subsistência à qual o latifúndio não consegue atender.

Apesar da extinção das sesmarias, do conhecimento da posse como meio legítimo de acesso a terra, da extinção da escravatura com a expansão e consolidação da pequena propriedade, o sistema latifundiário ainda apresenta poderes para controlar a economia agrária.

Para contrapor essa estrutura agrária vigente, a luta pela terra representa o modo de resistência dos camponeses, dos sem-terra. Esses trabalhadores rurais constituem o campesinato, e a organização das famílias para conquistar os lotes identifica a recriação do modo de vida de uma população excluída dos meios de produção e de acordo com Chayanov (1974), a terra é o principal meio de produção.

Como aponta Guimarães (1981, p. 200-2), os instrumentos através dos quais o sistema latifundiário exerce controle são os seguintes: domínio da propriedade, da exploração fundiária; bem como das divisas agrícolas obtidas no comércio internacional. Para sustentar esses domínios, existem concessões de créditos e demais incentivos estatais.

Esses fatores, apesar de sustentarem o progresso econômico decorrente da modernização, ainda permanecem em situação de atraso, de estagnação e de baixo rendimento para algumas culturas de primeira necessidade, como feijão, arroz, etc. Isso acontece, principalmente porque a estrutura fundiária se fundamenta em dois setores contrapostos, representados por duas classes antagônicas (latifundiários x pequenos produtores), cujos interesses estão voltados para a agricultura de exportação.

De acordo com Guimarães (1981, p. 215), a luta pela conquista da terra esteve presente desde os primeiros séculos da colonização brasileira, mas os movimentos não passaram de espontâneos e desordenados.

No século XIX, ocorreu a reorganização e consolidação dos movimentos rurais, principalmente com o fortalecimento do campesinato e com a diferenciação da estrutura agrária em três classes: camponeses, capitalistas e latifundiários.

A organização dos trabalhadores no município de Teodoro Sampaio significa uma forma de resistência, engendrada no processo de modernização agrícola. A principal forma de resistência é a ocupação de terras que resulta na implantação de assentamentos rurais. De acordo com Thomaz (2002), desde a chegada do colonizador, há exatamente cinco séculos, ainda não foram dissociadas as ocupações de terras dos incrementos da concentração fundiária, gerados pelas desigualdades oriundas do próprio sistema capitalista.

Contra esse modelo, os trabalhadores se organizam em movimentos sociais rurais, realizando ocupações de terras. Para conter as ocupações, ocorre a militarização da questão agrária, caracterizada pela violência, pela expropriação, pela juridicização, representada pela perseguição das lideranças dos movimentos e pela criminalização das ocupações de terras. As participações desses sujeitos na sociedade vêm contribuindo com a formação de novos elementos para entender a questão agrária.

A atual questão agrária contém alguns elementos, como a territorialização dos movimentos sociais, socioterritoriais, o modelo de desenvolvimento agrário exportador, o surgimento de atividades não agrícolas no meio rural, a desapropriação de terras, as indenizações de terras, a reforma agrária pelo

correio¹⁰ e as políticas de créditos com subsídios para beneficiar os grandes produtores.

Dessa forma, Fernandes (2001), ressalva que a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento agropecuário, por isso existem as lutas de resistências dos trabalhadores rurais. A implantação de assentamentos rurais em Teodoro Sampaio, juntamente com os impactos socioterritoriais, estão relacionadas com os elementos da questão agrária, mas o problema da questão agrária (a concentração fundiária) não foi superado. Assim, os sem-terra vêm-se organizando e no município de Teodoro Sampaio, conquistaram 15 projetos de assentamentos, fortalecendo a agricultura camponesa por meio da geração de empregos no meio rural.

Os problemas estão relacionados com a propriedade da terra, com a concentração da estrutura fundiária, com a expropriação dos pequenos trabalhadores, com o modelo de desenvolvimento agropecuário e com os padrões tecnológicos.

A questão agrária representa um elemento estrutural no capitalismo, ao passo que os problemas não são totalmente resolvidos, mas minimizados com o desenvolvimento e formulação de políticas públicas de caráter socioeconômico, elaboradas em conjunto com os trabalhadores. Por exemplo, existem políticas para o desenvolvimento da pequena propriedade, como o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mas o mercado exportador agrícola é controlado pelo agronegócio, como o plantio de soja, milho, cana-de-açúcar, surgindo concessões e incentivos fiscais.

¹⁰ Neste Projeto, o interessado faz a inscrição numa agência dos Correios e espera ser contemplado com um lote de terra. Não há presença de movimentos sociais, de ocupações no processo de conquista da terra.

A resistência ao modelo de desenvolvimento estabelecido pelos grandes produtores, pelos empresários, representa a luta pela terra e ganha importante dimensão na questão agrária e os resultados são as implantações de assentamentos.

A amplitude da luta é conhecida pelas manifestações dos sem-terra, mediante os trabalhos de base, das ocupações de terras, dos acampamentos, das caminhadas, das ocupações de prédios públicos e das negociações com o governo.

No entanto, a luta pela terra se intensifica com a miséria da população, com a exclusão, com o desemprego, dentre outros fatores. Por isso foi necessário enfatizar, principalmente na década de 1980, o aumento da pressão por terra e o fortalecimento das organizações dos trabalhadores. Dessa forma, ocorre a criação de órgãos estaduais voltados para a questão agrária, como os institutos de terras, dentre outros órgãos.

As formações dos assentamentos fomentam novas questões em torno da utilização dos recursos públicos, da assistência técnica, das reivindicações por infra-estruturas básicas (educação, saúde, estradas para o escoamento da produção). Neste âmbito os impactos também contemplam ofertas e demandas por recursos, geradas a partir da implantação dos assentamentos, uma vez que os repasses de verbas (dinheiro e bens materiais) não suprem os novos números de habitantes no município. Para confirmar essa realidade, segundo o secretário municipal de educação de Teodoro Sampaio, são transportados diariamente aproximadamente 2000 alunos para as escolas rurais. Não havia recursos municipais para fretar e /ou alugar ônibus, mas a organização das famílias junto à

Secretaria de Educação Municipal e Estadual permitiu que o problema fosse superado.

Por sua vez, num primeiro momento (fase de consolidação das famílias), os assentamentos aparecem como problema, porque as famílias demandam recursos municipais, os quais já se encontram escassos, por exemplo, vagas em leitos hospitalares, transporte escolar para o meio rural e estradas para o escoamento da produção, etc. No período posterior, após três anos (de implantação do projeto), surge o primeiro resultado da produção agropecuária aumentando o poder aquisitivo das famílias.

Os assentamentos são fruto de ocupações, de desapropriações, de compra de terras que tem pôr objetivo acabar com antigos conflitos. No período de negociação para a implantação dos assentamentos rurais, as famílias recebem os lotes provisórios ou emergenciais, ou seja, são áreas com tamanhos inferiores aos lotes definitivos (16 ha a 20 ha), em função das condições da área (solo, vegetação, topografia do terreno, dentre outros elementos), etc.

Os assentamentos rurais estão inseridos na luta pela terra e principalmente pela realização da Reforma Agrária. A Reforma não ocorreu, mas existem políticas de implantação de assentamentos rurais elaboradas pelo governo estadual e federal. Equivale ressaltar a mudança na estrutura fundiária que altera a distribuição de terras e amplia o número de pequenos produtores apoiados por um conjunto de políticas agrícolas.

A presença dos sem-terra na sociedade brasileira é uma realidade antiga, caracterizada pela expropriação dos meios de produção dos pequenos produtores, gerada a partir de uma estrutura social hegemônica capitalista, constituída por grandes propriedades e grandes empresas agrícolas.

Já nos assentamentos tem aumentado a taxa de crescimento de emprego rural, principalmente com o trabalho camponês. Para Leite (1997), os trabalhadores estão inseridos em quatro principais tipos de assentamentos: o primeiro tipo - são as fazendas associativas, imóveis rurais desapropriados para serem ocupados por famílias que já possuíram experiência com o trabalho em fazendas, estâncias, cujas principais atividades se voltaram para o desenvolvimento de culturas permanentes (café, cacau, laranja); o segundo tipo – são as fazendas suburbanas (agrovilas) constituídas basicamente por trabalhadores volantes que habitavam as periferias das cidades; o terceiro tipo - são as unidades de produção que constituem os aglomerados rurbanos, com edificações, infra-estruturas instaladas numa mesma área. Os assentamentos familiares são constituídos por sítios ou unidades familiares de produção individuais e o quarto tipo – são os assentamentos formados pelas reservas extrativas, implantados em regiões onde a mata nativa pode fornecer condições de subsistência.

As lutas sociais no campo emergem de uma pluralidade de conflitos pela terra; trata-se de lutas de posseiros, arrendatários, sem-terra, trabalhadores volantes, etc. Nesta pluralidade de lutas, é necessário ressaltar a participação dos atingidos por barragens, constituindo os reassentamentos, em que as populações ribeirinhas são deslocadas para outras áreas, por conta da formação dos lagos artificiais das usinas.

Existem vários elementos para abordar os surgimentos dos assentamentos rurais como, por exemplo, a organização dos movimentos socioterritoriais e as ações governamentais através da regularização fundiária, das desapropriações de áreas improdutivas ou devolutas. Segundo o Itesp (1998, p. 104), a

regularização fundiária é um instrumento gerado a partir da ação reivindicatória, que tem por objetivo arrecadar terras devolutas, irregularmente ocupadas por latifundiários, dando-lhes nova destinação econômica e social, principalmente com a constituição de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Após a implantação dos assentamentos, ocorre a definição de uma base produtiva em que as famílias conquistam os meios de produção (a terra), inserindo os produtos agropecuários nos supermercados, nas feiras livres, etc. Por exemplo, no município de Teodoro Sampaio, de Mirante do Paranapanema, é comum encontrar vendas de produtos oriundos de assentamentos rurais, como frangos caipiras, queijos; doces; milho; hortaliças nas feiras livres, etc.

As implantações de assentamentos provocam a introdução de novos elementos no âmbito local e regional. Por isto Leite (1997, p. 168), compreende os assentamentos como “ponto de partida”, onde as famílias desenvolvem novas formas de produção, de sociabilidade interna nos lotes e também como “ponto de chegada”, caracterizado pela mobilidade, pela integração social levando a transformação de um conjunto de excluídos em sujeitos políticos que reivindicam terra, trabalho, etc.

As unidades de produção geram impactos, principalmente com a reestruturação política local, com o surgimento de novos interlocutores, de novas lideranças locais, estaduais, de novos sujeitos sociais “os sem-terra” que provocam rearranjos políticos através das discussões, dos debates referentes à propriedade fundiária.

O processo de implantação de assentamentos caracteriza um longo período de lutas e enfrentamentos contra a opressão, contra a expropriação, etc. As famílias que participam desse processo de luta e que organizam

acampamentos para conquistar assentamentos são procedentes de diferentes regiões geográficas: Sudeste, Norte, Noroeste, Oeste do Estado de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os sem-terra conquistam as pequenas propriedades tornando-se produtores de mercadorias. No desenvolvimento das pequenas unidades de produção, o principal impacto resulta na organização dos trabalhadores e no desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Após a implantação dos assentamentos, foi desenvolvida a Cocamp – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal. A Cooperativa não está em funcionamento, mas apóia os sem-terra na intermediação para obtenção de crédito agrícola e na luta pela terra.

4.3 – A Formação da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal) no município de Teodoro Sampaio: um dos resultados da organização do MST no Pontal do Paranapanema

As ocupações dos latifúndios são as formas de organização camponesa de acesso à terra e ao resgate da cidadania, por meio do trabalho familiar, da organização de cooperativas e da produção agropecuária, etc.

No que diz respeito à organização de cooperativas, ocorreu um impacto significativo no município de Teodoro Sampaio quando os sem-terra implantaram a Cocamp.

O desenvolvimento de cooperativas até meados da década de 1980 foi estimulado pelo Estado. Nesse processo, em período mais recente (década de

1990), ocorre a fusão e integração de cooperativas nos setores mais dinâmicos da agricultura capitalista.

O sistema cooperativista vem passando por sucessivas transformações (fusões, incorporações) nas últimas décadas, em função das dinâmicas econômicas, políticas e sociais. Com as mudanças no setor agropecuário brasileiro, as cooperativas ampliam as demandas de serviços destinados aos associados, cujo processo deixa de ser incentivado pelo Governo nas décadas de 1970 e 1980.

A formação de cooperativas também se relaciona com a modernização da agricultura a partir da década de 1960, beneficiando os setores agrícolas destinados para exportação, gerando a expropriação e a subordinação dos produtores.

Por outro lado, os movimentos sociais, envolvidos na luta pela terra, passam a contestar o modelo de desenvolvimento agrícola vigente, organizando os assentamentos rurais e as cooperativas.

A luta pela terra foi uma experiência de cooperação, no sentido de que trabalhadores se unem para ocupar o latifúndio. A luta não termina com a conquista do lote, pois os primeiros desafios surgem com a viabilização da produção.

O pequeno produtor está subordinado ao modo de produção capitalista, cujo processo produtivo exige mão-de-obra especializada, seletiva, por isso a produção é integrada ao mercado. Dessa forma, o produtor perde o poder de decisão sobre o desenvolvimento das atividades produtivas, em função das exigências do próprio mercado.

Como forma de organização e resistência ao modelo de produção vigente, os assentados desenvolvem as cooperativas agrícolas como meio de viabilizar a produção:

A cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira), comprar matrizes de animais, produzir uma lavoura em conjunto. (MST, 1998, p.21)

A cooperação agrícola no MST é entendida como um projeto estratégico, que tem por objetivo a mudança da sociedade, sendo um instrumento de luta, de organização, de desenvolvimento econômico, social e político.

A cooperação agrícola nos assentamentos rurais compreende condições objetivas e subjetivas dos assentados. As condições objetivas estão relacionadas à propriedade da terra; à organização interna dos lotes (individuais ou coletivos) bem como, ao papel do Estado e das políticas agrícolas destinadas para os desenvolvimentos dos lotes. No tocante às condições subjetivas, estão presentes as vontades pessoais dos assentados em participar das cooperativas; o nível de conscientização individual; a capacidade de organização, em que os resultados da produção (as sobras) vêm a curto, médio e longo prazo, como consta no Caderno de Cooperação Agrícola nº 4 do MST, 1995, p. 6-7.

A partir das condições de cooperação agrícola, o MST define a lógica de organização e inserção dos produtos no modo de produção capitalista. A cooperação agrícola se relaciona com as razões econômicas, sociais e políticas. Nas razões econômicas, ocorre o aumento de capital, a partir da produtividade do trabalho, da especialização do trabalho, da introdução de tecnologias nos processos produtivos e melhores preços para os produtos.

As razões sociais estão vinculadas ao bem-estar dos assentados. A partir disso, compreendemos as construções de moradias, as infra-estruturas básicas (energia elétrica, água encanada), educação, transporte coletivo, saúde, igualdade, como um direito de todos os cidadãos.

A organização de cooperativas agrícolas nos assentamentos resulta das ações políticas internas do MST e também das iniciativas dos assentados. Os sem-terra desenvolvem as cooperativas agrícolas com o objetivo de orientar a produção nos assentamentos e melhorar a infra-estrutura.

Desse modo, surge a Cocamp, uma cooperativa fundada em 1994 por 291 sócios, na sede da fazenda São Bento, município de Mirante do Paranapanema. Em 2000, o número de associados passa para 2700 cooperados, distribuídos nos municípios que possuem números significativos de assentamentos implantados no Pontal do Paranapanema, como aponta o Itesp (2000).

É importante apresentar a fundamentação do cooperativismo adotado pela Cocamp, diferenciando-o do cooperativismo tradicional. O (Quadro 20), a seguir contém as principais diferenças entre o cooperativismo alternativo e o cooperativismo tradicional.

Quadro 20 - Princípios do cooperativismo alternativo e tradicional

	Cooperativismo Alternativo	Cooperativismo Tradicional
1 Caráter da Sociedade	Político (visa a transformação da empresa econômica, busca melhorar a condição de vida dos assentados).	Empresa Econômica
2 Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização).	Comércio (circulação de mercadorias).
3 Organização do trabalho	Produção familiar e cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).	Produção familiar individual ou empresa familiar.
4 Base da Cooperativa	Trabalha com todos os associados.	Trabalha com os interessados (associados).
5 Valorização do associado	Visa a ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de incluí-los.	Vale quem der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente
6 Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Alguns colocam estatutariamente limite de Terra para se associar.	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais o grande.
7 Distribuição das sobras	Deve ser distribuída para o associado em dinheiro ou em serviços.	Normalmente não distribui. É reinvestido na Cooperativa.
8 Direção	Coletiva e responsabilidade pessoal. A direção legal fica em Segundo plano.	Legal (presidencial).
9 Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos núcleos.	Através da escolha da direção
10 Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo.	Filiação à OCB e às OCEs.
11 Método	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem.	Apresentar propostas prontas ou induzir que os associados assumam os planos de direção.
12 Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.	Instrumento de direção. Procuram cooptar o líder para que ele passe os interesses da direção. Funciona de cima para baixo
13 Acesso às informações	Alto.	Baixo.
14 Participação dos associados	Alto.	Baixo.
15 Planejamento	De baixo para cima.	De cima para baixo.
16 Formação	Política, ideológica e técnica.	Técnica
17 Associado	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalhem.	Um por família (empresa), normalmente homem (chefe).
18 Desenvolvimento	Conforme projeto de desenvolvimento regional.	Conforme a cabeça dos dirigentes.
19 Participação na luta	Política e econômica.	Econômica.
20 Projetos ou planos	O associado participa da elaboração.	Através de "pacotes" prontos que são apresentados para serem aprovados.
21 Rotação de dirigentes	Deve ser investido na formação de novos dirigentes.	Baixa.
22 Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados.	Da cooperativa (cada vez mais se torna uma empresa de capital).

Fonte: MST, 1997, p. 84-85. Caderno de Formação n.21

No quadro acima, vamos enfatizar o item 12, cuja principal diferença entre o cooperativismo alternativo e o cooperativismo tradicional consiste na participação dos produtores no poder de decisão da cooperativa, ao passo que,

no cooperativismo tradicional, as medidas são elaboradas pelos diretores da cooperativa, excluindo a participação dos trabalhadores nas principais tomadas de decisões.

As cooperativas agrícolas organizadas pelo MST estão inseridas na dinâmica capitalista como uma forma de resistência e distribuição da produção no campo, tornando um importante instrumento de intervenção social e fortalecimento dos trabalhadores rurais.

O surgimento das cooperativas no MST está associado à luta pela terra. As reivindicações dos sem-terra relacionam-se com a produção de mercadorias e com a reprodução da agricultura familiar. A constituição de uma cooperativa não significa melhoria na qualidade de vida dos assentados. São necessários incentivos, iniciativas governamentais, como a liberação de créditos para a produção, para a formação do parque agroindustrial.

O cooperativismo tradicional se diferencia do cooperativismo alternativo adotado pelo MST, nos seguintes aspectos: no modo de organização das cooperativas do MST que tem por elementos centrais a composição da base social, a democracia interna e na instância de poder. Por outro lado, o (Quadro 21) contém as principais diferenças entre empresas capitalistas e empresas cooperativas.

Quadro 21 - Relação entre empresa cooperativa e empresa não cooperativa

Empresa Cooperativa	Empresa Não Cooperativa
1 É uma sociedade de pessoas	1 É uma sociedade de capital
2 Objetivo principal é a prestação de serviços	2 Objetivo principal é o lucro
3 Número ilimitado de associados	3 Número limitado de acionistas
4 Controle democrático – um homem um voto	4 Cada ação um voto
5 Assembléia: Quorum baseado no número de associados	5 Assembléia: Quorum baseado no capital
6 Não é permitida a transferência das quotas partes a terceiros, estranhos à sociedade	6 Transferência das ações a terceiros
7 Retorno proporcional ao valor das operações	7 Dividendo proporcional ao valor das ações

Fonte: Panzutti, 1997, p. 90

Ao analisar o (Quadro 21), é importante ressaltar que a lógica da empresa cooperativa incorpora as estratégias das empresas capitalistas destacando alguns pontos conforme apresenta Panzutti (1997). O cooperativismo empresarial é o instrumento que as empresas capitalistas possuem para subordinar os trabalhadores (colonos, pequenos produtores). Como exemplo, Fleury (1983), menciona o caso da substituição de algumas fábricas de vinho no Rio Grande do Sul de origem doméstica, para a constituição de empresas capitalistas engendradas na ordem jurídica de uma cooperativa, em que o pequeno produtor fica expropriado e subordinado.

A gênese de algumas cooperativas como a Cocamp está relacionada com a territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, principalmente na segunda metade da década de 1990, quando aumenta o número de assentamentos rurais.

Na produção agrícola, a Cocamp organizou alguns projetos agropecuários, agroindustriais, como o plantio de café, abacaxi, maracujá, mandioca, piscicultura, leite, não estando em funcionamento em função da falta de recursos e trâmites burocráticos.

A Cocamp possui uma unidade produtiva localizada em Teodoro Sampaio formada por: laticínio, despoldadeira de frutas, armazéns e silos com capacidade para secagem de grãos (milho, feijão), ver foto 3.



Foto 3: Cocamp – Silos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Autor: Leal, Gleison Moreira

É importante ressaltar que a unidade produtiva não está em funcionamento, em função da falta de investimentos tanto por parte do governo estadual, federal quanto dos assentados.

Desde a implantação dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio no governo Franco Montoro (década de 1980), apenas em 1990 com a participação dos sem-terra ocorre o desenvolvimento de projetos com grandes impactos para as famílias participantes na luta pela terra.

Os projetos agroindustriais estão em construção e foram adquiridos por meio do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), sendo uma das reivindicações do MST, mas foi substituído pelo Pronaf em 1999.

Como salienta Ribas (2002), os projetos agropecuários da Cocamp se concentram nos municípios que possuem parcela significativa de cooperados,

destacando-se Mirante do Paranapanema (19%), Euclides da Cunha Paulista (20%) e Teodoro Sampaio (15%) dos cooperados.

De acordo com Ribas (2002), o cooperativismo é uma alternativa político-organizativa constituída como um processo cumulativo e contraditório, voltado para minimizar a miserabilidade dos trabalhadores.

Para Ribas (2002), a territorialidade da Cocamp deve ser compreendida a partir do projeto político de gestão dos assentamentos estabelecido pelo MST e está associado à Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, voltada a centralizar o processo de institucionalização da cooperação agrícola a partir da difusão das cooperativas.

O MST organizou a Cocamp a partir da escala nacional articulada às Centrais Cooperativas Estaduais (CCA's) e à Concrab, em que os princípios político-organizativos são mais amplos, articulados para potencializar a cooperação em massa. Foi necessário inserir a Cocamp numa legislação cooperativa para aglutinar e articular uma diversidade de cooperação agrícola junto aos produtores assentados vinculados principalmente ao MST. Para fortalecer os pressupostos empregados no sistema cooperativista e do ponto de vista organizativo, a Cooperativa estava relacionada ao SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados entendido como uma indicação ideológica, (fundamento político do MST) apresentando como objetivo principal o desenvolvimento rural e econômico nos assentamentos.

Para Ribas (2002), algumas limitações são características importantes para o entendimento da constituição da Cocamp no Pontal do Paranapanema: separação do controle decisório da cooperativa em relação aos trabalhadores assentados cooperados, incapacidade financeira para consolidação, consecução,

dos projetos agropecuários, agroindustriais da cooperativa e a dificuldade em consolidar formas de gestão e trabalhos coletivos nos lotes.

Os elementos e as adversidades conjunturais estão centrados nos contornos da política agrária implantada no governo Fernando Henrique Cardoso, relacionados às resistências dos setores vinculados à classe latifundiária.

A constituição da Cocamp deve ser compreendida enquanto movimento contraditório, revelando alguns resultados dos processos de lutas sociais engendradas pelo MST no Pontal do Paranapanema. Por isso Thomaz (2002), ressalva que uma das questões prioritárias para o MST é superar o individualismo reinante nos assentamentos, através da cooperação e da organização do trabalho familiar em bases coletivas.

Nesse contexto, o desenvolvimento desigual das relações capitalistas no campo se encontra articulado com a existência dos agricultores familiares, dos camponeses, principalmente com a capacidade de produzir mercadoria, implicando sua subordinação e expropriação. Para Fabrini (2002), a participação dos camponeses no cooperativismo ocorre por meio da luta contra a expropriação, luta para entrar na terra e nela permanecer. Algumas formas de expressão dessa luta são as reivindicações desenvolvidas pelos trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao MST, quando conquistam assentamentos e cooperativas. As formas cooperativas permitem a consolidação dos núcleos de produção, bem como a territorialização da luta dos sem-terra.

Nos assentamentos são realizadas ações comunitárias mediadas pela solidariedade entre os assentados e a cooperativa. Segundo Fabrini (2002), a cooperativa também constitui uma forma de viabilização da ação coletiva. Atualmente enfrenta vários obstáculos e dificuldades de manutenção, afinal ainda

existem cooperativas que são concebidas como empresas econômicas de comercialização e prestação de serviços.

Os diferentes tipos de cooperativas têm sofrido forte desgaste, em função das práticas individuais valorizadas principalmente pelo capitalismo, sofrendo assim descrédito na organização produtiva. Nesse contexto, as cooperativas surgem como meio alternativo de comercialização de produtos e apresenta como principal objetivo minimizar a participação dos intermediários no processo produtivo e de comercialização.

De acordo com Fabrini (2002, p. 91), o cooperativismo apresenta algumas características como, por exemplo, a propriedade, a gestão e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa consiste numa associação de pessoas e não de capital, ao passo que a gestão cooperativa significa as tomadas de decisões realizadas em assembléias de associados ou cooperados, cujos excedentes são distribuídos entre os sócios.

No entanto, um dos objetivos da Cocamp é reduzir a miserabilidade dos trabalhadores através do beneficiamento e comercialização de matérias-primas (produtos agropecuários). A comercialização dos produtos será articulada com uma marca estadual do MST do Estado de São Paulo, chamada Sabor do Campo.

O Estado incentivou as criações de cooperativas. Num primeiro momento, os projetos foram organizados por pequenos produtores, mas os incentivos não conseguiram superar a concentração fundiária adotada pelos grandes latifundiários.

Esse processo está ligado à reprodução ampliada de capital, por isso as regiões que dispõem de melhores infra-estruturas (meios de transportes,

comunicação, mercado consumidor e matérias-primas), apresentam vantagens na localização dos investimentos, dando ênfase para São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A expansão das atividades comerciais e industriais, por sua vez, tende a transformar a cooperativa num grande complexo agroindustrial. Nesse caso, aumenta o número de associados e do ponto de vista operacional o pequeno agricultor não se relaciona com a mesma magnitude que o grande produtor; do ponto de vista da geração das sobras, os produtos agregarão valores exigindo maior padrão de qualidade de acordo com o mercado, por isso ocorre a seleção de alguns produtores com a elaboração de contratos e parcerias para garantir o fornecimento de matérias-primas.

A cooperativa não visa fins lucrativos; com isso, sua capitalização em relação ao corpo de associados é impopular de acordo com os princípios da cooperação.

A diferença da Cocamp com uma cooperativa tradicional é a gestão democrática do processo produtivo, bem como a distribuição dos lucros resultantes. A partir do momento em que os produtos são comercializados, aparecem determinadas exigências como a qualidade, o preço e principalmente as concorrências com as demais empresas. Para um dos coordenadores da Cocamp:

A Cooperativa precisa agir enquanto empresa na parte administrativa, porque ela vai concorrer com as demais indústrias, por isso o retorno precisa ser garantido. Para o cooperado é necessário trabalhar e distribuir as sobras (o lucro) para o coletivo principalmente com transparência nas compras, nas vendas, etc. (PESQUISA de Campo, Abril de 2003)

A Cooperativa tem como objetivo principal garantir o bem-estar dos cooperados, mas, para isso é necessário enquadrar-se às exigências do mercado e da concorrência com as empresas.

Como importância política, a Cocamp é uma ferramenta de luta do MST, mas também é um complexo, voltado para industrializar a produção regional dinamizando a agricultura familiar nos municípios em que existem projetos agropecuários dessa Cooperativa.

O MST desenvolve várias estratégias de organização, de centralização de diversas formas de cooperação, visando articular a gestão nos assentamentos a partir dos princípios político-ideológicos para superar o individualismo. Há também o desafio dessa proposta cooperativa implantada pelo MST, no que diz respeito à questão da viabilidade econômica para os assentados, bem como ao apontamento político-estratégico de cooperação, entendido como instrumento de resistência.

Nesse sentido, devemos compreender a organização cooperativa no Pontal do Paranapanema, considerando a Cocamp enquanto projeto em estruturação, caracterizado pelas limitações políticas organizativas (política agrária vigente, conflitos com os latifundiários) e ferramenta de luta do MST colaborando principalmente para as ocupações de terras.

Outro ponto a ressaltar consiste na concepção de cooperativa para os assentados, pois geralmente os assentados compreendem a cooperativa apenas como alternativa econômica para aumentar os rendimentos com a comercialização da produção agrícola.

Conforme mencionamos no corpo do texto, a Cocamp não está em funcionamento principalmente por falta de recursos, mas segundo um dos coordenadores da Cooperativa:

A Cocamp no ano de 2003 vai receber o financiamento do INCRA para concluir as obras. Neste momento, há o descrédito por parte de alguns assentados porque o projeto não está em funcionamento, mas quando o laticínio começar a funcionar e receber matéria-prima, essa situação vai se reverter, porque o assentado terá onde negociar a produção eliminando o atravessador. (PESQUISA de Campo, Abril de 2003).

A Cocamp não está funcionando, mas a principal atividade da Cooperativa no município de Teodoro Sampaio foi implantar o parque agroindustrial. A produção, a cooperação agrícola, a geração de renda são algumas das dimensões dos impactos socioterritoriais e, por isso, identificam as principais mudanças provocadas pelos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio. As dimensões e os indicadores dos impactos são apresentados no próximo capítulo.

Capítulo 5 – As dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais

Os assentamentos rurais implantados no município de Teodoro Sampaio apresentam novos elementos para compreender a dinâmica social, política e econômica no Pontal do Paranapanema.

Os elementos se caracterizam pela presença dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra e pela (des)concentração da estrutura fundiária, com o surgimento de pequenas unidades de produção.

Os impactos socioterritoriais são entendidos como mudanças, em que as transformações da realidade ocorrem pelas ações dos sujeitos sociais e também pela participação das instituições municipais como a Secretaria de Saúde, a Secretaria da Educação, instituições estaduais como o Itesp, a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), a Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) e as instituições federais como o INCRA.

Os conflitos fundiários entre sem-terra e fazendeiros marcam o início de novas relações sociais no meio rural em Teodoro Sampaio. As novas relações constituem a territorialização da luta pela terra com o aumento da implantação de assentamentos rurais.

As famílias sem-terra organizam as ocupações dos latifúndios e com isso 629 famílias foram assentadas no município de Teodoro Sampaio até o ano de 2001. Com o assentamento das famílias, a agricultura familiar baseada nas pequenas propriedades foi intensificada e a produção agropecuária voltou-se para o autoconsumo e para comercialização.

As ações dos sujeitos sociais e das instituições constituem uma nova questão agrária em Teodoro Sampaio, porque expande a agricultura camponesa desenvolvida principalmente nos assentamentos rurais. Surge nesse espaço social caracterizado pelos conflitos fundiários, pela violência, o "assentado", sujeito esse, descapitalizado ou com pouco capital e/ou recursos financeiros.

É importante ressaltar que categoria - "assentado" é heterogênea, porque existem sujeitos que, ao conquistarem a terra, já possuem algum capital, recurso, enquanto outros assentados dependem da ajuda do governo por meio de créditos rurais para desenvolver a produção no lote.

Os trabalhos de base, realizados durante as primeiras reuniões nas comunidades, são os primeiros fatores na organização dos trabalhadores sem-terra e o ponto inicial para entender os impactos socioterritoriais.

Os impactos provocados pelos assentamentos rurais são contextualizados num primeiro momento, com a organização dos trabalhadores para reivindicar o acesso terra. Após as conquistas dos lotes, surgem novas reivindicações em torno da implantação de infra-estruturas nos projetos (água, energia elétrica, estradas, créditos agrícolas) e por isso se torna importante identificar as mudanças, para analisar o desenvolvimento e os resultados da luta pela terra. Para identificar as principais mudanças realizadas pelos assentados, organizamos as dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais.

5.1 – Contextualizando as dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais

As dimensões dos impactos compreendem os principais aspectos para descrever e analisar a realidade dos assentados como a educação, a saúde, a cultura, a produção agropecuária, as políticas públicas, a organização sociopolítica e a organização das famílias no interior dos assentamentos para reivindicação de infra-estruturas.

Nos impactos socioterritoriais, as dimensões constituem os principais fatores do modo de vida das famílias assentadas. Dessa forma, os fatores incluem aspectos educacionais, culturais, políticos, econômicos e sociais.

As variáveis das dimensões são identificadas por meio dos indicadores como, por exemplo, grau de escolaridade e o transporte escolar que estão intrínsecos a dimensão educação.

Os indicadores são verticais e horizontais. Nos indicadores verticais (as variáveis estão na relação assentamento – município: como a comercialização agrícola) enquanto os indicadores horizontais (as variáveis estão na própria família: como a troca de dias de serviços entre os vizinhos). Nos indicadores horizontais são atribuídas variáveis, cujas mudanças alteram diretamente as famílias como, por exemplo, o acesso à educação, a geração econômica de condições de vida, etc. Os indicadores horizontais representam a organização interna e por isso os resultados dos trabalhos nos lotes geram recursos para o desenvolvimento das famílias.

Os indicadores verticais são caracterizados pelas ações entre as famílias no interior das unidades de produção com o município. Esses indicadores se relacionam com as verticalidades. De acordo com Santos (2000, p. 105), as

verticalidades podem ser definidas num território como um conjunto de pontos formando os espaços de fluxos. Os espaços de fluxos, que também são resultados da espacialização, caracterizam-se pelas atividades produtivas formando um sistema de produção, constituído por redes que exigem fluidez e velocidade na disseminação das informações.

Nos espaços de fluxos, as tomadas de decisões para o desenvolvimento das ações no território são determinadas por fatores externos às áreas de incidências dos sujeitos e das instituições. Por exemplo, “A Marcha dos 100 mil”, realizada com a caminhada dos sem-terra a Brasília-DF. O ato político foi local, mas as tomadas de decisões ocorrem a partir das articulações de diversas secretarias regionais do MST e das demais entidades participantes no evento. Outros exemplos locais são as compras, as vendas de bens e serviços que os assentados realizam em algumas cidades do Pontal do Paranapanema, como Presidente Prudente-SP, Pirapozinho SP, Santo Anastácio-SP, Presidente Venceslau-SP e do Estado do Paraná como Itaguajé-PR; Colorado-PR; Maringá-PR; Paranaíba-PR e Lupionópolis-PR, etc.

Já os indicadores horizontais se caracterizam pelas ações internas entre as famílias nos assentamentos. Para Santos (2000, p. 108), as horizontalidades são zonas de contigüidades que formam extensões contínuas. São os espaços que sustentam um conjunto de produções localizadas e interdependentes dentro de uma área que constitui um fator de produção.

Nos impactos socioterritoriais, as horizontalidades são compreendidas a partir das relações de vizinhanças entre os assentados, da ajuda mútua entre os membros das famílias, criando espaços de solidariedade no interior dos projetos.

As dimensões e os indicadores são organizados para identificar as principais mudanças que ocorrem no território. As dimensões estabelecem os principais aspectos da realidade dos assentamentos, facilitando o entendimento do modo de vida das famílias, das relações assentamentos - municípios, enfim das novas ações desencadeadas por esses sujeitos sociais.

Os indicadores e as dimensões compreendem os impactos socioterritoriais porque as mudanças representam os resultados das ações dos sujeitos sociais (sem-terra, latifundiários, Estado) no território. As ações são contextualizadas nos impactos, mas para identificarmos as mudanças foi necessário relacioná-las com o âmbito político, econômico e social. Desse modo, apresentamos as dimensões para compreendermos os impactos socioterritoriais do município de Teodoro Sampaio.

5.1.1 – Educação

A educação no campo ou a educação rural é marginalizada, ignorada, tanto que os conteúdos, os materiais didáticos precisam ser adaptados às condições, à realidade do meio rural, levando-se em consideração a organização da família e do trabalho.

A educação do meio rural deve estar vinculada às estratégias de desenvolvimento e segundo Kolling (1999, p. 24), a educação do campo precisa ser uma educação diferenciada, específica, isto é, alternativa, principalmente no que diz respeito ao processo de formação humana que apresenta características culturais e políticas daquela população.

De acordo com Kolling (2002), a educação rural está constituída pela formação humana e por isso é necessário considerar as ações dos sujeitos a partir dos próprios contextos de vida. Para Kolling (2002, p. 26), existe a educação no campo caracterizada pelo acesso aos conhecimentos no meio rural, ao passo que a educação do campo se relaciona ao direito de educar o homem do campo, cuja reflexão político-pedagógica é elaborada a partir do seu lugar de vida, da sua realidade, etc.

A educação está relacionada com as propostas apresentadas na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). De acordo com Kolling (1999, p. 24), a educação básica do campo compreende um dos níveis da educação escolar formada pela educação superior, pela educação infantil, pelo ensino fundamental e ensino médio que inclui também a educação de jovens e de adultos (destinada às pessoas que não tiveram acesso aos estudos no ensino fundamental e médio na idade adequada) e a educação profissional.

Esta abordagem contém algumas discussões em torno de que a educação é um direito social garantido à população, por isto a educação no campo também é uma reivindicação pela ampliação do direito à escola pública, cujo acesso deve ser garantido pelo Estado. Esse processo ocorre no município de Teodoro Sampaio quando os assentados reivindicam melhorias e vagas nas unidades escolares.

Dessa forma, Kolling (1999, p. 29), ressalva a importância da organização de escolas no meio rural, com um projeto pedagógico vinculado à história, à cultura do trabalhador assentado.

A educação no meio rural também envolve o direito do homem, da mulher, da criança, do jovem, enfim os conhecimentos produzidos pelas famílias rurais ou pelos movimentos socioterritoriais.

O processo educacional estruturado pelo MST, compreende o conjunto de experiências, do modo de vida que o assentado constitui ao longo da luta pela terra, uma vez que a educação, o conhecimento não se adquirem apenas nas escolas.

Por essa razão, Arroyo (1999, p. 27), aborda os processos educativos no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família e na vivência cotidiana.

A relação entre o cotidiano escolar com as propostas pedagógicas está caracterizada pela visão depreciativa de que o campo é analisado como “atrasado” em detrimento da cidade.

Nos impactos socioterritoriais, a escola do campo compreende os interesses políticos, culturais, dos camponeses, construindo conhecimentos, tecnologias destinados para o desenvolvimento social e para formação humana dos assentados. A escola do campo tem uma especificidade que se relaciona com a luta pela terra, onde os sem-terra constroem suas próprias identidades, seus gestos, suas ações e seus valores.

A educação nos impactos socioterritoriais é entendida como um processo, como uma mudança social para os assentados, por isso, torna-se necessário produzir materiais didáticos voltados para a realidade desses sujeitos, levando em consideração a trajetória da luta pela terra.

Para compreender as mudanças nos contextos de vida dos assentados é necessário entender a dimensão educação como uma política social importante

na formação humana, principalmente em se tratando de escolas, alunos e educadores para o meio rural. Isso reflete as reivindicações dos trabalhadores do campo para elaboração de uma proposta pedagógica especificamente rural.

Os indicadores de educação estão relacionados com os principais aspectos e problemas da educação no/do campo, como a falta de escolas, de propostas e de projetos pedagógicos, do grau de instrução e da aprendizagem dos assentados. Nessa dimensão, também consideramos os conhecimentos prévios adquiridos pelos membros das famílias.

5.1.2 – Organização sociopolítica

A dimensão sociopolítica aborda a organização dos assentados e dos acampados na sociedade civil através das ocupações de terras, das passeatas, das ocupações de prédios públicos para reivindicar infra-estruturas para as famílias que participam na luta pela terra.

A organização dos trabalhadores rurais gera a resistência diante do modelo agropecuário vigente, com a formação de associações de produtores, de cooperativas, sendo instrumentos de luta e reivindicação que restabelecem o acesso à cidadania.

A organização foi o principal elemento nas conquistas dos objetivos dos trabalhadores rurais, porque desenvolveu nas primeiras reuniões, nos primeiros trabalhos de base, o espaço de socialização política mediante as trocas de experiências e conhecimentos.

Nos espaços de socialização política, os trabalhadores adquirem consciência da própria realidade social, econômica, política em decorrência disso

lutam contra o isolamento, contra o individualismo que são os principais componentes desestruturadores dos movimentos sociais.

A consciência de classe associada-se com a organicidade, que segundo Bogo (1999, p. 134-40), representa a manifestação do poder político e de pressão que os trabalhadores rurais possuem para conquistar a terra, caracterizada pelo acúmulo de forças dos acampados para participar da luta.

A organicidade é o oposto da luta espontânea e desqualificada, porque cada família, ao participar da luta pela terra, apresenta a coletividade, a cooperação com o grupo, etc.

A organicidade é o instrumento para os assentados, para os acampados defenderem o espaço conquistado - o assentamento, que vem sendo desorganizado pela migração campo - cidade, pelo abandono da terra, pela precariedade das políticas de fomento, especialmente as políticas de crédito rural. Por isso Carvalho (2002, p. 3), menciona a importância da comunidade de resistência e superação, entendida como uma alternativa de solução conjuntural para as crises econômicas, para o desenvolvimento da consciência crítica dos pequenos produtores contra a opressão capitalista.

A resistência surgirá no interior de cada família, ao impossibilitar as relações clientelistas com os partidos políticos, com a dependência de políticas, de subsídios econômicos estabelecidos pelas classes dominantes.

Na organização sociopolítica, a participação dos assentados nas atividades realizadas no interior dos assentamentos são fundamentais para a conquista e surgimento de pequenas associações, com vistas a reivindicar infra-estruturas para as famílias, porque a luta não termina quando se conquista a terra.

Um dos grandes problemas enfrentados no MST é o individualismo das famílias no interior dos assentamentos. Isto acontece após a conquista do lote quando os assentados desenvolvem atividades e se preocupam apenas com as suas famílias. Essa realidade também foi constatada por Ribas (2002), quando desenvolveu o trabalho referente à organização cooperativa no Pontal do Paranapanema. Assim, verifica-se a realização de trabalhos individuais nos lotes e nas tomadas de decisões.

5.1.3 – Saúde

A dimensão saúde nos impactos socioterritoriais se relaciona principalmente com o bem-estar social das famílias assentadas. A temática não compreende apenas a presença de remédios, hospitais, nem a falta de doenças (moléstias), mas se relaciona com a sociedade em que vivemos, porque existem classes sociais que possuem condições para garantir o bem-estar, o acesso à saúde, enquanto os desfavorecidos não têm acesso a esses serviços que deveriam ser assegurados pelo Estado através do SUS – Sistema Único de Saúde.

A saúde é muito mais que a oferta e demanda por serviços, por isto o consumo de remédios e o pronto atendimento ambulatorial não estão acessíveis a todos os cidadãos.

Nesse contexto, Guimarães (2000, p. 21), faz uma crítica ao conceito de saúde baseado na perspectiva da utilização dos serviços, ou seja, a saúde é uma noção complementar ao conceito de doença operacionalizada nas formas de serviços e práticas médicas. A noção de saúde é reduzida à noção de não-

doença, que tem norteado a formulação de propostas de regionalização e serviços de saúde.

Os serviços de saúde fazem parte de uma rede, cujo sistema está interconectado por meio da circulação de pessoas, mercadorias, informações e também por um conjunto de sujeitos que freqüentam e que buscam esses serviços.

A saúde pública está associada com a quantidade de incidência de doenças, de enfermidades, que resultam do desequilíbrio do organismo. A cura, o tratamento ocorrem na relação dos sujeitos (pacientes) com os atores sociais (médicos e hospitais).

Por essa razão, algumas formas para combater as proliferações de doenças infecciosas é intervir no modo de organização da vida urbana e nos elementos da produção do espaço urbano, rural, como, por exemplo, na implantação de sistemas de esgotos e rede de abastecimento de água.

As implantações de infra-estruturas nas cidades brasileiras decorrem das reformas sanitárias e possuem como principais objetivos controlar as epidemias de doenças, de contaminações em ambientes precários que se encontram fora dos padrões higiênicos estabelecidos.

No Pontal do Paranapanema, os primeiros serviços sanitários surgiram com o processo de ocupação e expansão da frente pioneira, porque algumas doenças como a febre amarela vitimaram os trabalhadores que devastavam as áreas tropicais, principalmente as áreas onde se desenvolveu a economia cafeeira.

Assim, Guimarães (2000, p. 184), compreende o conceito de saúde como um estado de bem-estar completo, físico, mental, social e não apenas marcado

pela presença de enfermidade, mas como um recurso para o desenvolvimento da vida.

Uma família com saúde é aquela em que seus membros vivem com liberdade, em que seus direitos são respeitados e a renda possa satisfazer as necessidades. Para que isto se torne realidade é necessária a organização dos trabalhadores para lutar por uma sociedade mais justa.

A saúde nos impactos socioterritoriais corresponde ao bem-estar da família, no sentido pleno: físico, psíquico e emocional. No entanto, é fundamental a existência de equipes de profissionais para atuar nos assentamentos, porque há o problema com a falta de posto de atendimento como no projeto (Santa Terezinha da Alcídia), da escassez de recursos financeiros e da distância até a cidade mais próxima que possua uma unidade de atendimento.

As famílias assentadas dependem do serviço municipal de saúde e utilizam principalmente em casos de urgências, como acidentes de trabalho, intoxicação, enfim nas doenças que necessitam de acompanhamentos médicos, de exames, porque o deslocamento ao hospital ocorre por meio de carona no ônibus escolar e, em casos graves, solicita-se a ambulância.

5.1.4 – Moradia

As organizações das casas nos assentamentos estão dispostas nas formas de agrovilas ou construções individuais nos lotes. As agrovilas são projetos elaborados pelos governos municipais ou estaduais, segundo os quais as habitações são construídas próximas uma das outras, para facilitar a implantação

de infra-estruturas como rede de água, esgoto, escolas, creches, postos de saúde, dentre outros serviços.

Os problemas encontrados nas agrovilas são: distância da casa ao local de trabalho e também a existência de quintais abertos que facilitam a entrada de animais nas casas dos vizinhos.

A casa construída individualmente em cada lote é o modo característico da distribuição das moradias nos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio. As habitações são construídas por meio de recursos oriundos de créditos rurais ou pelos próprios orçamentos familiares. A vantagem da casa construída individualmente em cada lote é a não passagem de animais domésticos para o lote do vizinho, mas há o problema relativo ao encarecimento da implantação de infra-estruturas porque as casas estão dispersas nos lotes.

A moradia é o local onde os assentados se protegem das intempéries climáticas e também um espaço de socialização política em que as famílias se reúnem, fazem festas, celebram missas, etc.

Na dimensão moradia, os indicadores também estão relacionados com o meio ambiente, porque a habitação é a primeira benfeitoria realizada pela família no lote, por isso deve ser localizada e construída de modo correto na área para evitar problemas de contaminação do lençol freático e de cursos de água.

Num primeiro momento, quando as famílias recebem os lotes, as moradias são construídas de lona ou madeira, mas, após a consolidação das atividades produtivas (período de 3 a 5 anos), geralmente a casa passa a ser construída de alvenaria.

5.1.5 – Renda

O trabalho familiar é uma das características das relações de produção no campo, desenvolvido principalmente nas pequenas propriedades. No trabalho familiar, uma parte da produção fica para o consumo do agricultor como meio de subsistência imediato; a outra parte, ou seja, o excedente é comercializado, gerando renda.

Segundo Oliveira (1987, p. 73), a renda da terra é o lucro extraordinário que ocorre tanto na cidade como no campo. É o produto do trabalho excedente e da mais-valia. No modo capitalista de produção, a renda da terra é o lucro retirado das atividades econômicas extraído acima do valor das mercadorias.

A renda da terra se refere à renda paga ou obtida por uma determinada extensão de área. Para analisarmos os impactos socioterritoriais, lembramos que a renda refere-se aos ganhos obtidos pelos assentados por meio da produção agropecuária ou pela realização de atividades não agrícolas.

Nos impactos socioterritoriais, a renda é o ganho que o assentado obtém mediante os resultados da produção agropecuária e da realização de trabalhos não agrícolas, como serviços de auxiliar geral nas fazendas próximas aos assentamentos.

Para compreender a geração de renda nos assentamentos, os indicadores constituem as principais fontes de remuneração e atividades dos membros das famílias. Os indicadores de renda caracterizam-se pelos ganhos obtidos nas unidades familiares e são oriundas de atividades internas e externas aos lotes como, por exemplo, rendas obtidas com a venda de leite, com a venda de produtos agrícolas, prestação de serviços, etc.

5.1.6 – Políticas públicas

Ao abordar essa dimensão, é importante deixar explícitas as ações dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra na determinação e/ou elaboração de políticas de desenvolvimento rural. As políticas são executadas e geridas pelo Estado, mas ocorrem reivindicações por melhores infra-estruturas, enfim por melhores programas para o desenvolvimento das famílias assentadas.

Nos impactos socioterritoriais, o conceito de políticas públicas é entendido como os meios pelos quais os governos municipais, estaduais e federal se relacionam com os movimentos socioterritoriais, ou demais esferas da sociedade civil para elaborar políticas de desenvolvimento rural. Esse processo gera a elaboração de diretrizes e metas para o desenvolvimento local, como também oferta e demanda por mais serviços públicos como, por exemplo, vagas em leitos de hospitais, transporte escolar, etc.

A intervenção do Estado na agricultura tem como objetivo principal regular os mercados agrícolas garantindo preços, rendas para os agricultores estimulando também a agricultura camponesa.

No entanto, são elaboradas linhas de créditos e financiamentos para a agricultura familiar, como o Pronaf e também a política de preços mínimos.

Segundo Delgado (2001, p. 20), do ponto de vista da intervenção do Estado na agricultura, dois tipos de políticas econômicas devem ser considerados: a) política macroeconômica que se compõe basicamente da combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial e que compreende o nível, a composição, a taxa de crescimento da renda, a quantidade total de moeda, dos gastos governamentais com as importações e exportações;

b) a política econômica que se refere a política setorial e influencia diretamente o comportamento econômico-social dos setores da economia nacional (indústria, agricultura, transportes).

A dimensão das políticas públicas busca relacionar os interesses dos governos municipais, estaduais e federal com a sociedade civil. Para tanto, são elaborados programas de desenvolvimento humano, social e econômico com o intuito de atender as diferentes classes sociais.

Os indicadores de políticas públicas constituem os serviços, as melhorias nos assentamentos, por isso é necessário analisar os trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo e pela Cocamp.

5.1.7 – Cultura

Nos últimos 50 anos no Brasil, muitas organizações e muitas formas de lutas ocorrem para garantir os direitos dos trabalhadores, mas são desarticuladas pelo Estado e suas respectivas lideranças ou representantes passam a defender os interesses das classes dominantes recebendo cargos em órgãos ou repartições públicas.

Por outro lado, os movimentos socioterritoriais como o MST reivindicam a cidadania, por isso o objetivo principal da luta é ultrapassar as ocupações isoladas dos latifúndios.

O fortalecimento da luta no movimento é obtido com a organização, com a determinação de métodos, em que ocorre a participação coletiva dos trabalhadores nas tomadas de decisões.

As conquistas ocorrem não apenas pelo montante de hectares ou recursos financeiros adquiridos, mas pela conscientização, pela organização dos assentados que desenvolvem valores como a solidariedade, o companheirismo, o trabalho e o estudo.

Os grupos sociais possuem valores que sobrevivem ao longo do tempo e são responsáveis por desenvolverem a vida. Segundo Bogo (1999, p. 49), cultura é o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que são transmitidos às novas gerações e garantem a reprodução da coexistência social.

Esses valores se relacionam com a constituição da história individual de cada família e os trabalhadores, ao organizarem a luta, levam a reivindicação, as preocupações, os sentimentos, as dores, as alegrias, os sonhos, etc.

Na organização do assentamento não se devem ignorar os elementos subjetivos das famílias, como a origem, os valores, a religião, a arte e a organização lingüística, porque constituem a consciência social dos assentados ou dos acampados.

A concepção de cultura é diversificada, múltipla, por isso a cultura da classe dominante impõe seus valores sobre a cultura popular dos trabalhadores. A cultura dos assentados está presente nos gestos, nos hábitos e no modo pelo qual as famílias organizam o seu cotidiano.

Na trajetória da luta pela terra, a cultura está presente nos lugares que os sem-terra montam os acampamentos ou conquistam os assentamentos. Os elementos culturais encontrados nessas áreas voltam-se, por exemplo, para os nomes atribuídos aos lugares e para a qualificação ou identificação dos espaços, etc.

Para Claval (1999, p. 202), os nomes de lugares traduzem a memorização do grupo, como uma mudança na percepção do espaço. Nos impactos socioterritoriais, algumas dessas mudanças culturais constituem os nomes concedidos aos assentamentos e acampamentos. Algumas áreas de luta pela terra recebem homenagens ou representam os nomes de lideranças políticas ou militantes de movimentos sociais como, por exemplo, o assentamento Laudenor de Souza, localizado no município de Teodoro Sampaio. O projeto recebeu esse nome em função das ações desenvolvidas pelo militante Laudenor de Souza, que faleceu num acidente de automóvel em 1998, ao realizar uma viagem de Itapeva (SP) para São Paulo (SP).

As atividades culturais são realizadas quotidianamente quando os sem-terra organizam caminhadas, devoções, enfim, são elementos que expressam as atitudes, os valores de uma população excluída. Por isso, os indicadores buscam abordar desde as atividades intelectuais até os conhecimentos populares dos assentados contra a opressão e contra as propostas políticas das classes dominantes.

5.1.8 – Organização do trabalho e da produção

Essa dimensão tem por objetivo caracterizar as relações de produção no campo, principalmente no município de Teodoro Sampaio. De uma forma geral, os subsídios voltados para a agricultura atendem aos modelos de exportação iniciados com as políticas agrícolas implantadas durante os governos militares.

Essa política excludente beneficia os setores agrícolas voltados para a exportação de produtos e matérias-primas, ao passo que os pequenos produtores recebem pouco ou nenhum incentivo.

As políticas estipuladas por esse pacote tecnológico geram a resistência dos pequenos agricultores, quando o endividamento, a expropriação arruina essa classe. Por outro lado, surgem as primeiras reivindicações dos pequenos agricultores, dos sem-terra frente ao modelo neoliberal. As manifestações são seguidas pela violência e morte de alguns militantes, mas as lutas territorializam-se por todo o Brasil.

Os indicadores da organização do trabalho e da produção apontam elementos para contextualizar a realização do trabalho no lote. As atividades envolvem os membros das famílias, como também a ajuda de parentes e amigos nos períodos de colheitas.

A família é o núcleo do desenvolvimento do lote, por isso, nos períodos de plantio, colheita, é possível encontrar assentados realizando atividades no próprio lote e, em outros casos como em períodos de secas, entressafras, exercendo atividades extras lotes.

A dimensão organização do trabalho e da produção contém questões direcionadas para a produtividade do lote, bem como para o destino final que é o mercado. Por isto, fez-se necessário também abordar a organização de uma cooperativa formada por trabalhadores rurais sem-terra que tem por objetivo eliminar a participação dos atravessadores e agregar valor na produção.

5.1.9 – Produção agropecuária dos assentamentos e dinâmica comercial

Os assentamentos rurais provocam mudanças principalmente no setor comercial de uma determinada região. As mudanças foram caracterizadas em função da liberação do crédito agrícola, intensificando-se o poder de compra e de consumo dos assentados.

A consolidação do assentamento (período de 3 a 5 anos) estabelece o surgimento de novos postos de trabalho, de novas fontes de renda, gerando recursos para o desenvolvimento das famílias, bem como para o município.

A implantação dos assentamentos intensifica a circulação de dinheiro, de mercadorias, porque as famílias comercializam a produção agropecuária no comércio local e regional.

Ao estabelecer a dimensão produção agropecuária dos assentamentos e dinâmica comercial, é importante apresentar a dinâmica comercial de Teodoro Sampaio nas décadas de 1980 e 1990. Os destaques para esses períodos ocorrem num primeiro momento, em função dos projetos de desenvolvimento organizados pelo governo estadual, federal com a construção das usinas hidrelétricas Taquaruçu, Rosana e Sérgio Motta.

Os projetos demandaram grande número de trabalhadores pelas firmas responsáveis pelas obras, o que veio a fortalecer o comércio de Teodoro Sampaio em função do poder de compras das famílias.

Na década de 1980, o município de Teodoro Sampaio recebeu famílias migrantes de outros Estados, em função dos trabalhos oferecidos pelas usinas hidrelétricas. Os chefes das famílias eram chamados de “barrageiros” – indivíduos

que permaneceram num determinado município para trabalhar nas barragens, cuja formação profissional variava desde o auxiliar geral até o engenheiro civil.

Essa dimensão contextualiza, nos impactos socioterritoriais a relação do comércio, de novos setores comerciais e da prestação de serviços com o aumento do número de assentamentos rurais.

Alguns setores expandem suas atividades comerciais ampliando as vendas, como são os casos de algumas madeireiras, agropecuárias, postos de gasolinas, farmácias, implantadas no município de Teodoro Sampaio principalmente após a segunda metade da década de 1995.

Os indicadores da dinâmica agrícola comercial compreendem os períodos mencionados no corpo do texto acima, identificando as mudanças nas relações comerciais de Teodoro Sampaio, antes e após a implantação dos assentamentos rurais.

O comércio pressupõe atividades dinâmicas que geram lucros para o comerciante, por isso os investimentos em propagandas, campanhas publicitárias, liquidação, ofertas de produtos, capacitação de vendedores para atender aos diferentes tipos de consumidores, são os pontos iniciais para os sucessos nas vendas. Segundo a coordenadora da associação comercial de Teodoro Sampaio M. T.

Não se pode fazer uma análise do perfil do cliente, independente da situação financeira do indivíduo. Os sucessos nas vendas ocorrem quando são negociadas as formas de pagamentos e geralmente não é porque a pessoa é rica como um empresário ou então como um assentado rural, que ele vai deixar de pagar o que comprou. (PESQUISA de Campo, Fev. 2003)

Os assentados são os novos consumidores no comércio de Teodoro Sampaio, por isso há lojas que elaboram planos de vendas, de pagamentos para

essa nova clientela, como o supermercado 2 I, que busca e entrega compras nos assentamentos rurais sem cobrar o frete às famílias.

A dinâmica agrícola comercial nos impactos socioterritoriais representa as atividades comerciais de compra e de venda de produtos, realizadas pelos assentados. A dimensão se relaciona com a organização do trabalho, uma das principais mudanças provocadas no município de Teodoro Sampaio com a implantação dos assentamentos.

O município de Teodoro Sampaio apresenta uma nova dinâmica comercial após os término das usinas hidrelétricas. A dinâmica se caracteriza principalmente pelo aumento de alguns segmentos comerciais como, por exemplo, até o ano de 1995 não estava implantado no município a agropecuária Campo Forte, a madeireira Conti, os supermercados: Panema, Pontal, 2 Irmãos, os postos de gasolinas: JM, Pontal e a farmácia Central. Os funcionamentos desses comércios estão associados à dinâmica econômica do município. Até a segunda metade da década de 1990, as fontes de recursos e empregos surgiram dos seguintes setores: construção civil (usinas hidrelétricas), do setor agrícola (sítios, fazendas), do setor industrial (laticínio, cerâmicas, destilaria de álcool) e dos serviços públicos municipais, estaduais e federais.

Após a segunda metade de 1995, são implantados os assentamentos rurais, surgindo novas fontes de rendas e novos consumidores do meio rural do município de Teodoro Sampaio. Para a coordenadora da associação comercial de Teodoro Sampaio M. T., os assentamentos significam.

O potencial econômico, porque as cidades onde tiveram barragens se tornaram fantasmas, ou seja, o movimento do comércio fracassou, muitas famílias se mudaram. Já com os assentamentos essa realidade foi outra, por exemplo, o A quando montou o supermercado, ele pegou esse período de formação dos assentamentos e se deu bem até hoje. Os

donos de supermercados estão incentivando as vendas para os assentados, isso acontece porque o empresário freta e/ou possui um ônibus e geralmente duas vezes por mês ele faz o seguinte itinerário (busca e leva as famílias), principalmente para os assentamentos de Teodoro e Mirante do Paranapanema. (PESQUISA de Campo, Fev. 2003)

Por meio dessa fala, identificamos que os assentamentos geram retorno econômico para o município de Teodoro Sampaio, principalmente após a consolidação do homem do campo. O retorno torna-se expressivo com a circulação de capital, por meio da compra de mercadorias (alimentos; materiais de construção; combustível; produtos agropecuários; dentre outros) e também da venda de produtos como leite, milho, mandioca, feijão, nas feiras livres, nos supermercados, etc.

No que se refere à dinâmica agrícola comercial, o município de Teodoro Sampaio apresenta notável desempenho comercial, em função da localização geográfica da cidade, situada nas proximidades dos assentamentos de Mirante do Paranapanema como, por exemplo, do projeto Antônio Conselheiro (12 km) e do projeto Paulo Freire (11 km), etc.

5.2 – Os Impactos socioterritoriais no contexto da resistência camponesa, da organização do trabalho e da produção

Nos impactos territoriais a organização do trabalho e da produção representa um impacto expressivo na implantação do assentamento. Por isso, analisamos os tipos de trabalhos realizados nos lotes, nas propriedades, para identificarmos o processo heterogêneo de desenvolvimento das famílias.

O trabalho camponês realizado no lote foi importante para analisar os impactos e a dinâmica produtiva gerada nas pequenas unidades de produção.

Para Andrade (1986, p. 6), o conceito de camponês foi geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a comunidade de trabalhadores que se dedicava à exploração agrícola voltada para o auto-abastecimento.

No Brasil, esse conceito foi utilizado, a partir do século XIX, para representar os trabalhadores rurais organizados em associações. A partir do século XIX, os trabalhadores rurais se organizaram para reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários, constituindo assim as ligas camponesas.

Para Martins (1995, p. 10), desde os anos de 1950, os camponeses de várias regiões do país manifestaram-se politicamente contra as oligarquias de proprietários de terra, organizando as ligas, os sindicatos para reivindicarem os meios de produção (a terra).

Em relação ao processo de formação das ligas camponesas, ressaltamos a participação da Igreja, do partido político (PCB), na organização dos trabalhadores. Em 1954, numa propriedade denominada Engenho da Galiléia em Pernambuco, foi criada uma associação de produtores foreiros (indivíduos que pagaram aluguéis para o fazendeiro pelo uso da terra) conhecida como Liga Camponesa da Galiléia. A Liga contou com o apoio de Francisco Julião e apresentou como principal instrumento de luta a resistência contra a exploração e a expropriação. Na luta pela terra ocorreram algumas guerras populares como, por exemplo, a Guerra de Canudos (1896-1916) realizada no sertão baiano, a Guerra do Contestado (1912-1916), que ocorreu nas regiões do Paraná e Santa Catarina.

As lutas dos camponeses contra a expropriação, contra a intensificação da exploração do trabalho se territorializa nas diversas regiões brasileiras, dentre estas a região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo.

No decorrer das décadas de 1950 para 1960, os conflitos foram caracterizados pelas greves, pelas posses de terras, pela grilagem no Pontal do Paranapanema, pelo desenvolvimento de programas para o meio rural como, por exemplo, o Proálcool, ocorrendo assim a expansão do setor sucroalcooleiro resultando na expropriação dos trabalhadores.

Os trabalhadores rurais formaram o campesinato, constituído por camponeses que ao serem expulsos da terra, se organizaram para reivindicar o direito da propriedade e do trabalho.

O campesinato brasileiro reflete os processos mais gerais da história da agricultura brasileira como, por exemplo, o período colonial, a dominação econômica estabelecida pela política da grande propriedade pautada na modernização agrícola e na escravidão, etc.

Para Fernandes (2000), a história de formação do campesinato é entendida como a criação, destruição, recriação da propriedade camponesa, da meação, da parceria, porque ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro.

No Brasil, de acordo com Martins (1995, p. 21), os camponeses apresentam denominações específicas de cada região como, por exemplo, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, camponês designa-se caipira; no litoral paulista, esse mesmo trabalhador denomina-se caiçara; no Nordeste, chama-se de tabaréu ou caboclo. Essas denominações referem-se às pessoas que vivem no meio rural, por isso são

chamadas de rústicas, atrasadas, ou trata-se de abordagens depreciativas, razão por que foram desaparecidas do vocabulário cotidiano popular.

O campesinato foi estudado por alguns estudiosos clássicos da questão agrária. Por exemplo, Chayanov (1974), enfatizou o camponês como sujeito criador da sua própria existência, por meio do trabalho dos membros das famílias. O camponês se apropriou do produto da terra, por isso o tamanho da família, a constituição como força de trabalho tornaram-se elementos indispensáveis para o desenvolvimento da propriedade. A força de trabalho do camponês foi caracterizada como:

No tiende a sobrepasar um limite fijado por ciertas necesidades y del cual depende el grado de exploración de su fuerza de trabajo; si hay un excedente el equilibrio se restablece mediante una reducción, en el siguiente año económico, del desgaste de energía. (CHAYANOV, 1974, p. 18)

De acordo com Chayanov (1974), existe um certo limite no que diz respeito à força de trabalho, caracterizada na auto-exploração, ou seja, as famílias desenvolvem atividades para a reprodução dos seus membros, inexistindo a categoria salário.

No contexto de compreensão do campesinato, também existe um conjunto de autores como, por exemplo, Abramovay (1998), que relata a destruição do camponês em função da inserção no mercado capitalista, ficando dependentes das oscilações, das relações comerciais e das elevadas taxas de juros. Outra questão é a modernização dos latifúndios que, quando incorporam algumas pequenas propriedades, o produtor não controla mais a etapa final da transformação da matéria-prima.

O campesinato e o latifúndio estão inseridos no capitalismo. Foram criados a partir da expansão capitalista como, por exemplo, na expropriação de terras dos

pequenos produtores e/ou dos incentivos à agricultura de exportação. Por isso ocorre a reivindicação por terra e o camponês (e) migra para outras regiões.

A reprodução do camponês ocorre por meio da conquista da terra e da produção de mercadorias. De acordo com Oliveira (1987, p. 71), o camponês pode acumular dinheiro com os resultados da produção e assim garantir a sobrevivência da família através da realização de atividades agropecuárias.

A produção camponesa está inserida no desenvolvimento do capitalismo no campo. O desenvolvimento capitalista na agricultura tem intensificado o uso de inseticidas, de máquinas, provocando o desemprego de trabalhadores rurais.

Com a industrialização ou mecanização da agricultura, as barreiras impostas pela natureza são superadas como, por exemplo, se numa determinada região o solo é seco então se desenvolvem técnicas para irrigação.

Uma das principais relações do sistema capitalista na agricultura é a terra, um bem que não é passível de ser multiplicado (reproduzido), como as máquinas e outros meios de produção. No território brasileiro, o proprietário de terras tem o direito de não utilizá-la produtivamente, ou seja, deixa-a como reserva de valor, intensificando a concentração fundiária.

Com a concentração fundiária, ocorre a reestruturação nas relações de trabalho e a agricultura fica conectada num circuito global, em que as compras, as vendas de insumos químicos e matérias-primas são realizadas nos planos exteriores, ou seja, fora dos locais de produção.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção se caracteriza pela sujeição da renda da terra ao capital, através da compra, da venda, da exploração e da subordinação do camponês.

Na compreensão do campesinato é importante ressaltar os elementos da produção camponesa. Para Santos (1984, p. 23), o trabalho camponês significa um processo não especificamente capitalista, reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista, como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente.

De acordo com Santos (1984, p. 27-67), os elementos da produção camponesa são os seguintes: a) força de trabalho familiar, segundo a qual a família representa a condição de existência das relações de trabalho; b) as práticas de ajuda mútua que são um processo grupal, em que as pessoas espontaneamente prestam auxílio ao seu vizinho de propriedade, aos parentes, etc; c) o trabalho acessório camponês desenvolvido nos períodos em que as atividades agrícolas são menos intensas, principalmente nas épocas de pousio dos solos; d) força de trabalho assalariada, surgem nas unidades camponesas nos períodos críticos como, por exemplo, nos momentos em que as tarefas exigem rapidez e muita mão-de-obra; e) socialização do camponês que se efetiva pela procriação do trabalho familiar e se complementa com a participação das crianças; f) propriedade da terra constituída como o meio fundamental na produção camponesa, não é equivalente a mercadoria; g) propriedade dos meios de produção sendo os bens adquiridos pelos camponeses, como mercadorias e instrumentos de trabalho (fertilizantes, defensivos agrícolas), por isso o camponês comercializa produtos oriundos da própria unidade de produção e, assim, adquire outras mercadorias; h) jornada de trabalho que depende da época do ano, dos produtos a serem cultivados, do período de colheita e do preparo da terra para o cultivo.

Para Santos (1984, p. 69), o camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor detém a propriedade dos meios de produção (terra, objeto de trabalho). Sendo um produtor de mercadorias, venderá seus produtos e com isto adquirirá outros objetos que possam satisfazer as necessidades de consumo individual. A produção camponesa apresenta o seguinte ciclo: mercadoria-dinheiro-mercadoria, em que a mercadoria está inserida na esfera de consumo do camponês, combinando a produção dos meios de existências das famílias com a produção de mercadorias. A produção dos meios de vida, consiste na roça (lavoura) de milho, mandioca, arroz, abóbora e feijão, etc.

Para outros estudiosos da questão agrária como, por exemplo, Lênin (1982), os camponeses se desintegrariam. Na compreensão do campesinato, Lênin (1982, p. 36), abordou os camponeses a partir de três grupos sociais: o grupo pobre semeia pouco e é incapaz de satisfazer suas necessidades com as suas rendas agrícolas; o grupo médio extrai da terra o necessário para cobrir as despesas; o grupo rico possui mais lotes, em função do arrendamento, da compra de terras e por isso recorre ao trabalho assalariado.

O estudo elaborado por Lênin (1982), abordou a desintegração do campesinato com a subordinação dos camponeses ao capital, resultando na sua respectiva expropriação. A subordinação está relacionada com a venda da produção agropecuária para a indústria e com isto o camponês passa a produzir produtos de acordo com as exigências do mercado.

Nesse contexto, surgem algumas distinções entre os conceitos de camponês e agricultor familiar. A constituição do primeiro conceito é milenar e um dos grandes estudiosos que abordou essa temática foi Chayanov (1974), ao

passo que, o conceito de agricultor familiar surge, sobretudo a partir da década de 1990 e um dos grandes estudiosos desta questão foi Abramovay (1998). Este autor compreende a questão agrária contemporânea baseada na unidade familiar de produção *small farm* “pequena produção” em função do seu dinamismo econômico, da capacidade de inovação técnica, enfim de uma agricultura voltada para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Por sua vez, Abramovay (1998, p. 22), não aborda o conceito de camponês, mas de uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais, por isto não pode ser caracterizada como camponesa.

Por outro lado, Chayanov (1974), aborda o conceito de camponês apresentando o tamanho da família como um dos principais elementos na análise da unidade econômica camponesa. O camponês trabalha até atender as necessidades da família e a partir do momento em que atinge o *optimum*, os membros das famílias passam a realizar outras atividades. Os investimentos nas propriedades acontecem de acordo com a capacidade de trabalho e o que sobra não é dinheiro, mas tempo em trabalho que significa energia física.

Dessa forma, Chayanov (1974, p. 120), diferencia a família camponesa do empresário capitalista porque os camponeses satisfazem suas necessidades da maneira mais fácil, ponderando os meios de produção e qualquer objeto que pode aplicar a força de trabalho. A família não utiliza completamente sua força de trabalho, ao passo que o empresário capitalista distribui a totalidade de seu capital, visando ao lucro, à exploração, etc.

No entanto, uma das premissas importante para compreender a economia camponesa é a ausência da categoria salário, por isso o camponês se apropria dos produtos da terra.

É importante ressaltar que o conceito de camponês ou agricultor familiar designa principalmente o pequeno produtor agrícola, cujos estabelecimentos são entre 10 ha e 50 ha.

Os camponeses são compreendidos como sujeitos históricos que se reproduzem por meio da resistência, ao passo que a organização dos agricultores familiares está fundamentada numa visão economicista e mercadológica. O conceito de agricultor familiar prioriza a lógica do desenvolvimento do capitalismo e a produção de alimentos está baseada nas políticas elaboradas pelo Estado.

No debate a respeito da agricultura camponesa ou agricultura familiar Fernandes (2001), ressalva que o produtor familiar ao utilizar os recursos técnicos e se integrar ao mercado não é camponês, mas sim agricultor familiar.

O conceito de agricultura familiar não discute a perspectiva de luta contra o capital, como o conceito de agricultor camponês. Sob esse ponto de vista, nos últimos 20 anos no Brasil, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas a luta política desenvolvida por meio das ocupações de latifúndios, como a principal forma de acesso a terra.

A principal diferença entre os conceitos é política. O conceito de agricultura familiar fundamenta-se na integração ao capital, na inserção no mercado, ao passo que o conceito de agricultura camponesa se articula na perspectiva de superação das relações capitalistas por meio da resistência dos trabalhadores rurais.

Independente de ser agricultor familiar ou camponês, existe o resultado da organização desses trabalhadores rurais, como a produção agrícola oriunda das pequenas unidades de produção. Nesse contexto, abordamos a produção agrícola realizada pelos camponeses assentados para identificar os principais impactos no sistema produtivo.

5.3 – Produção agrícola nos assentamentos rurais

A produção agrícola nos assentamentos rurais representa impacto no processo produtivo, porque as atividades são desenvolvidas em áreas que estão ocupadas pela pecuária extensiva e atualmente geram produtos de primeira necessidade (milho, feijão, arroz), destinados para existência das famílias, como para comercialização.

Ao abordar a produção agrícola dos assentamentos rurais, é necessário mencionar as políticas de créditos, como elemento inicial para o desenvolvimento dos pequenos produtores assentados.

No município de Teodoro Sampaio, os assentados receberam créditos agrícolas por meio de duas linhas de fomentos: Procera e Pronaf. O Procera foi um programa de crédito criado em 1986 (através das reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra) e extinto em 1999. O Programa está estruturado da seguinte forma: linha de custeio – voltada para o financiamento da safra; linha de investimento voltada para o financiamento de bens para a produção como cerca, animais, etc.

Já o Pronaf foi criado em 1995, para ajustar as políticas públicas agrícolas voltadas para os pequenos agricultores familiares, viabilizando infra-estruturas

para aumentar a produtividade através da capacitação profissional dos agricultores e da inserção da produção no mercado de insumos e produtos.

O Pronaf se divide nas seguintes modalidades de fomentos: Crédito Rural (Custeio e Investimento), Infra-estrutura, Serviços Municipais e Capacitação. Essa linha de crédito destina recursos para os agricultores familiares, bem como para implantação de melhorias nos municípios através da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

No tocante à liberação do Pronaf para o desenvolvimento dos assentamentos é importante ressaltar a diferenciação dos beneficiários do programa, classificados em: Grupo (A) – assentados; Grupo (B) – agricultor com baixa produção e pouco potencial na produtividade; Grupo (C) – agricultor com exploração intermediária e nível esperado para aumentar a produtividade e o Grupo (D) – agricultor estabilizado economicamente.

Dentre os beneficiários do programa, enfatizamos os assentados, como sujeitos sociais que desenvolvem a pequena produção agrícola no município de Teodoro Sampaio.

O crédito agrícola é importante na formação das pequenas unidades de produção, porque os assentados recebem os recursos para investir em melhorias nos lotes. Embora esse fato tenha acontecido, o mesmo se deu com o atraso na liberação dos créditos. O (Quadro 22), a seguir contém os dados referentes às famílias que receberam créditos agrícolas nos períodos entre 2000 e 2001.

Quadro 22 – Liberação do crédito agrícola no período entre 2000 a 2001

Assentamentos	Foi liberado no período oportuno %	Não foi liberado no período oportuno %	Famílias que não receberam crédito nesses períodos %
Pa Alcídia da Gata	60	0	40
Pa Água Branca	20	20	60
Pa Água Sumida	4,55	0	95,45
Pa Cachoeiro do Estreito	40	0	60
Pa Córrego Azul	0	0	100
Pa Santa Zélia	30	10	60
Pa Santo Antônio dos Coqueiros	40	20	40
Pa Vale Verde	22,22	11,12	66,66
Pa Vô Tônico	40	40	20
Pa Haidéia	20	20	60
Pa Laudenor de Souza	60	10	30
Pa Santa Rita da Serra	0	25	75
Pa Santa Terezinha da Água Sumida	20	70	10
Pa Santa Terezinha da Alcídia	40	0	60
Pa Santa Vitória	20	20	60

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

A liberação do crédito agrícola é o elemento que estrutura a organização da produção agropecuária nos assentamentos. Existem casos cuja liberação dos recursos atrasam, principalmente em função dos trâmites legais das agências bancárias com os assentados. Esse fato é notável principalmente nos projetos recém implantados como, por exemplo, no assentamento Santa Terezinha da Água Sumida, por isso faltam algumas infra-estruturas, como rede de energia elétrica nos lotes.

Com os recursos oriundos dos programas de créditos, os assentados realizam investimentos nos lotes, constroem cercas, compram matrizes leiteiras, preparam o solo para o cultivo, enfim desenvolvem as primeiras atividades produtivas nas propriedades. Para o assentado A. (...) essa realidade foi o sonho de todos nós os participantes na luta pela terra. (Pesquisa de Campo, Fev. 2002)

Os resultados das organizações dos trabalhadores e os grandes impactos na estrutura fundiária são a produção agrícola oriunda de áreas de antigas pastagens. Para contextualizar esse processo ver (Cartograma 01) a seguir.

A produção agrícola nos assentamentos rurais destina-se para o autoconsumo e para comercialização das famílias. Quanto ao autoconsumo, as famílias produzem culturas de primeira necessidade (milho, feijão, arroz), ocorrendo uma economia de recursos porque, se essas culturas não fossem cultivadas, os assentados deveriam comprá-las nos supermercados.

Nos impactos socioterritoriais é importante contextualizar a produção dos assentamentos no Estado de São Paulo. Desse modo, o (Quadro 23) a seguir, contém a produção agrícola na escola local e estadual.

Quadro 23 - Produção agrícola: (ha)

Tipos de Culturas	Região Geográfica (Sudeste)	Unidade de Federação (São Paulo)	Município (Teodoro Sampaio)
Café (coco)	1.737.535	211.552	21
Algodão herbáceo (em caroço)	115.076	65.770	500
Arroz	203.563	61.900	120
Cana-de-açúcar	2.978.611	2.484.790	16.000
Feijão	690.571	212.780	360
Mamona	17.726	2.840	100
Mandioca	133.043	34.370	360
Milho	2.386.779	1.084.360	1.800

Fonte: IBGE, 2000

Os principais tipos de cultura desenvolvidas no município de Teodoro Sampaio são: milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar e algodão. Por meio do (Quadro 23), verificamos que as principais culturas em termos de área colhida no município de Teodoro Sampaio também apresentam semelhanças quanto aos cultivos desenvolvidos nos assentamentos. Por exemplo: os assentamentos representam 46,19% da produção de mandioca do município de Teodoro Sampaio, ver (Quadro 24) a seguir.

Quadro 24 – Representatividade da produção agrícola dos assentamentos rurais em relação ao município de Teodoro Sampaio

Tipos de Culturas	Representação da produção agrícola em (ha) dos assentamentos no município de Teodoro Sampaio (%)
Café (coco)	9,52
Algodão	7,8
Arroz	1,25
Cana-de-açúcar	0,68
Feijão	7,36
Mamona	20,00
Mandioca	46,19
Milho	5,59

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

As culturas agrícolas oriundas dos assentamentos identificam os impactos gerados pelas unidades produtivas, uma vez que a pequena produção fortalece o agricultor camponês por meio da inserção dos produtos nos mercados.

Outro ponto fundamental na produção oriunda nos assentamentos é a pecuária leiteira. Os assentados, quando recebem os créditos agrícolas, adquirem matrizes leiteiras e com isso passam a entregar leite nos laticínios, cujo retorno da produção é mensal, diferente de uma cultura permanente ou temporária.

Ao contextualizar a produção leiteira dos assentamentos (Cartograma 02) a seguir, com a produção total do município de Teodoro Sampaio (Quadro 25), os assentamentos representam 4,55% da produção leiteira total do município.

Quadro 25 - Produção leiteira anual

Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Leite (Mil Litros)
Sudeste	8.573.731
São Paulo	1.861.425
Teodoro Sampaio – SP	2.317

Fonte: IBGE, 2000

A produção leiteira é uma das principais atividades desenvolvidas nos assentamentos porque o retorno da produção ocorre a cada mês. Outro impacto provocado pelos assentamentos corresponde à comercialização da produção leiteira nos laticínios localizados na região do Pontal do Paranapanema e

Noroeste do Estado do Paraná. Os impactos ocorrem no âmbito local porque se comercializa leite no município de Teodoro Sampaio e no âmbito regional, a partir do beneficiamento da produção em outros Estados, como acontece no “Laticínio Líder” em Lobato, no Estado do Paraná.

A produção agropecuária oriunda dos assentamentos fortalece os assentados, através da inserção dos produtos da reforma agrária no mercado consumidor.

Os impactos se caracterizam porque os assentados obtêm recursos investindo-os em melhorias para o lote, por exemplo, compram matrizes leiteiras, reformam áreas de pastagens, sendo um dos resultados a geração de renda.

5.4 – A geração de renda nos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio

A renda nos assentamentos rurais é oriunda do trabalho familiar desenvolvido em pequenas unidades de produção por meio das atividades agropecuárias. A geração de renda nos assentamentos rurais está intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo no campo, caracterizado por um processo contraditório que expropria e recria o trabalho camponês.

Quando abordamos a expansão do capitalismo no campo, referimos-nos principalmente aos camponeses e aos proletários rurais que são transformados em trabalhadores sem-terra. Para Martins (1995, p. 152), o processo de expansão do capitalismo se caracteriza quando os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres possuindo apenas a propriedade de sua força de trabalho para vender ao capitalista e receber em troca o salário em forma de dinheiro. A

função do salário seria recriar o trabalhador e permitir que o sujeito continue a desenvolver as atividades para o capitalista.

A exploração do trabalhador e a relação capitalista são aparentemente uma relação igual, mas produz resultados econômicos desiguais como, por exemplo, o salário e o lucro, caracterizados na separação do trabalhador e dos meios de produção.

Com relação à expansão do capitalismo no campo, a terra é equivalente a capital, pois ela é comprada com dinheiro e utilizada como instrumento para explorar a força de trabalho. O capitalista é o indivíduo que emprega capital na compra de instrumentos, de matérias-primas para explorar a força de trabalho, promovendo a reprodução ampliada do capital.

No meio rural um instrumento fundamental de produção é a terra. A terra é um meio de produção que é comprada com dinheiro e utilizada para explorar a mão-de-obra do trabalhador. Para Martins (1995, p. 159), a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho, mas um bem natural, finito, que não pode ser criado pelo trabalho.

A terra é um instrumento de trabalho diferente de outros meios de produção, porque quando alguém trabalha a terra não é para produzir terra, mas algum fruto do trabalho.

Com o capital tudo se transforma em mercadoria ou em seu equivalente. Por exemplo, a terra se transforma numa mercadoria, adquire preço, pode ser comercializada, mas para ocorrer alguma exploração é necessário um pagamento que se caracterize pela renda da terra.

A renda é paga pelo conjunto da sociedade, porque divide os custos da produção entre os trabalhadores e proprietários fundiários, principalmente quando compramos produtos agrícolas nas feiras livres, nos supermercados, etc.

A dimensão renda representa o desempenho econômico dos assentados, mediante a organização da produção. A geração de renda resulta principalmente da produção agropecuária, por isso os assentados investem em novas técnicas de produção como, por exemplo, colocam resfriadores de leite nos lotes; constroem estufas para melhorar as qualidades dos hortifrutigranjeiros, etc.

A renda nos assentamentos rurais representa dois elementos importantes nos impactos socioterritoriais: o primeiro elemento compreende o processo de (re) estruturação das atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, com o fortalecimento da agricultura camponesa; o segundo elemento diz respeito à geração de condições de sobrevivência das famílias assentadas por meio da compra, da venda de produtos nos mercados consumidores locais e regionais, por isso os primeiros impactos dos assentamentos ocorrem com a transformação do latifúndio em pequenas unidades de produção.

Nas unidades de produção (o lote), o assentado desenvolve atividades agropecuárias, permitindo sua (re) inserção no sistema de trabalho, de mercado, por meio do poder aquisitivo de compra e venda de produtos. Entendemos a (re) inserção do assentado no sistema de mercado com a participação no sistema produtivo, gerando assim, recursos para a manutenção das famílias e receitas para os municípios em que se encontram implantados os projetos de assentamentos rurais.

A renda oriunda dos assentamentos rurais identifica um dos principais impactos dos assentamentos, por isso as transformações contêm elementos

políticos, econômicos e sociais. Quanto aos elementos políticos surge a categoria de trabalhadores assentados que exercem atividades por conta própria, ou seja, não possuem patrões ou supervisores no desenvolvimento do processo produtivo. Os elementos econômicos se caracterizam pela geração de recursos, por isso os assentados comercializam e compram produtos nos mercados locais e regionais. Os elementos sociais compreendem a participação dos assentados na sociedade, como trabalhadores ex-marginalizados que estão gerando condições de existência para as famílias, cujo resultado foi o acesso à educação, ao lazer, etc.

Contextualizamos a geração de renda nos assentamentos rurais a partir dos cálculos das seguintes rendas estabelecidas pela FAO (1992):

Renda agrícola líquida: é a renda monetária obtida com a venda de produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados nas entrevistas;

Renda animal líquida: é a renda monetária obtida com a venda dos animais e derivados;

Renda de autoconsumo: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção;

Renda de outros trabalhos: incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família;

Renda de outras receitas: são as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, por exemplo, madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio e artesanato.

As somas dessas rendas representam os ganhos mensais dos assentados e por isso identificam os principais impactos para as famílias, porque se

encontram descapitalizadas e desempregadas. Para melhor compreensão da renda, o (Quadro 26) a seguir, contém o cálculo da renda dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio.

Quadro 26 – Cálculo da renda agrícola das famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio em R\$

Assentamentos	Renda Agrícola Mensal	%	Renda de Autoconsumo Mensal	%	Renda Animal Mensal	%	Renda de Outros Trabalhos	%	Renda de Outras Receitas	%	Renda Média Mensal*
Pa Água Branca	60.5	16,50	63	17,18	203.04	55,40	40	10,92	0	-	366.54
Pa Santa Vitória	119.24	27,16	144.7	32,96	95.04	21,66	40	9,11	40	9,11	438.98
Pa Água Sumida	138.36	15,78	400	45,65	207.40	23,65	40	4,56	90.90	10,36	876.66
Pa Vale Verde	213.16	30,75	235.25	33,92	156.19	22,52	22.22	3,20	66.66	9,61	693.48
Pa Santa Rita da Serra	89.87	14,62	255	41,50	178.2	28,98	25	4,06	66.66	10,84	614.73
Pa Santa Zélia	57.87	11,75	225	45,65	170.1	34,50	20	4,05	20	4,05	492.97
Pa Santa Terezinha da Água Sumida	49.58	8,06	414.58	67,46	130.32	21,23	0	-	20	3,25	614.48
Pa Laudenor de Souza	81.16	20,76	42.91	10,98	186.84	47,80	40	10,23	40	10,23	390.91
Pa Vô Tônico	197.33	43,55	38.75	8,55	97.2	21,44	40	8,82	80	17,64	453.28
Pa Cachoeiro do Estreito	70.16	12,79	192.08	35,01	206.28	37,60	40	7,30	40	7,30	548.52
Pa Alcídia da Gata	185	37,30	33.33	6,74	237.6	47,90	0	-	40	8,06	495.93
Pa Santo Antônio dos Coqueiros	112.5	16,25	323.33	46,75	136.08	19,66	40	5,78	80	11,56	691.91
Pa Santa Terezinha da Alcídia	86.83	19,55	182.16	41,05	135	30,40	0	-	40	9,00	443.99
Pa Haidéia	56.4	7,76	380.83	52,39	169.56	23,35	40	5,50	80	11,00	726.79
Pa Córrego Azul	272	44,70	91.66	15,06	111.6	18,34	66.66	10,95	66.66	10,95	608.58

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

*Valor expresso em reais

A renda oriunda dos assentamentos rurais identifica os impactos provocados pelas pequenas unidades de produção. As mudanças também ocorrem nos municípios, porque as fontes de recursos são resultantes de um setor de atividade econômica que estava decadente, em função da pecuária extensiva.

A pecuária extensiva permite a concentração da renda da terra no meio rural, uma vez que as atividades agropecuárias desenvolvidas nos latifúndios são destinadas exclusivamente para comercialização como, por exemplo, a cultura canieira, a cultura de soja, a engorda de gado bovino para o abate nos

frigoríficos. Essas atividades econômicas se intensificam na década de 1980 e permitem o êxodo rural. Os principais elementos para o decréscimo da população rural são: mecanização da agricultura, que exige cada vez menos mão-de-obra, importação de alimentos e a redução na liberação de crédito agrícola para os pequenos produtores.

Por outro lado, os sem-terra estão conquistando os assentamentos rurais e com isso, aumentam a dinâmica populacional dos municípios em que possuem projetos, conforme apresentamos no desenvolvimento do trabalho. O retorno da população para o campo intensifica-se com o surgimento de novos postos de trabalhos em função da agricultura camponesa, porque inclui todos os membros das famílias no processo produtivo, na propriedade e o resultado do trabalho é a renda.

Ao relacionarmos a renda média mensal obtida pelas famílias nos projetos de assentamentos com o rendimento médio da população de Teodoro Sampaio (R\$ 631,27¹¹ reais), identificamos que os assentamentos implantados na década de 1980, como o projeto (Água Sumida) com infra-estrutura consolidada (água, energia elétrica, estradas em boas condições para transportar a produção, escolas, posto de saúde, linha de ônibus coletivo) e alguns projetos com diversificação agrícola, como os assentamentos Haidéia, Santo Antônio dos Coqueiros possuem rendimentos acima da média municipal.

As principais fontes de rendas para as famílias no município de Teodoro Sampaio originam-se dos serviços públicos municipais, estaduais, federais, do trabalho rural temporário, do setor da construção civil, em função das construções

¹¹ As informações referentes ao rendimento médio municipal e estadual foram obtidas por meio da pesquisa no Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2002.

das usinas hidrelétricas, enfim de atividades voltadas principalmente para o meio urbano. Na segunda metade da década de 1990, intensifica-se nesse território a formação de assentamentos rurais e surgem outras formas de atividades e rendimentos no meio rural, como a agricultura camponesa.

Os assentados também representam a população economicamente ativa no município de Teodoro Sampaio, cujo resultado da organização do trabalho é a produção agropecuária para subsistência, para comercialização e a geração de condições econômicas, como relata o assentado:

A.A. se não fosse o trabalho no assentamento, na roça eu estaria desempregado na cidade e minha família estaria passando necessidade, por isso eu tiro leite e depois trabalho na lavoura, tanto que esse é o resultado da produção leiteira do lote. (PESQUISA de Campo, Fev. 2002)

A produção agropecuária representa a principal fonte de renda para os assentados. No que diz respeito à geração de renda, por meio da produção leiteira (ver Cartograma 03) a seguir, os retornos econômicos são quinzenais ou mensais, ver (Quadro 27).

Quadro 27 – Produção leiteira: o impacto provocado pela família do assentado M.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS ROSANA			
Rodovia Arlindo Betio, SP 613 - Km 86,4 - S/N - Bairro 68 Mun. de Rosana - Estado de São Paulo - CEP 19273-000			
COLETA DE LEITE			
V. C. M. MÊS: 12/09 Voladomino d.c.			
DIA	LITROS	DIA	LITROS
01	31	16	33
02	35	17	32
03	32	18	29
04	30	19	31
05	32	20	33
06	30	21	29
07	30	22	27
08	31	23	28
09	28	24	35/277
10	27	25	00
11	28	26	31
12	33	27	24
13	35 402	28	30
14	34	29	26 +
15	34	30	34
		31	27
TOTAL	470	TOTAL	465

Gráficas Gonçalves - Fone: (18) 284-1322 - Primavera - SP

Identificamos os impactos porque o assentado, ao conquistar o lote, não recebe de imediato, casa, rede de água, energia elétrica, bovinos, enfim benfeitorias que garantem a sobrevivência da família. Desse modo, é por meio do trabalho no lote que o assentado adquire meios para gerar renda e a sobrevivência da família.

Com a venda da produção leiteira, a família recebe uma renda. O leite é comercializado num laticínio, identificando a circulação de matérias-primas oriundas de áreas de antigos latifúndios. O impacto socioterritorial provocado pela família ocorre do ponto de vista econômico por meio da geração de renda, do ponto de vista social, porque houve a geração de trabalho para a família, em que

as mudanças afetam tanto os envolvidos diretamente no processo de luta pela terra quanto os assentados, como indiretamente a população teodorenses, principalmente os comerciantes, através da compra, da venda de produtos e da prestação de serviços.

A geração de renda nos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio é heterogênea em função de alguns fatores como, por exemplo: organização da família no lote, tipo de cultura desenvolvida, orientação técnica na produção e principalmente recursos para o investimento na propriedade. Para a assentada M. A.

O dinheiro vindo pelo governo é muito importante para gente plantar, afinal quando chegamos aqui tínhamos pouca coisa, mas hoje como você observa, tem casa, tem vaca, tem trabalho para nós e tudo foi conquistado com muita luta. (PESQUISA de Campo, Fev. 2002)

No que diz respeito à fonte de remuneração para as famílias, constata-se que os maiores rendimentos nos assentamentos são originários da renda animal mensal e da renda de autoconsumo. Conforme ressaltou o assentado C. A.

É baixo o preço pago pelo litro de leite, mas o retorno é mensal ou quinzenal, por isso que incentivamos a criação de animais. Quando plantamos milho, arroz, ficamos esperando alguns meses para conseguir algum retorno, enquanto isso nossa família precisa comer. Sei que a produção agrícola é importante, mas também não ficamos dependendo apenas dela. (PESQUISA de Campo, Fev. 2002)

A geração da renda de autoconsumo é oriunda do interior dos lotes, por isso alguns alimentos como (arroz, feijão, abóbora, milho, maxixe) deixam de ser comprados nos supermercados.

Com a geração de renda, os assentados investem no bem-estar da família como, por exemplo, na educação das crianças, dos jovens, sendo um impacto representativo.

5.5 – A educação do campo: a dimensão do impacto socioterritorial

Os estudos sobre a educação compreendem os debates em torno da crise da escola, das novas tecnologias, das exigências sobre a formação e qualificação profissional do trabalhador, etc.

De acordo com Leite (1999, p. 13), a educação é a razão (elaboração mental), para a aprendizagem (trabalho de construção e reconstrução de conhecimentos elaborados), voltada para transformação e intervenção na realidade. A educação é ampla e multifacetada, de tal maneira que existem vários tipos e formas educacionais, como a educação rural.

Analisar a escola rural é pensar o trabalhador rural, seu contexto de vida, sua cidadania, é compreender a relação educacional com a qualificação profissional, inserida nas transformações no campo.

A educação rural é menosprezada em função do elitismo elaborado pela oligarquia agrária, em que os habitantes do campo são apresentados como gente da roça e por isso não precisam de estudo.

O meio rural carece de políticas educacionais específicas que são atribuições do Estado, embora o direito de educar seja da família. Assim, a educação reflete os interesses, as intenções, as ideologias das classes dominantes.

A educação do campo representa as diferentes concepções de saber da população rural, em que o campo é uma parte do mundo e não uma sobra além das cidades, como aponta Fernandes (2001).

A educação do campo deve ser constituída a partir do meio rural, ou seja, da organização e resistência pela terra, mas existem as propostas educacionais baseadas nos modelos de vida urbana.

O planejamento educacional está vinculado ao plano político administrativo voltado para o desenvolvimento econômico, político e para o bem-estar da população. Os planos educacionais são elaborados a partir das propostas educacionais baseadas na realidade das escolas urbanas e acarretam mudanças no sistema escolar rural gerando ou provocando perdas de identidade e/ou valores socioculturais dos habitantes do campo.

No processo de elaboração das propostas educacionais como, por exemplo, a Lei 4024 e de acordo com Leite (1999, p. 24), a educação preservou os caracteres da educação nacional nos parâmetros dos centros urbanos e das classes dominantes. Por essa razão, a educação estava engajada na escola desenvolvimentista, permitindo a expansão dos cursos profissionalizantes como SENAI, SENAC e a Extensão Rural (programa de educação informal no meio rural), definidas em função das relações econômicas externas, como o acordo MEC-USAID e de grupos financeiros internacionais.

A base da ação educativa da Extensão Rural foi a família, sobre a qual se desenvolveram as propostas pedagógicas para melhorar a utilização de recursos técnicos na produção e na produtividade. Para Leite (1999, p. 33), o objetivo da Extensão Rural foi o combate à carência, à subnutrição, às doenças, principalmente para aquelas pessoas desprovidas de trabalhos.

A educação no meio rural se relaciona com o trabalho agrícola, com o desenvolvimento e por isso é necessário romper a estruturação curricular que dicotomisa o campo e a cidade.

A educação deve conter os elementos ideológicos, o universo lingüístico, cultural dos grupos de periferia urbana e/ou da zona rural, cujo ato de educar se volta para a solidariedade.

No entanto, a educação popular, a educação do meio rural expande-se pelo país, como forma de resistência e contestação ao processo escolar tradicional, inserindo assim novas metodologias de alfabetização para os adultos. Esse tipo de educação se organiza com base no método Paulo Freire (educação libertadora), que contraria os princípios de uma escola voltada para a submissão, para a aceitação dos planejamentos econômicos capitalistas, uma vez que os modelos pedagógicos estão voltados para o predomínio de determinados grupos, nos quais as minorias desfavorecidas possuem poucos poderes de manifestação e decisão. A prática educativa estabelecida por Paulo Freire pauta-se na conscientização do cidadão frente à exploração do sistema capitalista.

A prática educativa elaborada por Paulo Freire (1999), compreende os princípios de uma educação popular para o homem do campo, da cidade, mas o modelo da educação rural se limita ao modelo educacional urbano/industrial entre as décadas de 1960 para 1980.

Desse modo, Leite (1999, p. 55), ressalva que educar significa trocar experiências entre as classes e que a problemática da escola rural compreende os aspectos sociopolíticos, a formação do docente para o meio rural, o tipo de clientela da escola rural, a participação da comunidade no processo educativo, a ação didático-pedagógica, as instalações físicas da unidade escolar e a política educacional rural.

Com a transição do sistema agrário exportador para o sistema urbano industrial, ocorrem mudanças nas relações de produção e na organização do modo de vida dos brasileiros, inclusive da população rural.

No meio rural, essas mudanças afetam as relações socioculturais e estabelecem novos padrões de sobrevivência, cujas antigas relações de trabalho (colonato, arrendamento) e de produção são influenciadas pelo sistema capitalista, herdando algumas características do modo de vida urbano.

As transformações urbanas desencadeiam novas formas de relacionamento no campo entre os camponeses e no que se refere à educação, a escola também é o espaço em que se difunde o processo de modernização urbana e agrícola.

A educação estabelece os valores culturais, caracterizados pela transmissão e pela troca de experiência, por isso formal ou informal a educação instrui comportamentos em função da reprodução de conhecimentos e a escola restringe sua ação educativa à continuidade dos ensinamentos contidos nos currículos.

Noutro contexto, a escola do campo apresenta diversas formas no processo ensino-aprendizagem, com alunos com bagagens culturais heterogêneas, enfim com valores e aspirações próprias.

Ao abordar a educação rural, também é importante ressaltar um sistema social frágil com carências econômicas para serem superadas.

Suprir as carências econômicas significa, num primeiro momento, realizar trabalhos nas propriedades para garantir a existência das famílias. Por isso, ocorre a evasão, a repetência escolar, porque o trabalho na lavoura nos períodos

de colheita, de plantio, gera recursos para o orçamento familiar e as freqüências dos alunos nas escolas são prejudicadas.

A relação produção/escolaridade/evasão é uma consequência do calendário de atividades escolares, uma vez que o planejamento escolar não considera a sazonalidade do sistema plantio/colheita. Assim, a escola deveria flexibilizar a programação do calendário escolar coincidindo o período de descanso (férias) com a produção e com o trabalho agrícola.

A educação no meio rural tem sido até os dias atuais uma temática de críticas, de estudos referentes à organização dos trabalhadores e da população rural, por meio da elaboração de um currículo educacional para o campo adequado às necessidades específicas da população.

A educação no campo também se relaciona com a participação das crianças e dos jovens nas atividades agrícolas como força de trabalho. Essa realidade representa possivelmente uma barreira oposta ao aprendizado, dada a coincidência do trabalho agrícola com a educação.

No processo educativo, procura aumentar o número de vagas nas escolas urbanas, por isso os alunos do meio rural são transportados para as unidades escolares, deparando-se como uma realidade pautada nos valores das sociedades modernas, no progresso científico e no modo de vida urbano.

A escola rural é limitada, precária, mas representa importante função na divulgação do saber, da identidade, da cultura da população camponesa, uma vez que a educação não expressa apenas no espaço físico escolar, mas as diversas formas de manifestação dos movimentos sociais rurais ou urbanos.

No que se refere à educação escolar, há muitos trabalhos sobre a escola unitária, ou seja, sobre aquele tipo de escola que compreende as dinâmicas das

relações entre escola e prática produtiva, considerando o trabalho como princípio educativo. Nesse contexto, há um desafio ao realizar-se a articulação entre prática pedagógica (constituída pela escola) e o saber social oriundo da população camponesa.

O processo de desenvolvimento da educação no campo deve considerar a relação professor/aluno em que os conteúdos, os métodos educacionais se articulam no processo ensino-aprendizagem para a apropriação de vários saberes que vêm a constituir uma nova identidade, um novo modo de agir.

Compreendemos o saber social como o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, constituídos pelos camponeses, contextualizados principalmente na história da luta pela terra. O conceito de saber social é heterogêneo, por isso de acordo com Damasceno (1993, p. 55), é importante utilizar as seguintes categorias de análises para entender o saber popular, como a práxis educativa, a hegemonia entre os tipos de sujeitos sociais a que estamos referindo-nos, como “os camponeses”, etc.

Os camponeses participam no cenário da luta pela terra há muitos anos, principalmente porque a sujeição constitui em primeiro lugar a falta de terra para trabalhar, visto que a propriedade fundiária é concentrada. A luta contra a expropriação apresenta duas dimensões principais: a primeira é a luta dos posseiros e/ou parceiros para permanecerem na terra; a segunda corresponde à formação dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, principalmente o MST.

O principal objetivo do MST é a reestruturação fundiária, ou seja, reorganizar a estrutura agrária ainda vigente por meio da legalidade das posses de terras. A ocupação da terra pressupõe um trabalho pedagógico de

mobilização, de organização dos trabalhadores sem-terra, constituindo uma escola política caracterizada pela resistência, pela solidariedade e pelas trocas de conhecimentos.

A educação proposta pelo MST, segundo Caldart (2000), compreende a formação do ser humano como foco da teoria pedagógica, da prática educativa, a partir das relações sociais desenvolvidas no campo. A prática educativa está associada ao direito da terra e expressa-se por meio de gestos, de símbolos, de marchas, de celebrações, de músicas e da cultura.

A educação no MST foi estabelecida nas primeiras ocupações e acampamentos na década de 1980 no Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse acontecimento, o Movimento vem reivindicando a construção de escolas nos assentamentos rurais com a elaboração de uma nova proposta educativa para os assentados.

A proposta de educação do MST relaciona a educação do campo com as organizações populares, com as transformações do campo brasileiro, caracterizando novas mudanças na interação campo-cidade e novos referenciais culturais, políticos voltados para os trabalhadores do campo.

No município de Teodoro Sampaio, dos quinze projetos de assentamentos rurais implantados até 2001, apenas três possuem escolas de ensino fundamental e médio.

O acesso dos assentados às unidades escolares é prejudicado em função da longa jornada de trabalho na lavoura, do cansaço físico e mental, etc.

Diante dessa realidade, o grau de escolaridade dos assentados pode ser visualizado nos (Quadros 28, 29, 30) a seguir.

Quadro 28 - Grau de escolaridade dos assentados

Grau de Escolaridade	Vale Verde	Santa Rita da Serra	Cachoeiro do Estreito	Santo Antônio dos Coqueiros	Haidéia
Analfabeto	9,75	8,34	10,53	15,00	7,40
Pré-Escola	0	0	0	0	0
1ª Série do Ensino fundamental	2,45	8,34	10,53	5,00	14,82
2ª Série do Ensino fundamental	12,20	0	10,53	10,00	7,40
3ª Série do Ensino fundamental	4,87	8,34	5,26	0	14,82
4ª Série do Ensino fundamental	21,95	16,66	15,79	10,00	7,40
5ª Série do Ensino fundamental	14,63	11,11	5,26	10,00	3,70
6ª Série do Ensino fundamental	0	11,11	0	10,00	7,40
7ª Série do Ensino fundamental	2,45	2,77	10,53	0	11,13
8ª Série do Ensino fundamental	7,31	8,34	15,78	15,00	11,13
1ª Série do Ensino médio	7,31	8,33	10,53	10,00	0
2ª Série do Ensino médio	2,45	0	0	5,00	3,70
3ª Série do Ensino médio	7,32	2,77	5,26	5,00	3,70
Ensino Superior	0	5,55	0	5,00	0
Não têm filhos em idade escolar	7,31	8,34	0	0	7,40
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

As informações dos assentamentos no (Quadro 28), dizem respeito aos projetos da antiga Gleba Ribeirão Bonito. Nessa área, apenas o assentamento Cachoeiro do Estreito possui escola de ensino fundamental e médio. Nessa unidade escolar estudam alunos de cinco projetos de assentamentos rurais; os professores são municipais e estaduais. Nos projetos de assentamentos (Quadro 29) a seguir, apenas o assentamento Santa Zélia possui escola. A unidade escolar nesse assentamento está localizada numa das antigas casas da fazenda Santa Zélia, ou seja, a escola não possui prédio próprio.

Quadro 29 - Grau de escolaridade dos assentados

Grau de Escolaridade	Santa Vitoria	Córrego Azul	Santa Zélia	Água Branca	Alcídia da Gata
Analfabeto	4,35	9,09	2,23	16,66	4,00
Pré-Escola	4,35	0	0	0	0
1ª Série do Ensino fundamental	4,35	9,09	2,23	16,66	12,00
2ª Série do Ensino fundamental	4,35	18,18	13,33	33,34	16,00
3ª Série do Ensino fundamental	4,34	0	8,88	8,34	8,00
4ª Série do Ensino fundamental	13,04	9,09	31,11	0	8,00
5ª Série do Ensino fundamental	13,04	0	6,66	8,33	8,00
6ª Série do Ensino fundamental	13,04	9,09	6,66	8,33	0
7ª Série do Ensino fundamental	4,34	27,28	8,90	8,34	4,00
8ª Série do Ensino fundamental	8,70	0	6,66	0	8,00
1ª Série do Ensino médio	8,70	9,09	2,23	0	12,00
2ª Série do Ensino médio	8,70	0	0	0	0
3ª Série do Ensino médio	0	0	0	0	16,00
Ensino Superior	0	0	0	0	0
Não têm filhos em idade escolar	8,70	9,09	11,11	0	4,00
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

Os assentados utilizam o espaço físico da unidade escolar para realizar reuniões e trabalhos junto à comunidade. A presença de escolas nos assentamentos constitui uma realidade heterogênea, por isso ainda existem reivindicações em torno dessa infra-estrutura essencial na formação dos assentados.

O assentamento Santa Zélia é organizado pelo MST e a escola compreende um espaço de formação de sujeitos sociais. Para o assentado M. (...) “a educação é muito importante para nossos filhos, pois eles serão os futuros assentados que irão fortalecer a luta, por isso é necessário ter conhecimentos”. (Pesquisa de Campo, Fev. 2002).

A partir desse aspecto, a escola tem sua função voltada para a contribuição e formação de sujeitos sociais, cuja dinâmica cultural e educacional, surge a partir das práticas e dos novos sentidos engendrados na luta pela terra.

Segundo o secretário municipal de educação do município de Teodoro Sampaio (Sr. Z), o ensino no meio rural representa os seguintes elementos para a sociedade.

A educação rural, principalmente a educação nos assentamentos é o elemento primordial no acesso à cidadania para o homem do campo. Mas as escolas rurais de Teodoro Sampaio não possuem uma programação, um parâmetro curricular específico voltado para o meio rural, por isso os textos, os conteúdos são adequados para aquela realidade. No meio rural em Teodoro Sampaio existem aproximadamente 2000 alunos e boa parte desses são oriundos de assentamentos rurais. Assim, as famílias sempre estão reivindicando melhorias para as escolas, como materiais, professores, transporte escolar, etc. (PESQUISA de Campo, Fev. 2003)

De acordo com a fala do secretário municipal de educação, o ensino no meio rural fortalece as lutas dos sem-terra, mediante a conscientização referente às propostas educacionais e ao modelo de desenvolvimento agrícola vigente.

No conjunto de assentamentos (Quadro 30), pesquisados, verificou-se a falta de escolas nos projetos, porque são unidades de produção implantadas recentemente, por isso ainda necessitam de financiamentos e também da organização das famílias juntos às instituições municipais e estaduais para reivindicar melhorias para os projetos.

Quadro 30 - Grau de escolaridade dos assentados

Grau de Escolaridade	Santa Terezinha da Alcídia	Vô Tonico	Laudenor de Souza	Santa Terezinha da Água Sumida	Água Sumida
Analfabeto	16,66	6,25	9,52	7,89	9,25
Pré-Escola	0	6,25	0	2,64	3,70
1ª Série do Ensino fundamental	11,11	0	7,15	2,64	11,11
2ª Série do Ensino fundamental	11,11	0	7,15	2,64	14,81
3ª Série do Ensino fundamental	5,56	6,25	14,28	10,52	9,25
4ª Série do Ensino fundamental	5,56	25,00	11,90	23,68	11,11
5ª Série do Ensino fundamental	0	12,50	11,90	15,78	5,55
6ª Série do Ensino fundamental	5,56	6,25	11,90	5,26	7,40
7ª Série do Ensino fundamental	0	0	2,38	13,15	3,70
8ª Série do Ensino fundamental	11,12	12,50	7,14	10,52	2,80
1ª Série do Ensino médio	0	12,50	0	0	3,70
2ª Série do Ensino médio	16,66	0	2,38	0	0,94
3ª Série do Ensino médio	16,66	12,50	7,15	2,64	10,18
Ensino Superior	0	0	0	0	0,95
Não têm filhos em idade escolar	0	0	7,15	2,64	5,55
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Fev. 2002

No conjunto de assentamentos pesquisados (Quadro 30), apenas o projeto Água Sumida possui escola de ensino fundamental. Os demais projetos foram implantados em (1998) e por isso faltam algumas infra-estruturas como, por exemplo, escolas e postos de saúde.

A educação no meio rural representa um impacto social para as famílias assentadas, principalmente para a alfabetização dos assentados, diminuindo o índice de analfabetismo no meio rural.

Quando abordamos a temática educação do campo, consideramos que os assentados estão em sua maioria cursando o ensino fundamental e médio (ver Quadros 28; 29; 30). O índice de analfabetismo também é uma questão tratada

com minúcia, uma vez que, no município de Teodoro Sampaio, esse índice chegou a 13,33% no ano de 2002.

Alguns assentamentos como o Água Sumida, Vô Tônico, o índice de analfabetismo está abaixo do índice do município, ao passo que, no projeto Santa Terezinha da Alcídia, o índice do assentamento (16,66%) apresenta-se acima da taxa de analfabetismo do município (13,33%).

Para minimizar o analfabetismo, o MST estabelece suas práticas pedagógicas desde a transformação do latifúndio em assentamento com a produção de alimentos e com o resgate da cidadania.

Para Caldart (2000, p. 200), o MST associa a educação com a formação dos sujeitos sociais inseridos nos processos políticos, econômicos, sociais, oriundos da própria sociedade.

O MST tem na sua base educativa os sem-terra, por isso os processos educacionais não são novos, mas são diferentes na maneira de conduzir a formação dos alunos.

Segundo Caldart (2000, p. 208-15), as principais matrizes pedagógicas que o MST apresenta na formação dos sem-terra são: **pedagogia da luta social** – ocupação do latifúndio e transformação da área em terra produtiva, com a constituição social das famílias caracterizando o princípio de mudança. A outra matriz, a **organização coletiva**, constitui a educação dos sem-terra à medida que ocorre a organização para a luta, para a ocupação. A terceira matriz pedagógica diz respeito à **pedagogia da terra** voltada ao trabalho, à terra, à produção resultando na identidade com o assentamento. Há também a **pedagogia da cultura**, caracterizada pelo processo através do qual um conjunto de práticas sociais, experiências humanas constitui o modo de vida dos sem-terra, articulados

com os costumes e com os valores. Na perspectiva de resgatar os aspectos vividos no cotidiano de cada sem-terra é necessário desenvolver a **pedagogia histórica**.

Essas pedagogias são desenvolvidas no MST, para garantir a escolarização dos sem-terra, uma das circunstâncias das famílias acampadas e assentadas. Por isso ocorre a reconstrução de comunidades no campo enfatizando as principais dimensões da vida social: educação, saúde, cultura, trabalho, etc.

Nesse contexto, a escola é o lugar em que se constroem a unidade entre teoria e prática, estudos e atividades produtivas, valorizando a luta pela ressocialização das famílias, por isso os sem-terra buscam novos ideais, novas metas para o desenvolvimento da educação no campo.

A escola no campo deve reconhecer a construção do saber social pelo camponês, por isso o MST ou demais movimentos sociais envolvidos na luta pela terra gestam e/ou elaboram uma pedagogia que contribui com a educação dos trabalhadores.

O redimensionamento da educação do trabalhador consiste em valorizar as atividades desenvolvidas por esse sujeito social “o camponês” como, por exemplo, a trajetória de luta, as sínteses de aprendizados na vida cotidiana das famílias. Nesse contexto, a função da escola vai além da transmissão exclusiva de conhecimentos, mas um espaço para a formação do cidadão consciente.

As escolas rurais nos assentamentos desenvolvem esses elementos para a formação do aluno, mas existe o isolamento da instituição escolar com apenas uma escola disponível nas redondezas como, por exemplo, a E. E Antonia Binato

“Vó Nina”, localizada na Destilaria Alcídia no município de Teodoro Sampaio que recebe alunos oriundos de cinco projetos de assentamentos.

Constatamos que o sistema educacional deve estar inserido com a cultura da comunidade local, para que o ensino não seja uma imposição, mas uma exigência da própria população.

No que se refere ao estabelecimento do conteúdo para a organização do currículo escolar, cabe ao educando considerar as exigências das comunidades, as necessidades do mercado de trabalho, local, regional, as condições individuais de cada aluno, os recursos materiais e humanos disponíveis na escola.

As escolas rurais contribuem para o aperfeiçoamento dos alunos, mas queremos ressaltar que as práticas pedagógicas, os conteúdos acadêmicos oferecidos aos alunos não são especificamente agrícolas. Compreendemos que a educação oferecida à criança, ao jovem do meio rural pouco ou nada tem a ver com a sua realidade de trabalho. Mas o setor de educação do MST tem elaborado diretrizes educacionais para o campo. Essas diretrizes ainda não estão presentes nas propostas educacionais no município de Teodoro Sampaio, porque as escolas rurais principalmente as localizadas nos projetos de assentamentos contemplam a organização curricular do meio urbano.

A educação formal corresponde às relações de produção do sistema capitalista, cujo setor se encontra nos centros industriais, por isso os conteúdos, os programas educacionais, os horários de aula do ano letivo são elaborados de acordo com as necessidades dos moradores urbanos.

Para o desenvolvimento das forças produtivas, o próprio sistema capitalista apresenta programas para capacitar o educando como, por exemplo, o programa de extensão rural. Os programas transmitem informações, habilidades para

aumentar a produtividade, cujo destino é o trabalho assalariado e a possível desintegração do trabalhador dos seus meios de produção (a terra).

Outros pontos a ressaltar na educação rural são os valores culturais dos camponeses na sociedade urbana. Podemos exemplificar a linguagem do trabalhador rural, com regras gramaticais próprias. Já os textos acadêmicos abordam principalmente os interesses urbanos como: trabalho assalariado, industrialização, urbanização enquanto os estudos sobre o meio rural se referem à natureza, as estações do ano, aos problemas da posse da terra, etc.

A educação da população camponesa deve ser compreendida numa estrutura social ampla, porque está cada vez mais difícil separar o rural do urbano, porque o crescimento agrícola requer desenvolvimento educacional voltado para transformar a estrutura produtiva e a relação homem-natureza.

A educação para os assentados representa uma porção pequena nas propostas do setor público, pois tais fatos refletem que os programas, os projetos das áreas rurais partem do pressuposto do atraso rural.

A concepção é pejorativa, porque resulta na constituição de um processo pedagógico que visa transformar, integrar o homem às exigências e às tecnologias do mundo capitalista.

A educação do campo contempla o modo de vida rural. Afinal não existe uma educação neutra, pois as contribuições ocorrem para manter, reproduzir as estruturas existentes ou então para conscientizar os educadores, os educandos sobre seus direitos e deveres.

Estas questões não conseguem superar inúmeras falhas, necessidades da educação, principalmente porque as dificuldades nos sistemas educacionais vêm se agravando em função das transformações tecnológicas, resultando no

aumento das disparidades culturais entre as populações. Essa situação é encontrada nas populações rurais e urbanas, caracterizada por uma realidade cultural existente no interior de uma sociedade que está em diferentes estágios de desenvolvimento.

Ocorrem várias reformulações no ensino, mas é necessário considerar a educação como um processo dinâmico, em constante mudança para garantir uma formação mínima do aluno, especialmente do meio rural que possui crianças, jovens em níveis educacionais distintos.

Nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio, existem muitas dificuldades com relação à educação, uma delas é a falta de escolas nos assentamentos.

Isto permite o deslocamento do aluno para outro assentamento, num percurso de três a quatro horas de viagem. Diante dessa situação, a evasão escolar ocorre nos primeiros meses de aula, porque tornam difíceis para o aluno conciliar o horário de aulas com as atividades agrícolas nos lotes.

Nesse contexto, é necessário desenvolver uma educação do campo, com a valorização do modo de vida dos camponeses, com a construção de novas escolas no meio rural, através da organização dos movimentos socioterritoriais, principalmente do MST.

Nos impactos socioterritoriais, ocorrem mudanças significativas para as famílias assentadas como, por exemplo, o acesso à educação, à geração de renda, à produção agropecuária, etc.

Nesse contexto, compreendemos as mudanças realizadas pelos assentamentos pontualizando os principais elementos cotidianos na vida dos

sem-terra e com isso elaboramos os impactos socioterritoriais constituído pelas dimensões e pelos indicadores, conforme apresentamos no corpo do trabalho.

O termo impacto socioterritorial foi elaborado por Fernandes (1999), Leal (1999), Ramalho (1999), por meio de pesquisas realizadas no Núcleo de Estudo, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Esse termo geográfico surgiu principalmente em função das necessidades para avaliar, identificar os resultados das ações dos sem-terra como, por exemplo, ocupações de terras, implantação de assentamentos rurais, viabilidade econômica (geração de renda), viabilidade social (processo de ressocialização) a partir da organização das famílias nos lotes.

Na Geografia o impacto socioterritorial está teoricamente vinculado às seguintes concepções: território (...) “como produto dos atores sociais, a partir da realidade inicial que é o espaço”, estudado por Raffestin (1993, p. 7), a partir da territorialização dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra, tema abordado por Fernandes (1996).

Iniciamos a análise geográfica dos impactos, a partir dos elementos econômicos. Foi necessário contextualizar as mudanças no âmbito, social, político, etc. Dessa forma, priorizamos o termo socioterritorial em função da amplitude das abordagens, enfatizando as mudanças desde o ponto de vista político com a organização dos sem-terra até a consolidação das famílias assentadas.

Os impactos socioterritoriais compõem na Geografia Agrária a linha de pesquisa voltada ao desenvolvimento rural, baseada na pequena produção camponesa constituída por meio da resistência e da organização das famílias assentadas.

Nos estudos geográficos os impactos socioterritoriais são elaborados a partir do movimento contraditório e desigual do capitalismo no campo, analisado sob a ótica da expropriação, da concentração fundiária, da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema.

Quando inserimos os impactos socioterritoriais na Geografia, propomos analisar as mudanças provocadas pelos sem-terra. A fundamentação teórica desse termo associa-se ao paradigma de desenvolvimento dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, entendida como uma forma de resistência e recriação do campesinato diante do modelo de desenvolvimento agrário.

Ao utilizar esse termo na Geografia, pressupomos a organização do território a partir de dois sujeitos sociais antagônicos (sem-terra x latifundiários) e, assim, as mudanças estão associadas com as interações desses sujeitos no espaço, no lugar e no território, etc.

Os impactos socioterritoriais representam na Geografia Agrária uma nova proposta para analisar as mudanças, a viabilidade da pequena produção oriunda de assentamentos rurais, bem como elaborar políticas públicas para implantação de projetos de desenvolvimento rural. O meio rural está constituído por segmentos sociais antagônicos, por isso os impactos socioterritoriais apontam as mudanças existentes entre esses segmentos, principalmente das classes excluídas do processo produtivo como os sem-terra.

Dessa forma, os movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra, apresentam uma geograficidade construída quotidianamente no desenrolar das ações no território, nas conquistas, nas dificuldades, enfim no modo de organização e no surgimento de trabalhadores que estão deixando suas histórias na sociedade.

Considerações finais

Neste trabalho apresentamos as principais abordagens dos impactos socioterritoriais. Para contextualizar os impactos, é necessário identificar os principais sujeitos causadores das mudanças no meio rural. Essas mudanças são decorrentes da organização das famílias sem-terra. Os impactos são concebidos no processo de luta pela terra a partir das ocupações dos latifúndios. As mudanças ocorrem no interior do próprio projeto, nas relações entre as famílias e no município. Caracterizamos essas mudanças como transformações oriundas da produção, da circulação de produtos gerados pelos assentados.

A formação de assentamentos gera impacto por meio da organização das famílias no interior dos projetos. Os impactos socioterritoriais são concebidos desde a formação dos acampamentos e dos primeiros trabalhos de base. Após a implantação dos assentamentos, inicia-se uma nova fase de reivindicação por infra-estruturas (energia elétrica, posto de saúde, rede de água) destinadas para consolidação e desenvolvimento das famílias. Os assentamentos rurais geram impactos como, por exemplo, a produção agropecuária, a comercialização da produção, o acesso à educação, mas, por outro lado, há uma ênfase no que diz respeito aos recursos disponíveis nos municípios, como vagas em leitos de hospitais, transporte escolar, em que a oferta de recursos não supriu as demandas porque aumentou a população.

Ao contextualizarmos os impactos, identificamos as mudanças provocadas pelos assentamentos, principalmente no processo de (re)estruturação fundiária com o desenvolvimento de pequenas unidades de produção, embora a concentração fundiária ainda esteja vigente no município de Teodoro Sampaio.

Nos latifúndios desenvolvem-se atividades agropecuárias voltadas para os grandes nichos de mercado, por meio da utilização de equipamentos agrícolas mecanizados.

Como resistência ao modelo de desenvolvimento agropecuário estabelecido pelos grandes produtores, os sem-terra vêm conquistando os assentamentos rurais por meio de longos períodos de luta, caracterizados pela violência, pela perseguição de lideranças dos movimentos sociais. Enfim são elementos que procuram desorganizar os sem-terra, mas a luta se territorializa com a conquista de novas áreas aglutinando novos grupos de famílias. A luta pela terra é o ponto inicial dos impactos no meio rural de Teodoro Sampaio. Luta essa, organizada pelos sem-terra e está gerando novas destinações para as áreas dos latifúndios, via agricultura camponesa.

Os impactos socioterritoriais são mudanças resultantes das ações dos sujeitos sociais e por isso os desdobramentos desse processo repercutem no âmbito local, regional e estadual. Contextualizamos os impactos socioterritoriais nos principais elementos do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema (irregularidade fundiária, grilagem de terra), por isso, a organização dos movimentos socioterritoriais é intrínseca ao território, entendido como relação de poder entre sem-terra x latifundiários.

A luta pela terra não terminou, por isso novos acampamentos estão sendo organizados e novas famílias serão assentadas, surgindo assim, novos impactos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. FFCLPP – Presidente Prudente, 1972.

ALEGRE, Marcos. Alta Sorocabana: População. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 3, 1982 AGB – Seção Presidente Prudente.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ANTÔNIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocaba no período de 1960 a 1990**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARROYO, Miguel Gonzáles (org.). **A educação básica e o movimento social do campo**. São Paulo: Unicef, 1999.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CADERNOS DO ITESP. **Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. São Paulo: Página & Letras, 1998.

_____. **Pontal verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Página & Letras, 1998.

_____. **São Paulo. retrato da terra 96/97: perfil sócio - econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo.** São Paulo: Página & Letras, 1998.

_____. **São Paulo. retrato da terra 96/97: perfil sócio - econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos do Estado de São Paulo.** São Paulo: Página & Letras, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Horacio Martins. Comunidade de resistência e de superação. Curitiba, 2002. (mimeografado)

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: **Educação e escola no campo.** Campinas: Papyrus, 1993.

DATALUTA. (Banco de Dados da Luta pela Terra). **Relatório de pesquisa.** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001.

DELGADO, Nelson Geordano. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In LEITE, Sérgio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

ENTREVISTA, de Campo. Fev. 2003. LEAL, Gleison Moreira. (não publicado)

FAO/INCRA. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Projeto UTF/BRA/036, 1998.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimento social como categoria geográfica.** In. Revista Terra Livre, v. 15, AGB, 2000.

_____. LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária.** Presidente Prudente, 2002. Disponível em <http://www.cibergeo.org/agbnacional/> ou <http://www.abrareformaagraria.org.br/>. (acesso em 18/04/2002)

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O MST no contexto da formação camponesa no Brasil.** In. STROZAKE, Juvelino José. A questão agrária e a justiça. Editora Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Movimento socioterritorial e globalização.** Presidente Prudente, 2003 (mimeografado).

FIBGE. **Censo agropecuário de 1970** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1975.

_____. **Censo agropecuário de 1975** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1979.

_____. **Censo agropecuário de 1980** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1984.

_____. **Censo agropecuário de 1985** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1991.

_____. **Censo agropecuário de 1995/1996** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1995/1996.

_____. **Censo agropecuário de 2000**. – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 2000.

_____. **Censo demográfico de 1980** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1983.

_____. **Contagem da população de 1996** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fibge, 1997.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde pública e política urbana**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, São Paulo, 2000.

FATOS DA TERRA. São Paulo: ITESP. Ano I - n. 4, 2000.

LAIARA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 1981. Tese (Livre - Docência em Geografia) – Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: Impactos, dimensões e significados. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1997.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LÊNIN, V, I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Edvaldo Carlos. **Os Movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema: trama social e dinâmica territorial**. (Monografia de Bacharelado em Geografia), Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Questão agrária brasileira e o papel do MST. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1997.

_____. **Cativeiro da terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1997.

MILARÉ, Édis. Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil. In Ab'Saber Aziz Nacib (org.). **Previsão de impactos**. São Paulo: Edusp, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola n. 5. São Paulo: MST, 1997.

_____. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de formação n. 4. São Paulo: MST, 1986.

_____. **Cooperativas de produção: questões práticas**. Caderno de formação n. 24. São Paulo: Concrab, 1997.

_____. **Cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de formação n. 20. São Paulo: MST, 1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOLLING, E. NERY, I. MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. São Paulo: Unicef, 1999.

_____. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: CNBB - Unb - MST - Unesco - Unicef, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

PANZUTTI, Ralph. **Especificidades da empresa cooperativa agrícola: Estratégia de financiamento**. In: **Agricultura em São Paulo**: IEA, v.44 n1, 1997.

PESQUISA, de Campo. Fev. 2001. LEAL, Gleison Moreira. (não publicado)

_____. Fev. 2002. LEAL, Gleison Moreira. (não publicado)

_____. Fev. 2003. LEAL, Gleison Moreira. (não publicado)

_____. Abril 2003. LEAL, Gleison Moreira. (não publicado)

PRADO, Júnior Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBAS, Alexandre Rodrigues. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): Uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil municipal**. São Paulo, 2002. Disponível em www.seade.gov.br. (acesso 20/05/2002)

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, IE, 1999.

SOUZA, Inês Cabanilha & MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Impactos econômicos, políticos e sociais: do que queremos falar**. Rio de Janeiro: mimeografado, 1997.

VASQUES, Antônio Cláudio Branco. **A Evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio – São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Franca, 1973.

VERDUM, Roberto (org.). **Rima relatório de impacto ambiental – legislação, elaboração e resultados**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. (Uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira Paulista)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade. In: **Revista pegada**. Presidente Prudente: Departamento de Geografia/Unesp, v.1 nº 1, setembro de 2000.

_____. **Desenho societal dos sem terra no Brasil**. Presidente Prudente, 2002 (mimeografado).

